



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 073 – TERÇA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3ª - João Durval - (PDT-BA)
4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p style="text-align: center;">Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Nºs 15 e 16, de 2013	27430
2 – ATA DA 75ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 20 DE MAIO DE 2013	27431
2.1 – ABERTURA	27431
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Comemorar os 40 anos da Universidade de Fortaleza (Unifor), nos termos do Requerimento nº 253, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel e outros Senadores.	27431
2.2.1 – Execução das canções “Três Peças Nordestinas”, de Clóvis Pereira, e “Quatro Momentos”, de Ernani Aguiar, pela Camerata da Universidade de Fortaleza	
2.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
2.2.3 – Oradores	
Senador José Pimentel.....	27432
Senador Eunício Oliveira	27435
Senador Inácio Arruda	27437
Deputado Mauro Benevides	27441
Sr. Airton Queiroz, Chanceler da Universidade de Fortaleza.....	27443
2.2.4 – Execução do Hino do Estado do Ceará	
2.3 – ENCERRAMENTO.....	27444
3 – ATA DA 76ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE MAIO DE 2013	27445
3.1 – ABERTURA	27445
3.2 – EXPEDIENTE	27445
3.2.1 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados	
Nº 918/2013, informando a Declaração da Renúncia à suplência de mandato de Deputado Federal do Sr. Otoniel Andrade Costa (PR/TO) em 30 de abril último.	27445
3.2.2 – Avisos do Tribunal de Contas da União	
Nº 24/2013 (nº 1.543/2012, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.135, de 2012, proferido nos autos do processo TC 040.431/2012-6, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.....	27445
Nº 25/2013 (nº 1.555/2012, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.149, de 2012, proferido nos autos do processo TC 033.929/2012-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.	27445
3.2.3 – Pareceres	
Nº 378, de 2013, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012.....	27446
Nºs 379 a 381, de 2013, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011.....	27454
Nº 382, de 2013, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Aviso nº 10, de 2013.	27487
Nº 383, de 2013, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 12, de 2013.	27492
3.2.4 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 116/2013-CAS).	27498
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 94/2013-CMA).	27498
Arquivamento dos Avisos nºs 10 e 12, de 2013.	27498

3.2.5 – Ofício da Agência Nacional de Energia Elétrica

Nº S/20/2013 (nº 51/2013, na origem), encaminhando cópia do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual, de 2012, da referida agência. 24798

3.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Registro de eventos importantes ocorridos no Distrito Federal, no último final de semana. 27499

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Em homenagem ao Dia do Pedagogo, defesa de melhorias na educação de base. 27502

SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Registro da realização da “Semana da Indústria”, em Campo Grande, em meio à comemoração pelo crescimento das indústrias no Mato Grosso do Sul; e outro assunto. 27504

SENADOR CÍCERO LUCENA – Relato da convenção do PSDB realizada, ontem, em Brasília; e outro assunto. 27506

3.2.7 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, com apresentação de sete emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 1, de 2013. 27509

3.2.8 – Comunicação

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 614, de 2013 (**Ofício nº 84/2013**). Designação do Deputado Antonio Balhmann, como titular, para compor a referida Comissão. 27533

3.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR VICENTINHO ALVES – Homenagem à cidade de Palmas, capital do Estado de Tocantins, pelos 24 anos de sua fundação. 27533

SENADORA ANA RITA – Comentários sobre políticas de estímulos para estudantes universitários de baixa renda. 27535

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA, como Líder – Críticas à declaração da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos a respeito da oposição ao Governo Federal. 27537

SENADOR JORGE VIANA – Preocupação com a situação de mais de onze mil servidores do Estado do Acre contratados sem concurso público antes da Constituição de 1988; e outro assunto. 27538

3.2.10 – Comunicação

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura (**Ofício nº 134/2013**). Designação do Senador Cícero Lucena, como titular, para compor a referida Comissão. 27541

3.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Indignação com o comentário da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos atribuindo à oposição os boatos sobre a extinção do Programa Bolsa Família. 27541

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Comemoração pelos avanços decorrentes da Lei nº 12.810, de 2013, que repactua as dívidas de estados e municípios com a Previdência Social; e outro assunto. 27544

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Críticas à substituição tributária para micro e pequenas empresas. 27547

3.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAULO BAUER – Registro da matéria intitulada “Blogueira cubana aceita convite do PSDB e vai a Brasília visitar Congresso”, publicada no jornal *Estado de S. Paulo*, edição de 20 de fevereiro último. 27548

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro do artigo intitulado “Reinvenção da conta de movimento”, publicado no jornal *Valor*, edição de 4 de março último. 27549

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Procuradoria aciona PF para investigar Lula no mensalão”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 6 de abril último; e outros assuntos. 27551

SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Registro do artigo intitulado “Um cidadão acima de qualquer suspeita”, publicado no jornal *O Globo*, edição de 22 de janeiro último. 27555

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “Furacão sobre Cuba”, publicado no jornal *Estado de S. Paulo*, edição de 1º de março último. 27556

SENADOR ALVARO DIAS – Registro de entrevista com o Líder da Bancada do PSDB na Casa, Senador Aloysio Nunes Ferreira, publicada no jornal *Valor*, edição de 26 de fevereiro último. 27557

SENADOR CYRO MIRANDA – Registro do artigo intitulado “Apropriação indébita”, publicado no jornal *O Globo*, edição de 25 de fevereiro último. 27560

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro de entrevista com o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, publicada na revista *Veja*, edição de 20 de fevereiro último. 27561

3.2.13 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 27565

3.3 – ENCERRAMENTO. 27569

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 20.5.2013 27569

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	27570
Bancadas dos Partidos	27571
Por ordem alfabética	27572
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	27573
7 – LIDERANÇAS	27574
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	27578
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	27579
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	27592
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	27600
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	27604
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	27610
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	27615
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	27625
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	27633
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	27642
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	27648
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	27654
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	27658
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	27662
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	27663

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	27664
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)	27665
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	27665
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	27666
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	27668
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)	27670
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	27672
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	27674

CONGRESSO NACIONAL**12 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	27676
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	27680
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	27684
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	27685
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	27686
Comissões Mistas Especiais	27689
13 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	27693
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	27694
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	27695

SENADO FEDERAL

ATO DO PRESIDENTE Nº 15, DE 2013

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Fica instituída Comissão composta pelos Senadores Pedro Simon, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Lindbergh Farias e Ruben Figueiró para representar o Senado Federal na Jornada Mundial da Juventude 2013 no Rio de Janeiro, quando da visita do Papa Francisco.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de maio de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 16, DE 2013

Altera a Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação.

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º do Ato do Presidente nº 36, de 2012, que institui Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, publicado no **Diário do Senado Federal** nº 189, de 22 de novembro de 2012, aditado pelos Atos do Presidente nºs 37, de 2012, e 8, de 2013, e Portaria do Presidente nº 14, de 2013, passa a vigorar com o seguinte inciso:

“Art. 2º
XXI – ADACIR REIS.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

..... (NR)”

Senado Federal, 17 de maio de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 75ª Sessão, Especial, em 20 de maio de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Pimentel, Eunício Oliveira e Inácio Arruda

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 15 minutos e encerra-se às 11 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Bom dia.

Abertura da sessão solene e especial.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 40 anos da Universidade de Fortaleza (Unifor), nos termos do Requerimento nº 253, de 2013, do Senador José Pimentel e outros Senadores.

Para compor a Mesa, convido o Senador Eunício Oliveira, nosso Senador pelo Ceará. Eu sei que o Eunício tem... *(Palmas.)* ... de sair mais cedo, mas é importante estar conosco aqui na abertura dos trabalhos, e também falará em nome da Liderança do PMDB.

Convido o Senador Inácio Arruda, também nosso Senador pelo Estado do Ceará,... *(Palmas.)* ... que falará em nome da Liderança do PCdoB.

Convido o ontem Senador e hoje Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Valmir Campelo, também nosso cearense, de Crateús,... *(Palmas.)* ... para vir para cá.

Convido a Magnífica Reitora da Universidade de Fortaleza (Unifor), a Ex^{ma} Sr^a Fátima Maria Fernandes Veras,... *(Palmas.)* ... para estar conosco aqui.

Convido o Chanceler da Universidade de Fortaleza, Sr. Airton Queiroz,... *(Palmas.)* ... para estar conosco, e com ele sua mãe, a Sr^a Yolanda Queiroz, que também integra o grupo. Por gentileza, Dr^a Yolanda, nossa... *(Palmas.)* ... coordenadora de todos os grupos.

O som está meio baixo.

Convido também o Vice-Presidente da OAB-Ceará, Sr. Ricardo Bacelar Paiva, para estar conosco aqui. *(Palmas.)*

Quero registrar a presença do Deputado Federal Danilo Fortes, que é Vice-Presidente do Governo no Congresso Nacional e também da nossa Bancada; registrar que do Deputado José Guimarães justifica a

sua ausência – estava prevista também a sua presença –; e informar que o nosso Governador Cid Ferreira Gomes e o Prefeito de Fortaleza – temos a informação da sua assessoria – estão se deslocando para Brasília. Tão logo eles cheguem, nós os integramos à nossa atividade.

Vou transferir a Presidência para o Senador Inácio Arruda, para que eu faça a abertura, e depois vamos rodiziar aqui com nossos três Senadores. Primeiro, o Eunício Oliveira, depois o Inácio.

O Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Olivera.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Convido a todos para acompanharmos a apresentação das músicas “Três Peças Nordestinas”, de Clóvis Pereira, e “Quatro Momentos”, de Ernani Aguiar, a serem executadas pela Camerata da Unifor.

(Procede-se à execução musical.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão solene especial destina-se a comemorar os 40 anos da Universidade de Fortaleza (Unifor), nos termos do Requerimento nº 253, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel e de todos os Senadores cearenses que secundaram esse requerimento, de autoria, repito, do Senador José Pimentel.

A Mesa já foi composta.

Convido a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Convido para fazer uso da palavra o Senador José Pimentel, como autor do Requerimento nº 253, de 2013, que faz com que se realize esta sessão especial destinada a comemorar os 40 anos da Universidade de Fortaleza (Unifor), nos termos do Requerimento.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador José Pimentel.

Antes, registro, com prazer, a presença dos Deputados Danilo Forte e Chico Lopes.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero dar um bom-dia a todos e desejar boas-vindas do nosso Estado, o Ceará.

Início saudando o nosso Ex^{mo} Senador Eunício Oliveira, que preside estes trabalhos e que foi, D. Yolanda, aluno da Unifor. Daqui a pouco, S. Ex^a vai fazer referência ao período em que ali teve um grande conhecimento para ser, além de empresário, um excelente político e Senador da República.

Quero saudar o Senador Inácio Arruda, também da nossa Bancada do Estado do Ceará, que chegou primeiro, antes de mim e do Eunício, aqui à Casa. O Inácio vem da legislatura de 2007, quando iniciou. Em seguida, em 2011, Pimentel e Eunício aqui tomam posse.

Quero dar um forte abraço no Ex^{mo} Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, até ontem Senador da República pelo Distrito Federal, Valmir Campelo, que também é nosso cearense, lá de Crateús, a região dos Inhamuns.

Um forte abraço à Magnífica Reitora da Universidade de Fortaleza, a Ex^{ma} Sr^a Fátima Maria Fernandes Vieira, que, além de conduzir muito bem a nossa Universidade, tem promovido uma série de conferências, de seminários, de discussão de temas afeitos à nossa Região Nordeste, ao Brasil e à Academia, e entre esses convidados, nós já tivemos oportunidade de estar ali, por mais de uma vez, aprendendo com os alunos, professores da nossa Unifor.

Um forte abraço ao nosso Chanceler da Universidade de Fortaleza, o Sr. Airton Queiroz, que conduz, com muita dedicação e acompanha o dia a dia daquela universidade, procurando compreender, cada vez mais, as necessidades de cada aluno, de cada estudante, e é por isso que aquela universidade é tão acolhida e tão querida pelo nosso Ceará e pelo Nordeste e por todo o Brasil.

Um forte abraço à nossa Vice-Presidenta da Fundação Eça de Queiroz, Yolanda Queiroz, que eu considero uma das mulheres mais fortes das empreendedoras do Brasil, tem conduzido esse grande grupo empresarial que envolve os meios de comunicação, envolve a indústria, envolve os meios do ensino, com muita tranquilidade e firmeza, como é inerente às mães e às mulheres do nosso Ceará. Portanto, D. Yolanda, a senhora é objeto de admiração por todos nós, em especial por este Senador da República.

Um forte abraço ao Vice-Presidente da OAB do Ceará, o Sr. Ricardo Bacelar Paiva, instituição essa de que eu também sou filiado, por ser advogado, não mais militante, hoje muito mais um bacharel em Direito.

Registro também a presença do conjunto de representantes de entidades, de instituições do nosso Estado, Ceará, com repercussão no País, iniciando pelos Deputados Chico Lopes, que é o mais jovem de todos nós, e Danilo Forte, que também está conosco e integra a nossa Bancada cearense.

Um forte abraço ao Sr. Presidente da Academia Cearense de Letras, o Sr. José Augusto Bezerra; o Sr. Presidente da Associação Comercial do Ceará, Sr. João Porto Guimarães; Sr. Dirigente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Fortaleza e da Federação do Ceará, o nosso Bil Rodrigues, como sempre eu o chamo, meu particular amigo.

Um forte abraço ao Diretor Executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, Sr. Sólon Hormidas Caldas.

Um forte abraço às Sr^{as} e Srs. Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático aqui presente.

Um forte abraço às senhoras e senhores funcionários e membros do corpo docente da nossa Unifor.

E um abraço a todos.

Quero começar registrando que a Universidade de Fortaleza, uma jovem senhora de 40 anos, é um exemplo de excelência na atividade acadêmica e de elevada responsabilidade social. É a concretização de um projeto, que a cada ano mais se consolida, de um homem visionário, determinado e empreendedor, o nosso empresário Edson Queiroz, que eu considero um dos fatores do Ceará, com forte influência na economia regional e nacional. Nos setores em que ele se propôs a organizar a nossa economia, tem tido êxito, ao qual é dada continuidade pelos seus familiares, por um grupo extremamente organizado e, acima de tudo, bem administrado. Portanto, nós consideramos o Sr. Edson Queiroz um dos benfeitores do nosso Nordeste, do nosso Ceará e do nosso País.

Edson Queiroz não concebia a universidade como mera instituição de ensino, mas como instrumento de aprimoramento pessoal dos educandos e de desenvolvimento regional.

Nesses 40 anos, Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, a Unifor se agigantou no cenário acadêmico nordestino e nacional sem perder a qualidade do ensino e sem se desviar das diretrizes que pautaram sua criação, resumidas nas palavras do seu fundador: “Educação é gênero de primeira necessidade e investimento prioritário”.

Já àquela época, o empresário e bacharel Edson Queiroz chamava a atenção para a necessidade de combater as carências do sistema educacional, investindo fortemente na escolarização de jovens e adultos, bem assim na qualificação da mão de obra, para alcançarmos um patamar de maior desenvolvimento, um pensamento que se mantém atual, especialmente neste momento em que estamos discutindo o Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos, do qual sou Relator aqui, no Senado Federal.

Sob orientação da nossa Presidenta Dilma Rousseff, defendemos a vinculação dos recursos provenientes dos *royalties* do petróleo para alavancar o desenvolvimento da educação desde a pré-escola até a pós-graduação. E os três Senadores do Estado do Ceará são unânimes na vinculação dos *royalties* do petróleo para a educação brasileira. Precisamos, fortemente, desses recursos para que possamos investir no mínimo 10% do Produto Interno Bruto brasileiro na educação brasileira.

Hoje, em que pesem os avanços nessa área, o crescimento econômico, o fortalecimento do mercado interno e a projeção do Brasil no programa internacional demandam formação de bons profissionais e capacitação técnica em maior escala, o que confirma a antevisão desse grande empreendedor, Edson Queiroz.

De fato, sua concepção, ao criar a Unifor, não se pautou meramente em estudos de mercado. Ele concebia uma instituição que atuasse de forma efetiva no processo de desenvolvimento da região, ao mesmo tempo em que promovesse o aprimoramento intelectual dos educandos e melhorias na qualidade de vida de suas famílias.

Pois esse sonho, Sr. Presidente Eunício Oliveira, se realizou. Infelizmente, o fundador da Universidade de Fortaleza, que nos deixou prematuramente aos 57 anos de idade, não pôde acompanhar por muito tempo o crescimento e a modernização da instituição que criou; mas, por uma década, participou de cada etapa conquistada pela Unifor, como a inauguração da biblioteca, a primeira colação de grau e a criação do Núcleo de Atenção Médica Integrada.

Vítima de um acidente aéreo, no dia 8 de junho de 1982, ele não chegou a comemorar o reconhecimento da Unifor pelo Conselho Federal de Educação, no ano seguinte. Seu filho primogênito, Airton José Vidal de Queiroz, nosso chanceler, assumiu a Fundação Edson Queiroz e a chancelaria da universidade, dando continuidade aos planos do empresário.

A Unifor continuaria sua trajetória em busca da excelência no ensino e da interação com a comunidade.

Resumidamente, em 1992 ela implantou o Programa de Iniciação Científica, destacando-se no rol nacional das Instituições de Ensino Superior; em 2001, inaugurou o primeiro laboratório brasileiro de projetos para o mercado de gás liquefeito de petróleo; em 2003, criou o Núcleo de Educação à Distância e inaugurou o Teatro Celina Queiroz; no ano seguinte, inaugurou o Centro de Convivência e obteve a validação dos cursos de mestrado; em 2009, abriu cursos de Doutorado em Psicologia, Administração de Empresas e Saúde Coletiva; conquistou, no ano seguinte, o Prêmio Melhores Universidades, quando foi considerada a melhor instituição privada das regiões Norte/Nordeste; em 2011, deu início aos cursos superiores de graduação tecnológica. E chega a 2013, Sr. Presidente, com pujança, com a determinação de manter a excelência no ensino superior e com elevado conceito, no meio acadêmico e na comunidade em geral.

Ao longo dessas quatro décadas, a Universidade de Fortaleza já graduou mais de 70 mil profissionais, 7 mil deles com pós-graduação, contribuindo para melhorar a educação e a capacidade intelectual, a qualificação da mão de obra requerida pelo mercado e o processo de desenvolvimento de toda a região.

Hoje, a instituição tem mais de 25 mil alunos nos 40 cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, e graduação tecnológica. Ao todo, são mais de 70 cursos de especialização, Mestrado, e ainda Doutorado nas áreas de Direito Constitucional, Administração de Empresas, Psicologia, Saúde Coletiva, Informática Aplicada e Biotecnologia.

A par das atividades estritamente acadêmicas, a Unifor desenvolve numerosos projetos de responsabilidade social e ambiental, arte, cultura e práticas desportivas. Visando uma formação integral e atualizada dos educandos, dá ênfase à pesquisa, oferece cobertura de Internet *wi-fi* gratuita em todos os ambientes do campus e mantém convênio com o Programa Internacional de Intercâmbio Acadêmico, que reúne mais de 160 universidades de 35 países.

Para oferecer essa qualidade de ensino, a Unifor conta com um corpo docente de alta qualificação, 1,2 mil professores, dos quais 80% com títulos de Mestrado ou Doutorado, superando com larga margem o mínimo exigido pelo Ministério da Educação. E dispõe, nos 720 mil m² do seu *campus*, de 300 salas de aula e 230 laboratórios, auditórios, salas de vídeo, biblioteca, teatro, parque esportivo e espaço cultural; e ainda, TV universitária, núcleo de atenção médica, clínica odontológica, escritório para prática jurídica,

escola de ensino infantil e outros núcleos de prática acadêmica e de pesquisa.

Com toda essa estrutura, a Unifor não se habilita apenas a garantir o ensino acadêmico, com teoria e prática de excelente nível; habilita-se, também, a desenvolver seus projetos sociais, entre os quais destaco o programa Promoção de Saúde Mental, que atende pessoas com transtorno psíquico ou em situações de risco que possam desenvolver patologias; o Grupo Cabelos Brancos – logo, logo, D. Yolanda, eu me inscreverei nesse grupo, com poucos cabelos, na verdade –, que desenvolve ações educativas para idosos, tendo como objetivos a prevenção de acidentes domésticos, orientação familiar e socialização; o Grupo Interativo, que, integrando ações de Terapia Educacional, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Psicologia, atende crianças e adolescentes com necessidades especiais, com atraso no desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem ou de comportamento.

Destaco, ainda, Sr. Presidente, os projetos Despertar Corpo e Mente, que promove ações educativas, lúdicas e recreativas, e o Grupo Reviver, que assiste pessoas com sequelas de patologias neurológicas. Entretanto, gostaria de chamar a atenção, especialmente, para a atuação do Núcleo de Atenção Médica Integrada, o Nami, criado em 1978 e concebido pelo Chanceler Edson Queiroz para a promoção de saúde e qualidade de vida, especialmente em comunidades carentes. O Nami promove a efetiva integração comunidade-escola, reunindo professores e alunos numa ação assistencial que é desenvolvida em consonância com as pesquisas acadêmicas da Unifor.

No Nami são realizados mais de 300 mil procedimentos por ano, incluindo alguns atendimentos de alta complexidade. As atividades abrangem consultas médicas, exames laboratoriais, imunização, diagnósticos por imagem, serviços de enfermagem, nutrição, fisioterapia e muitos outros atendimentos, beneficiando anualmente cerca de 25 mil pacientes. Além do atendimento clínico, o Nami desenvolve ações com grupos especiais, como o programa destinado aos pacientes com transtornos alimentares e obesidade. Nessa unidade, aproximadamente 3,5 mil estudantes do Centro de Ciências da Saúde e do curso de Psicologia realizam seus estágios, devidamente supervisionados, fazendo do Nami uma referência em todo o Nordeste pela qualidade da assistência prestada.

A excelência do Nami pode ser atestada por serviços como o atendimento aos portadores de paralisia cerebral espástica; pelas atividades da Academia de Integração Sensorial e do Ambulatório de Espastici-

dade; e pelo reconhecimento de entidades especializadas. Podemos citar, nesse caso, a Certificação de Padrão Ouro em Esterilização, conferida pela 3M do Brasil; o Prêmio de Liderança e Gerência, outorgado pela USAID/MSH, de Massachussets; e o Conceito de Excelência em Análises Clínicas, concedido pela Sociedade Brasileira de Análises Clínicas.

O modelo de atuação da Universidade de Fortaleza, reunindo na formação acadêmica teoria, prática e interação com a comunidade, é tudo do que o Brasil precisa para agilizar e consolidar o seu crescimento econômico.

A educação – todos sabemos – é o caminho mais curto para o desenvolvimento. Os países periféricos que, nas últimas décadas, investiram fortemente na educação e na tecnologia, hoje integram o grupo dos países desenvolvidos. O Brasil tem experiências próprias que permitem chegar a essa conclusão: a Embraer, a Petrobras e a Embrapa são exemplos incontestáveis de que é preciso investir em educação, pesquisa, qualificação da mão de obra e tecnologia.

A participação da iniciativa privada é fundamental. Nós entendemos que a educação particular e a pública fazem parte de um mesmo ramo, que é educar bem as nossas famílias. Por isso é que o Brasil cresce tanto hoje no mundo acadêmico, isto é, porque soube compreender que necessita tanto da educação particular como da educação pública, tanto para o desenvolvimento de pesquisa quanto para a inovação tecnológica. Afinal, de pouco adiantam a acumulação de capital e o progresso tecnológico se não forem acompanhados de políticas públicas adequadas e de uma boa dose de empreendedorismo. Nesse aspecto, temos que louvar o descortino de Edson Queiroz, que, tendo fundado um forte conglomerado econômico, procurou dar impulso ao desenvolvimento regional por meio de uma instituição de ensino com grau de excelência e responsabilidade social.

O Brasil tem um déficit, hoje, Sr. Presidente, de 26 mil médicos para atender às ações do Saúde da Família; e um déficit de pelo menos 15 mil engenheiros para dar conta do parque de investimentos e dos programas públicos e particulares que o Brasil desenvolve neste momento.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente, a Unifor, ao completar seus 40 anos de fundação, merece nossa estima e nossa admiração. Ao cumprimentar os dirigentes dessa instituição e os familiares desse empreendedor visionário, que foi Edson Queiroz, salientamos nossa convicção de que a Unifor se fez respeitada e reconhecida por sua excelência acadêmica e por sua

responsabilidade social; enfim, por seus compromissos com a educação e com o nosso País, o nosso Brasil.

Parabéns a todos pela participação nessa história, especialmente aos trabalhadores da Unifor, seu corpo técnico e docente. Parabéns aos estudantes que também fazem parte dessa construção.

E, para finalizar, desejo longevidade à Unifor e sucesso para as novas gerações, que continuarão avançando, construindo e fortalecendo essa história pelas próximas décadas de um futuro que se mostra promissor para todos nós.

Muito obrigado!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador José Pimentel.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Inácio Arruda a fim de que eu possa falar em nome do PMDB nacional e em nome do Bloco da Maioria no Senado Federal, dos quais tenho a honra de ser Líder.

Senador Inácio Arruda, por favor. (Pausa.)

O Sr. Eunício Oliveira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Concedo a palavra ao Ex^{mo} Sr. Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB, Líder da Maioria nesta Casa.

Só não posso lhe conceder a palavra na condição de aluno da Unifor, uma vez que, agora, V. Ex^a é ex-aluno da Unifor.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Inácio Arruda, Ex^{mo} Presidente desta sessão; Ex^{mo} Sr. Senador, autor do requerimento, José Pimentel; Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, ex-Senador pelo Distrito Federal, que nos honra com a sua presença, Ex^{mo} Sr. Valmir Campelo; Magnífica Reitora da Universidade de Fortaleza (Unifor), Ex^{ma} Sr^a Fátima Maria Fernandes Veras; Chanceler da Universidade de Fortaleza, Dr. Airton Queiroz; Vice-Presidente da Fundação Edson Queiroz, Sr^a Yolanda Queiroz; Vice-Presidente da OAB do Ceará, Sr. Ricardo Bacelar; cumprimento também os Srs. Deputados Federais aqui presentes, como o Deputado Danilo Forte, que acaba de ser eleito Relator da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento federal, do Brasil; o Ex^{mo} Sr. Deputado Chico Lopes e, também presente a esta sessão, o Deputado Antonio Balhmann; queria também cumprimentar aqui o presidente da Academia Cearense de Letras, que está entre nós, Sr. José Augusto Bezerra; o presidente da Associação Comercial

do Ceará, João Porto Guimarães; o diretor Executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Sr. Sólton Caldas; o presidente do Diretório Central dos Estudantes da Unifor – Universidade de Fortaleza, Sr. Gerson Menezes Rogério; queria cumprimentar o meu amigo Pio Rodrigues, que se faz aqui presente, ao lado da sua mulher, Estela; queria cumprimentar, também, a Prof^a Dr^a Manoela Queiroz; o Dr. Edson Neto; o Dr. Pádua Lopes; o Sr. Fernando César Mesquita, que também está aqui entre nós; o Sr. Wilson Ibiapina; e tantos cearenses ilustres que vejo, aqui, nesta manhã; queria cumprimentar os Srs. Embaixadores, que representam aqui o corpo diplomático; as Sr^{as} e Srs. funcionários e membros do corpo docente da Universidade de Fortaleza; minhas senhoras e meus senhores, telespectadores da TV Senado e Rádio Senado, esta é uma sessão especial pelo transcurso dos 40 anos da Unifor.

Certa vez, foi perguntado àquele notável homem, de pensamento e de ação, que foi Thomas Jefferson, patriarca da independência americana e o terceiro Presidente dos Estados Unidos, qual a inscrição que ele gostaria que figurasse no seu epitáfio. Sem hesitar, Jefferson respondeu simplesmente isso: “Aqui jaz o fundador da Universidade da Virgínia”.

Inegavelmente, meus queridos amigos, minhas amigas, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Deputados aqui presentes, entre as inúmeras realizações que marcaram a trajetória do saudoso empresário, homem público e visionário, Edson Queiroz, a nossa Universidade de Fortaleza (Unifor) está entre as suas maiores criações. E digo “nossa” na mais ampla e exata significação da palavra, pois as contribuições acadêmicas, culturais, científicas e sociais da Universidade transbordam os limites do seu *campus*, para engrandecer a nossa capital, o nosso Estado, a nossa economia e o nosso povo cearense.

Em 1973, esse homem, o saudoso Edson Queiroz, atuou como um verdadeiro visionário, percebendo a necessidade e, ao mesmo tempo, o extraordinário potencial do Estado do Ceará e de toda a região. Como primeiro Chanceler da Unifor, tinha algumas certezas: “A Universidade de Fortaleza não pertence à Fundação Edson Queiroz, pertence a todos. A obra é de cunho nacional e todos os que aqui se formarem serão úteis à Nação”, asseverou Edson Queiroz na inauguração da Universidade de Fortaleza.

De seu fundador, a instituição herdou a capacidade de se reinventar, de crescer, de servir cada vez mais e melhor. E os frutos da semeadura estão aí, cultivados com o mesmo amor, o mesmo carinho,

pelo seu filho, o Chanceler Airton Queiroz, que está aqui à mesa, à frente de numerosa e valorosa equipe docente e administrativa.

Quase 80 mil profissionais formados nos cursos de graduação e pós-graduação, 1.200 professores, compartilhando seu saber, em cerca de 300 salas de aula e mais de 230 laboratórios.

Mas não é só isso, pois suas atividades extracurriculares, programas e projetos de extensão, ajudam a expandir decisivamente os horizontes espirituais dos fortalezenses, que participam dos eventos do seu espaço cultural e do seu Teatro Celina Queiroz – de saudosa memória –, difundindo algumas das mais significativas manifestações das artes visuais e cênicas do Brasil e, por que não dizer, do mundo.

Na área social, são marcantes as iniciativas como a do Núcleo de Assistência Médica Integrada (Nami); a Clínica Escola, que realiza cerca de 300 mil procedimentos, atendendo mais de 25 mil pacientes por mês; ou o Escritório de Prática Jurídica, saciando a sede de justiça de uma imensa clientela carente; ou, ainda, a Escola de Aplicação Yolanda Queiroz, com seus 600 alunos e alunas, entre 8 e 12 anos de idade, da comunidade do Dendê, entre os quais aqueles com melhor aproveitamento depois recebem bolsas de estudos para o ensino médio e até para o ensino superior na própria Unifor.

A universidade também é uma preciosa parceira da sociedade cearense na integração à economia global do conhecimento e da informação, por meio de convênios com as universidades de Columbia e da Pensilvânia.

São duas vocações que se completam: a vocação da Unifor para a excelência e a vocação cearense para o progresso – em prol do bem comum, em prol do futuro da nossa Fortaleza, do nosso Ceará, do nosso Nordeste e do nosso País!

Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda, que preside esta sessão, ao lado do autor do requerimento, Senador José Pimentel, Srs. Deputados cearenses, minhas senhoras e meus senhores, permitam, por gentileza, uma breve abordagem, de certa forma, confessional. Antes de concluir esta intervenção, devo dizer que um dos mais memoráveis períodos da minha vida se desenrolou quando frequentei o curso de Economia da Universidade de Fortaleza, na sua primeira turma.

E lembro aqui, ainda, o meu número. Era o aluno matriculado sob o nº 74.056, da primeira turma de Economia daquela Universidade. Que saudade! Mas a vida nos traz para outros caminhos.

Depois, vim para Brasília. Aqui conquistei os bacharelados em Administração de Empresas e em Ciências Políticas. Recordo-me com saudade dos anos da minha primeira universidade, morando ainda na Casa do Estudante.

Foram esses os caminhos que me trouxeram até aqui, depois de ter passado pelo movimento estudantil. Foi a porta de ingresso na política partidária, que me tem dado a oportunidade, em todos esses anos, já longos anos, de servir ao povo do Ceará, ao povo do Nordeste, ao povo do meu Brasil.

Parabéns, saudoso Edson Queiroz! Está no céu, vendo-nos neste momento. Parabéns à D. Yolanda! Parabéns a ela, que preside esse grupo, desde quando Deus tirou do nosso convívio o saudoso Edson Queiroz.

Lembro aqui uma passagem, D. Yolanda. Eu, ainda muito jovem, o jornal *Correio do Ceará* havia sido comprado pelo Grupo Ultralimpo. Eu, que participava como Diretor do Grupo Ultralimpo, fui, certo dia, ao jornal *Diário do Nordeste*. Não sei como funciona hoje, mas, naquela época, eram bobinas grandes, importadas. E, quase às duas e meia da manhã, ali encontrei aquele cidadão extraordinário, que iniciava mais um empreendimento.

E vejo, ali, o Senador Mauro Benevides, a quem quero cumprimentar, hoje Deputado Federal, ex-Presidente desta Casa. Lembro-me, com saudade e até com certa emoção, de quando fui pedir emprestadas duas bobinas ao Sr. Edson Queiroz. Ele estava sentado em uma delas, levantou-se e disse: “Eu não sei se você tem força para levá-las, mas essas bobinas você pode levar e tirar o jornal.” O jornal era concorrente de um jornal que se iniciava naquele momento, que era o *Diário do Nordeste*. Esse era o cearense extraordinário chamado Edson Queiroz.

Por isso é que aqui eu o parabenizo, na ausência, como parabenizo a D^a Yolanda Queiroz, que deu sequência ao seu trabalho, que é Presidente do Grupo Edson Queiroz, o Chanceler Airton Queiroz, em cuja pessoa também cumprimento todos os dirigentes dos corpos docente, discente e administrativo da Universidade.

Parabéns, Unifor!

Parabéns, povo cearense!

Parabéns, mais uma vez, à Universidade de Fortaleza, orgulho de todos nós cearenses!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Parabéns, Senador Eunício Oliveira, pelo seu pronunciamento, ex-aluno que rende homenagens aqui também à sua Universidade!

Ao registrar, uma vez mais, a presença do Senador Mauro Benevides, ex-Presidente desta Casa, nós vamos ... A Casa não é minha, não, mas a boca é. Então, eu quero convidar o Senador Mauro Benevides para que ele também venha compor a Mesa conosco.

Aqui está também o nosso colega Danilo Forte, engenheiro civil pela Universidade Federal do Ceará, mas formado em Direito pela Universidade de Fortaleza, também ex-aluno da Universidade de Fortaleza.

Vocês veem que a Universidade se estende. Quer dizer, ela forma não só os novos, mas forma também os antigos alunos de outras universidades em novos cursos.

Vou ter que me ausentar aqui da Presidência e, com satisfação, convido o nosso colega e autor desse requerimento, Senador Pimentel, para comandar os trabalhos, para que eu também possa fazer uso da palavra.

O Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso Senador Pimentel; Senador Eunício Oliveira; nosso ex-Presidente, Senador e hoje Deputado Federal; nossos convidados para esta homenagem; Ministro Valmir Campelo, também ex-Senador da República, cearense de Crateús, muito significativa também a sua ascensão nesta terra; D^a Yolanda Queiroz, matriarca de toda essa geração, digamos assim, que conduz a Universidade de Fortaleza; Chanceler Airton Queiroz; nosso representante da OAB, Ricardo Bacelar Paiva; e a nossa Reitora, que tem essa responsabilidade extraordinária de conduzir a Universidade de Fortaleza exatamente quando ela alcança quatro décadas de existência.

Acho que é muito importante, Dr^a Fátima Veras, que você conduza uma universidade com esse grau de prestígio, mostrando também a força e o poder das mulheres, não só no comando de D. Yolanda, mas também no comando de Fátima Veras na Universidade de Fortaleza, uma reitora ligada a causas humanistas e à formação do povo do nosso Estado.

Quero cumprimentar os nossos colegas Parlamentares Chico Lopes e Danilo Forte, que aqui está, o nosso colega Balma. Também quero cumprimentar o nosso ex-Reitor da Universidade Federal do Ceará Roberto Cláudio, que está aqui conosco, aqui ao lado – não sei se já está mais para cá, mas estava aqui ao

nosso lado –; os nossos dirigentes empresariais João Porto Guimarães, que aqui está conosco, e o nosso Sólon Hormidas Caldas; o Gerson Menezes Rogerio, Presidente do Diretório Central dos Estudantes, que está aqui representando com um grupo grande de estudantes que vieram prestigiar esta solenidade em homenagem aos 40 anos da Unifor; o Presidente da Funcap, Haroldo, que aqui está entre nós; os nossos Pio Rodrigues – dirigentes empresariais que aqui estão – e Jorge Parente, que também está conosco e presidiu a Federação das Indústrias; jornalistas comandados aqui por Ibiapina, ele e os seus colegas, o Mesquita e tantos outros jornalistas que aqui estão, o Fernando, que acompanham a atividade do grupo inteiro aqui, no Congresso Nacional, e fora do Congresso Nacional, na cidade de Brasília, Capital do nosso Estado.

Então, a gente sempre fica examinando. Bom, depois de tão prestigiadas falas, tão bem postas aqui entre nós, como avançar na descrição desse empreendimento que é a construção de uma universidade? Mas não é a construção de uma universidade em um lugar qualquer... Porque pode ser fácil construir em um espaço em amplo desenvolvimento, em uma região florescente, em que a riqueza está por todos os lados, mas construir uma universidade em uma região mais sofrida do mundo, numa região semiárida... Chegar a essa região e dizer que vai construir uma universidade ali, no meio do semiárido, numa das partes mais inóspitas do Brasil não é para qualquer um.

Eu comparava ali com a nossa reitora, Airton e D. Yolanda. O que é isso? Existem essas figuras no meio do povo. Existe esse tipo de empreendedor, que não imagina que vai ganhar mais com aquele empreendimento, mas que sabe que aquele empreendimento vai fazer com que muitos possam ganhar mais, principalmente o conjunto da sociedade. Ousadia é isso, é enfrentar uma situação em um espaço muito inóspito, porque, num local fácil, em que as coisas estão dadas, realizar um grande empreendimento é tranquilo. Mas é mais complexo, num local mais difícil, tomar a iniciativa de dizer “Vamos fazer uma universidade, vamos construir um espaço de conhecimento, de saber!” E aí é que surgem, muitas vezes, figuras extraordinárias e que alguns olham assim meio de travessa: “Quem é ele? Como é que vai fazer isto? Aprendeu onde? Trouxe de onde essa disposição e essa vocação?” Isso acontece e, às vezes, olham de forma meio preconceituosa: “Ora, existe mesmo condição de fazer isso? Será que está bom da bola mesmo, do juízo? O que aconteceu?”

Isso ocorre. Ou isso não ocorreu quando um operário quis ser Presidente? Não é verdade?! Todo

mundo disse: “O que é isso? Esse operário deve estar ficando maluco! Quer presidir um país capitalista do tamanho do Brasil, de dimensões continentais?!” Mas não estava, não. Queria tocar o País para frente.

Creio que esse empreendimento Universidade de Fortaleza não é o empreendimento Universidade de Fortaleza, mas é o empreendimento daqueles que pensam o nosso País, que pensam que é possível desenvolver todas as regiões e que nós podemos conectar todas essas regiões, gerando conhecimento, gerando saber, fazendo investimento, quando fazer investimento numa área como essa, uma área de formação acadêmica, era visto como negócio de prejuízo. E todo mundo ficar pensando assim: eu quero é ver a queda. Mas dá certo. E deu certo!

Eu tenho aqui um conjunto de citações, que eu busquei examinar, das palavras. Como é que o cabra acreditou no negócio, não é verdade? Talvez fosse bom a gente poder lembrar. Esta sessão solene aqui no Senado da República, eu digo, primeiro, que faz justiça à perseverança, ao pioneirismo, à ousadia e à saga do povo cearense, que é simbolizada no fundador, Edson Queiroz. Ele citou: “educação é gênero de primeira necessidade e investimento prioritário”. Foram as palavras do criador da Unifor, Chanceler Edson Queiroz, por ocasião do discurso de inauguração da Universidade em 1973, e representa a mais viva expressão de responsabilidade e compromisso para com a sua terra e sua gente.

A ideia da criação da Universidade de Fortaleza, concebida pelo industrial, não foi motivada meramente por estudo de mercado –se fosse, estaria falida – que revelavam a carência do sistema educacional. Edson Queiroz, seu primeiro Chanceler, planejava uma instituição “viva” atuando decisivamente no processo de desenvolvimento da região. Ele a queria para provocar a mudança do *status* social e econômico de seus estudantes, com efeitos positivos para suas famílias e para a comunidade. Para Edson Queiroz, “a Universidade de Fortaleza não pertence à Fundação Edson Queiroz, pertence a todos. A obra é de cunho nacional e todos os que aqui se formarem serão úteis à Nação”. E hoje, além disso, muitos estão fora, ajudando o mundo a se desenvolver.

Ao comemorarmos os 40 anos da Unifor, é preciso registrar que o ideal de Edson Queiroz se materializou nos mais de 70 mil profissionais graduados e mais de 7 mil pós-graduados pela Unifor. Dos 1.270 alunos iniciais, hoje, cerca de 25 mil compõem a população do atual corpo discente em seus 31 cursos de graduação.

A universidade está instalada em um *campus* de 720 mil metros quadrados, onde se encontram uma megaestrutura com cerca de 300 salas de aula e mais de 230 laboratórios especializados. O *campus* também é composto por auditórios, salas de vídeo, biblioteca, centro de convivência, núcleo de atenção médica, clínica odontológica, parque desportivo, teatro, espaço cultural, escritório para prática jurídica, empresa juniores, TV universitária, escola de ensino infantil e fundamental e diversos outros núcleos de prática acadêmica e pesquisa.

É bom citar as empresas encubadas, que estão transformando a universidade em uma universidade de pesquisa ao mesmo tempo básica, mas de pesquisa aplicada. Há poucos dias, acompanhando a nossa reitora Fátima Veras, ao lado, também, de Edson Neto, que aqui está, esteve a Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Dali, já pegou um cavalo de pau da Unifor pra sair em um cavalo de pau para a Bahia. Não é verdade, Macedo? Diz-se que o cavalo de pau vai ser transformado... Não sei se o Menescau vai, também, em cima do cavalo de pau. Mas é a empresa encubada no laboratório vivo, que, ao mesmo tempo, faz a pesquisa básica e a aplicada, que vai vender serviços, que vai transformar em negócio e vai ajudar a gerar riqueza no País.

O corpo docente altamente qualificado, composto de 1.200 professores, com mais de 80% de mestres e doutores, é responsável pela supervisão de centenas de projetos de pesquisa no domínio científico, tecnológico, artístico e cultural.

Interligada por diversos acessos de alta velocidade à Internet, todos os processos acadêmicos e administrativos da Instituição estão integrados, possibilitando à comunidade acompanhar, virtualmente, em um mesmo ambiente, procedimentos didático-pedagógicos, acessar avançadas bases de dados para pesquisa e utilizar os recursos da educação à distância. Além disso, o *campus* da Unifor oferece cobertura de Internet gratuita em toda a sua extensão.

É bom dizer que oferece cobertura de Internet e uma ampla cobertura vegetal. Em uma das visitas, alguém me falou que até o microclima da região – não sei se foi o Aírton ou se foi outro – foi alterado positivamente. Acho que é importante ressaltar isto.

Sobre a Unifor, o Chanceler Edson Queiroz declarou: “Não quero que falem agora da Universidade, mas, sim, daqui a 10, 20 anos, quando talvez eu não esteja mais aqui”. Passados, agora, 40 anos, muito pode ser dito sobre a Instituição. No entanto, o que mais concretamente deve ser considerado é o incon-

testável valor que, hoje, representa a Universidade de Fortaleza no cenário da educação brasileira. A Unifor contribui para a formação da inteligência nacional, por meio da produção e difusão dos saberes necessários à construção do País justo e soberano.

Às vezes, não é fácil falar “soberano”, como país, como nação. Soberano a gente só conhecia como monarca, como imperador. Mas falamos “soberano” no sentido da nação; do povo; do conhecimento, da capacidade e do preparo de alguém que trabalha para fazer com que sua nação esteja de pé, de cabeça erigida, caminhando e sabendo onde está efetivamente pisando. Acho que é esse o sentido do País soberano, proposto pela Universidade de Fortaleza.

Em todas as áreas do conhecimento, seja no campo jurídico, no campo tecnológico, nas ciências econômicas, na área das humanidades, nas ciências sociais, na ciência da saúde, na engenharia, na robótica e na microeletrônica, a Universidade de Fortaleza tem formado uma geração de profissionais capacitados, que muito têm contribuído para o desenvolvimento do Ceará e do Brasil.

O reconhecimento da instituição e sua maturidade acadêmica não vieram por acaso, mas são fruto do trabalho de profissionais que lutam e desejam que, pela educação, pelo ensinar e pelo aprender diários, se construa uma sociedade justa, solidária e humana no mundo melhor que queremos.

Cumprimento o atual Chanceler da Unifor, Sr. Aírton Queiroz; a Dona Yolanda Queiroz; a nossa Reitora, a querida Fátima Veras; e todos os professores, funcionários e estudantes da Unifor. A todos e a todas, nosso reconhecimento! Esta é uma homenagem merecida que, hoje, o Senado da República presta à Universidade de Fortaleza.

Faremos aqui uma retrospectiva histórica, reportando-nos ao dia 26 de março de 1971, quando foi autorizada a instalação da Fundação Edson Queiroz. No mês seguinte, em plena fase de reforma do ensino universitário, a Universidade de Fortaleza recebe do Conselho Federal de Educação, por votação unânime e pela primeira vez na história das instituições de ensino superior particulares brasileiras, a autorização para funcionar já como universidade, sem que antes tivesse sido uma escola isolada. E, já em 17 de fevereiro de 1973, tem início o 1º Concurso Vestibular da Universidade de Fortaleza.

A Unifor tem como missão promover a produção e difusão do saber, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, articulados, visando à formação inte-

gral do cidadão e à sua qualificação para o exercício profissional.

No ato do lançamento da pedra fundamental da Universidade de Fortaleza, em 14 de setembro de 1971, afirmava Edson Queiroz:

Há momentos que constituem um marco na existência das pessoas. Temos vivido e experimentado alguns de relevância, com a concretização de empreendimentos comerciais e industriais ou de iniciativas outras que projetam a vida cearense. Mas nenhum daqueles eventos se nos afigura tão importante como o que ora vivemos, ao ensejo do lançamento da pedra fundamental da Universidade de Fortaleza. Iniciamos a obra que todos testemunham, dentro de uma filosofia de servir com os melhores propósitos. A Universidade não pertence à Fundação; pertence a todos vós, a quem concito juntar esforços em prol do desenvolvimento educacional do nosso Estado.

Edson Queiroz destacava ainda em seu discurso visionário:

A ciência a serviço do homem poderá servir às necessidades do homem, melhorar a sociedade humana e até mesmo o próprio homem... Não é necessário que a pobreza da terra se alie a pobreza cultural do homem para que se eternize a pobreza material do povo.

Sua preocupação, desde o início, voltou-se para o objetivo maior de proporcionar ao nosso povo a possibilidade de superar, por meio do conhecimento, as dificuldades de sua condição de vida, agravadas pela hostilidade do ambiente natural. Ainda no discurso de lançamento da pedra fundamental da Unifor, ele destaca:

É possível explicar e até justificar nossa deficiência em ação através da pobreza do povo. Mas a pobreza da terra hostil jamais permite tolerar que nela continue indefinidamente a sobreviver um povo insuficientemente preparado para o trabalho racional e a tecnologia moderna. A pobreza da terra impõe ser compensada pela riqueza cultural do povo, se se quiser preservar a dignidade da condição humana... A região que mais necessita da pesquisa e da técnica, para poder melhorar a triste situação econômica de seu povo, que vive em terra hostil, é a que quantitativamente menos chance dá à nova geração, que não pode emigrar por

carência de meios financeiros, de se beneficiar a si e a seu Estado de uma educação superior.

O Chanceler Edson Queiroz acreditava que a educação é uma atividade das mais relevantes e, mais que isso, uma tarefa que se impõe como prioritária, uma das bases necessárias para alavancar o progresso e o desenvolvimento não só do Estado, mas de toda a Região Nordeste.

Segundo ele, “somente a técnica e o trabalhador educado podem melhorar a produtividade de nosso solo hostil, aumentar a nossa produção industrial e os nossos bens de serviço. Eu acredito que para nós do Nordeste educação é problema de subsistência, é artigo de primeira necessidade”.

Em discurso na solenidade de inauguração da Biblioteca Central, em 21 de março de 1974, afirmou categoricamente: “Não existe desenvolvimento sem educação”.

A Universidade de Fortaleza nasce, assim, da vontade de um cearense que colocou o seu caráter empreendedor a serviço de uma das mais nobres causas: legar às gerações futuras a possibilidade de construir, por meio do conhecimento, uma nova realidade, a ampliação de horizontes, em um processo que visa ao pleno desenvolvimento de suas capacidades, seja pelo domínio de novas tecnologias, da preservação de nossa riqueza cultural, contribuindo para superar as desigualdades regionais que tanto penalizavam o Nordeste brasileiro e o Ceará, em particular.

A criação da Unifor evidencia um projeto audacioso desde o seu início.

Atualmente, não há dúvida de que o investimento em educação superior, além dos óbvios benefícios sociais e culturais, apresenta reduzido risco em termos de atividade empreendedora. Não era assim no início dos anos 70. Com certeza, se fosse movido apenas pelos interesses inerentes à atividade empresarial, onde o risco deve ser sempre bem calculado, certamente o Chanceler Edson Queiroz não teria sequer cogitado enveredar por tão incerto caminho. Além disso, a audácia também estava presente no porte da instituição que desejava construir, não apenas do ponto de vista de sua estrutura física, mas também de sua proposta acadêmica, sempre voltada para, em primeiro lugar, suprir as enormes lacunas então existentes na educação superior em nosso Estado.

Esse espírito audacioso pode ser confirmado nesta fala do Chanceler Edson Queiroz:

Há alguns anos, formulamos um desejo de criar uma universidade em Fortaleza. Desde os primeiros momentos, essa vontade transformou-se em uma determinação que comandava toda a nossa capacidade de ação e devoção. Urgia a mobilização de todas as forças para modificar o processo que estava ampliando o fosso existente entre o Nordeste e os centros sulistas. Assim nasceu a Universidade de Fortaleza, não como um sonho em si, mas como uma iniciativa que viesse ajudar a compatibilizar o Nordeste com as demais regiões do País; a de ver a nossa matéria-prima transformada, aqui mesmo, em produtos de exportação; a de criar tecnologia adequada para o aproveitamento das nossas riquezas agrícolas; a de ver erradicado o subdesenvolvimento estampado na face das nossas crianças.

Quando da solenidade da 10ª Colação de Grau da Unifor, em 14 de setembro de 1980, o Chanceler Edson Queiroz já explicitava o êxito da iniciativa: “Recompensada está a Unifor com os serviços que vem prestando ao País, suprimindo de recursos humanos de qualidade seu mercado de trabalho”.

E, aos que, anos antes, duvidaram de que tal êxito fosse possível, dirigiu esta frase lapidar: “Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho”.

Hoje, ao comemorarmos os 40 anos de sua existência, temos a grata satisfação de ter na Unifor um dos patrimônios de nosso Estado. A Unifor é cotada entre as melhores universidades privadas no Brasil, e sua importância tem alcance internacional. Prova disso é a concessão, pela Universidade de Havre, na França, do título de Doutor *Honoris Causa* ao Sr. Airton Queiroz, Presidente da Fundação e Chanceler da Unifor, em reconhecimento pelo seu trabalho à frente dessa Universidade.

Sendo uma das mais conceituadas instituições de ensino superior da Europa, a Universidade do Havre homenageia, a cada dois anos, personalidades de todo o mundo cujas atividades sejam voltadas para a promoção da arte e da educação, aliando o trabalho à responsabilidade social.

Nesse sentido, cabe aqui destacar todo o compromisso incansável do Sr. Airton Queiroz com a continuidade dos ideais que orientaram a criação da Unifor, compromisso esse que, associado a uma notável visão

social e humanística, fez da Unifor essa instituição que tanto nos orgulha.

Com efeito, não bastasse a preocupação constante com a excelência da formação dos estudantes em seus diversos cursos, com a reconhecida competência técnica e ética de sua pesquisa e de suas atividades de extensão, a Universidade de Fortaleza, expressando a verdadeira essência da instituição universitária como espaço de produção, propagação e preservação da cultura e das artes, articulando seu alcance universal e sua realidade regional, é detentora de um dos mais significativos acervos artísticos, tanto pelo número, como pela qualidade e raridade de suas obras.

Segundo Paulo Herkenhoff, um dos mais reconhecidos críticos de arte do Brasil, atualmente à frente da curadoria do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o acervo artístico da Unifor só é superado pelo do Museu D. João VI, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pelo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo.

Esse extraordinário acervo conta com obras de Rembrandt, de Rubens, de Miró, entre outros grandes expoentes da expressão artística universal. O acervo da Unifor contém o melhor da arte brasileira, com obras de Antônio Bandeira, de Iberê Camargo, de Portinari, de Anita Malfatti, de Burlle Marx, dos cearenses Chico da Silva, Heloísa Juaçaba, Aldemir Martins e Raimundo Cella e do fotógrafo Chico Albuquerque, entre outros não menos importantes, contemplando de 120 a 150 anos da trajetória da arte brasileira. É um acervo cuja existência, por si só, já engrandece todos nós cearenses, mas que, em uma prova da compreensão de seus dirigentes da importância da arte para a formação das mentalidades e para a emancipação de um povo, torna-se acessível por meio das inúmeras exposições com as quais a Unifor nos brinda frequentemente.

Não é possível encerrar sem estabelecer nesta homenagem que a Unifor foi construída por Edson Queiroz. Nós teríamos que afirmar que se tratava de uma pessoa simples, com capacidade de ouvir, de aprender permanentemente e de compreender a realidade no seu entorno. E, compreendendo isso, sabendo pisar bem o chão, teve a capacidade de enfrentar a adversidade, de enfrentar o preconceito e de dizer: vamos construir uma universidade. Não é qualquer coisa; trata-se de construir uma universidade.

Assim, senhoras e senhores, gostaríamos de, mais uma vez, dar os nossos parabéns a todos que fazem essa instituição, a Universidade de Fortaleza, desejando a continuidade do seu sucesso, pois sempre contribuiu e, com certeza, continuará a contribuir

para acelerar e alargar o passo do desenvolvimento em curso no nosso País e no Ceará, desenvolvimento este que é uma das condições básicas para pôr fim às desigualdades existentes entre nós cearenses e entre nós nordestinos e às desigualdades existentes em nosso País.

Parabéns! Parabéns, Airton! Parabéns, D. Yolanda! Parabéns, Dr^a Fátima Veras! Parabéns a todos vocês que conduzem essa grande Universidade!

Parabéns ao nosso colega José Pimentel, aos Senadores desta Casa, aos Deputados Federais que aqui estão e que, com sua presença, alargam esta sessão, não apenas para que ela seja uma sessão do Senado brasileiro, mas também para que ela se transforme em uma sessão do Congresso Nacional, que homenageia os 40 anos bem vividos da Universidade de Fortaleza.

Um abraço!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu quero parabenizar o Senador Inácio Arruda pelo seu pronunciamento e conceder a palavra ao nosso decano, Deputado Federal Mauro Benevides, que falará em nome da bancada cearense.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Ex^{mo} Sr. Senador José Pimentel, que tem a responsabilidade de, como um dos signatários do requerimento de convocação desta sessão solene, dirigir os trabalhos e fazê-lo com o brilho e proficiência habituais; Sr. Senador Eunício Oliveira, que, neste final de semana, pregávamos, ele e eu, democracia no interior do Ceará; Senador Inácio Arruda, que acaba de fazer um relato minucioso do que foi a trajetória da Universidade de Fortaleza, desde os seus primórdios até hoje, nesses 40 anos de existência, merecendo, portanto, os aplausos que ele recolheu ao término do seu discurso proferido na tribuna da Casa; quero saudar o Ministro Valmir Campelo, que foi, simultaneamente, meu colega na Câmara dos Deputados, quando eu era ainda Senador, e depois, no Senado Federal, já que ele teve essa transição das duas Casas, da mesma forma como eu, que, por força da manifestação soberana do povo, tive que fazer esse mesmo percurso legislativo, a ponto de vir a esta tribuna na manhã de hoje, vivenciando aquelas emoções de tantos anos, sobretudo aquelas emoções dos momentos mais árduos que o Congresso Nacional viveu, naquela época em que o arbítrio instalado entre nós reclamava daqueles que aqui chegaram com o intuito de buscar a redemocratização do País o estímulo para que mantivéssemos o compromisso de defender, no menor espaço de tempo possível, a reimplantação entre nós do Estado democrático de direito.

Desejo saudar a Magnífica Reitora da Universidade de Fortaleza, Sr^a Fátima Maria Fernandes Veras; o meu amigo, Chanceler da Universidade de Fortaleza, Aírton Queiroz, a cujo lado, há bem pouco tempo, em janeiro deste ano, participei de uma assembleia de término de graduação de, talvez, 1,5 mil graduandos no *campus* da Universidade, que, naquele momento comportava, talvez, 3 mil convidados presentes ao evento, e não apenas compartilhamos da alegria das famílias dos graduandos, mas, sobretudo, do êxito da Universidade, merecidamente exaltado por todos os oradores que me antecederam.

Queria saudar esta dama de virtudes peregrinas, Sr^a Yolanda Queiroz, que tem mantido o firme ideal do seu esposo, acompanhando todas as iniciativas e, sobretudo, dando uma atenção especial, como daria também Edson Queiroz se vivo fosse, ao trabalho que vem desenvolvendo em favor da educação em todo o País a nossa Unifor, que comemorou, em março último, 40 anos de existência.

Quero saudar os meus colegas de representação federal aqui presentes: o nosso Deputado Antonio Balhmann, Deputado Chico Lopes, Deputado Danilo Forte, enfim, todos eles com quem, diariamente, compartilhamos batalhas legislativas árduas, como ocorreu, recentemente, quando fomos compelidos a vivenciar, durante 25 horas ininterruptas, a responsabilidade de representar o povo brasileiro na apreciação de uma matéria complexa, a modernização dos portos em todo o País.

Desejo saudar, e o faço com imensa alegria, o Presidente da nossa Academia Cearense de Letras, José Augusto Bezerra, meu confrade na Academia – ele se alçou ao cargo de Presidente recentemente; e eu lá me encontro há algum tempo. Evidentemente, ele traz a expressão do pensamento cultural do Ceará a esta solenidade.

Queria saudar também o editor do *Diário do Nordeste*, jornalista Pádua Lopes, que, em determinado momento da minha vida pública, há dois anos, fez a saudação, em nome de todos os seus colegas, no cômputo de alguns janeiros que eu cumprira como legislador, quer como Deputado Estadual, Presidente da Assembleia, Senador e, agora, Deputado Federal, para corresponder às expectativas do povo cearense. A ele, portanto, mais uma vez, o meu agradecimento.

Queria agradecer também ao nosso confrade Ricardo Bacelar, a quem teria que dizer o seguinte, se ele me permitir relembrar o fato: em 2010, ele, Vice-Presidente do Conselho Seccional da OAB, foi um daqueles que trabalharam junto ao Presidente Valde-

tário Monteiro para que, dentro de uma distinção que jamais pensei alcançar, naquele momento de extrema importância, em setembro de 2010, fosse eu apontado, dentre mais oito colegas, como advogado padrão. Eu me surpreendi e busquei, naturalmente, aquela explicação que teria justificado essa indicação.

Eles entenderam que se eu não fui o advogado forense que tanto desejei, assinando petições iniciais, embargos declaratórios ou infringentes, se eu não cumprira esse rito processual, e eu procurei identificar a razão, teria dito naquela ocasião, como realmente o fiz, que se eu não fui o advogado forense como pretendi eu me transformara sabe em que, senhoras e senhores? Eu me transformara em advogado do povo na sucessão dos mandatos que tenho desempenhado até hoje.

Essa é uma referência histórica de caráter pessoal que não me dispensaria de fazê-la ao visualizar o meu companheiro na Academia Cearense de Retórica que ali atua como um dos tribunos mais vigorosos na afirmação daquelas diretrizes que justificam o funcionamento da nossa Arcádia.

Enfim, queria saudar a todos os presentes. Aqui estão o Pio Rodrigues e Dona Estela. O Pio Rodrigues que também assistiu a sua genitora, Edir Rolim, me fazer a entrega, em uma fase mais recuada, da medalha Clóvis Rolim, do saudoso Clóvis Rolim, em função de trabalhos que eu executara em favor do desenvolvimento comercial do Ceará.

Teria que saudar também o ex-Reitor da Universidade Federal do Ceará, Roberto Cláudio, que deu sequência às atividades inicialmente conferidas àquela extraordinária figura de educador que foi Antônio Martins Filho, de quem eu fui aluno e em cujo escritório de advocacia trabalhei, talvez por uns quatro ou cinco anos, naqueles primórdios de uma carreira frustrada, porque ao invés de direcionar para o exercício profissional da advocacia, recebi o aceno do povo para representá-lo em tantos mandatos até chegar a esta Casa legislativa numa fase mais adiantada e aqui buscar, senhoras e senhores aqui presentes, sobretudo defender, naqueles primeiros momentos, o que significaria o retorno do País à normalidade política institucional.

Portanto, ao saudar todos os presentes, enfim, aqueles que aqui comparecem, a quem eu delongaria essas referências, embora elas todas merecidas, queria dizer que, em 31 de março, quando a Universidade de Fortaleza completava seus 40 anos de existência, a mim coube, no plenário da outra Casa legislativa, fazer o realce de um acontecimento de extraordinária significação para a vida educacional de nosso Estado.

Ao ocupar a tribuna da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, Senador José Pimentel, ressaltei o significado daquele acontecimento e até mencionei as expressões textuais do então Ministro da Educação, que estava presente naqueles primórdios da Unifor, o então Senador, colega, portanto, desta Casa, Jarbas Passarinho, que enalteceu aquela iniciativa de Edson Queiroz e não poupou elogios. Inclusive, depois, referindo-se a mim próprio neste plenário, disse que era uma obra que merecia o estímulo, o apoio e o incentivo de toda a classe política brasileira.

Então, esta sessão de hoje, que os Senadores José Pimentel, Eunício Oliveira e Inácio Arruda entenderam promover, e o fizeram muito bem, com a chancela daqueles que compõem esta Casa, inclusive do seu Presidente Renan Calheiros, acredito que a ela fiz questão de aderir espontaneamente, e agora com o encargo de representar nossa Bancada.

Como fez há poucos instantes o nosso Inácio Arruda, reporto-me a essa publicação da Unifor em que o chanceler Airton Queiroz, em seu pronunciamento memorável, referente ao evento, diz: “No compromisso com a ciência e com a cidadania, na responsabilidade social e na ética. o futuro é construído”.

Da cidadania, o que significa para todos nós a defesa dos interesses da cidadania? Sabem todos os presentes – e a lembrança a que me obrigo a fazer ao término dessas palavras marcadas, sobretudo, pela emoção e pelo reconhecimento – que a defesa da cidadania foi, sem dúvida, o grande momento da Assembleia Nacional Constituinte. Acho que todos os presentes ainda recordam, e eu mais do que qualquer outro teria obrigação de ressaltar esse fato, porque Vice-Presidente fui da Assembleia, substituindo o grande e inolvidável brasileiro Ulysses Guimarães, quando ele, senhoras e senhores, se ergueu, naquela tarde memorável, no dia 5 de outubro de 1988, exibiu o primeiro exemplar da Carta Cidadã e disse, ao final: “Esta é a Carta Cidadã, ninguém ouse ultrajá-la”.

Então, quando a Universidade de Fortaleza, pela voz autorizada de seu chanceler, diz clara e peremptoriamente que a Universidade prepara aqueles jovens para que eles também saibam defender os direitos da cidadania, só isso seria, Sr. Presidente, para ir ao encontro daquele anseio, daquele sonho, daquela aspiração do grande Edson Queiroz, que foi um exemplo de dignidade, de empenho e, sobretudo, de integração aos problemas e às questões mais legítimas de todo o povo cearense.

Relembrando Edson, agora homenageio minha amiga Yolanda Queiroz e o Chanceler Airton Queiroz,

cumprimentando-os em nome dos colegas da Bancada na Câmara dos Deputados, desta mesma tribuna que tantas vezes eu ocupei em momentos de reflexão, vivendo aqueles instantes que eram dramáticos para o País, as cassações de mandatos, a suspensão de funcionamento de casas legislativas, neste mesmo plenário. Aqui cheguei em 1º de fevereiro de 1975, trazendo comigo e com mais 15 colegas que subiram a rampa do Congresso Nacional, como sonho, como aspiração e como dever, a reconquista da normalidade política institucional, que se efetivou no dia 5 de outubro de 1988 com a promulgação da Carta Cidadã.

Muito obrigado, senhoras e senhores. Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Agradeço ao nosso decano, Deputado Mauro Benevides, por suas palavras.

Concedo a palavra ao Sr. Chanceler da Universidade de Fortaleza, o Sr. Airton Queiroz.

O SR. AIRTON QUEIROZ – Ex^{mo} Sr. Senador José Pimentel; Ex^{mo} Sr. Senador Eunício Oliveira; Ex^{mo} Sr. Senador Inácio Arruda; Ministro do Tribunal de Contas da União, Ex^{mo} Sr. Valmir Campelo; Magnífica Reitora da Universidade de Fortaleza, Fátima Veras; Vice-Presidente da Fundação Edson Queiroz, Sr^a Yolanda Queiroz; meu querido Deputado Mauro Benevides; minhas senhoras e meus senhores, a universidade tem uma missão fundamental a cumprir na sociedade, e essa missão está inserida no ideal de universidade que devemos perseguir. Através dos séculos, consolidou-se o entendimento de que a universidade é o ambiente de formação de pesquisadores, pensadores independentes, produtores de conhecimentos e técnicas que promovem o bem-estar humano. A universidade, a verdadeira universidade, não está alheia ao mundo, não ignora as necessidades concretas da coletividade, razão pela qual deve ser capaz de contribuir para a solução de problemas relevantes.

Desde 1973, portanto há 40 anos, a Universidade de Fortaleza incorpora essa missão ao se indagar sobre as carências, dilemas e dificuldades na região onde está inserida, e propor meios viáveis de superá-los, no esforço de desenvolver competências para demandas não apenas locais, mas também nacionais e internacionais. A Unifor é uma instituição que já nasceu universidade, como disse o Ministro Jarbas Passarinho, na aula inaugural do dia 21 de março de 1973: “na meia-luz do crepúsculo vespertino de hoje, nesta Fortaleza, eu vi um homem chorar e uma universidade nascer”.

Desde então, oferece atividades de ensino, pesquisa e extensão em várias áreas do saber, e por isso se dedica a beneficiar todos aqueles que por elas passam, no sentido de proporcionar aquisições científicas, profissionais e culturais. A Unifor configurou-se na participação de indivíduos, grupos humanos e unidades sociais de sua região; alcançou reconhecimento, em todo o País, por meio de premiações nacionais e colocações honrosas nas avaliações do MEC e, até mesmo, fora do Brasil. Ao firmar parcerias com instituições e universidades em diversos países, ao longo de seus 40 anos, ela entrelaça a sociedade civil, o Poder Público e o mundo empresarial na realização de trabalhos produtivos.

Seus 70 mil graduados e 10 mil pós-graduados, a partir da qualificação adquirida nos 37 cursos de graduação, 12 de graduação executiva, 5 de mestrados e 6 de doutorados, exercem as mais destacadas funções em suas áreas de atuação – aqui há alguns deles. São secretários de Estado, políticos, professores, pesquisadores e empresários.

A Unifor mantém convênios de intercâmbio com 170 universidades em 30 países. A dupla titulação outorgada pela Unifor e por universidades estrangeiras insere o aluno em outra cultura de sua escolha e, ao validar seu diploma internacionalmente, abrem-se portas nos principais centros mundiais.

Na área de pesquisa, destacam-se projetos de relevo nacional, como o das cabras transgênicas, com a possibilidade de produção de leite com proteína semelhante à do leite materno, ajudando a combater a alta taxa de mortalidade infantil no Nordeste e no mundo.

Na pós-graduação, investe na formação de líderes para as diversas áreas de gestão, com ênfase para seus cursos em parceria com a Universidade de Colúmbia, em Nova York, e com a Universidade da Pensilvânia. “Líderes que transformam” é o conceito que alavanca os MBAs e a educação corporativa. O objetivo é trazer para o Ceará a atualização, integração e competitividade. Nesse sentido, tivemos a presença do Presidente norte-americano Bill Clinton e do Maestro João Carlos Martins, ambos exemplos de liderança e superação.

Os 720 mil metros quadrados de *campus* abrigam estruturas de ensino e de prestação de serviço. O Núcleo de Atenção Médica Integrada é considerado referência na rede pública de saúde, pela diversificação de serviços oferecidos à comunidade. A clínica efetua 300 mil atendimentos/ano. O escritório de prática jurídica desenvolve, nos seus alunos, a sensibilidade do atendimento à população carente, aproximando a Universidade do corpo social.

A Escola de Aplicação Yolanda Queiroz acolhe cerca de 600 crianças de baixa renda/ano, cujos melhores alunos ganham uma bolsa de estudos em um grande colégio de Fortaleza e, depois, tem a chance de retornar à Unifor na mesma condição – se não me engano, já foram dez alunos que frequentaram a escolinha, foram para um colégio e, depois, terminaram a Unifor.

É inegável que projetos nessa direção tenham efeitos educacionais cumulativos para a região e como principal beneficiário do País.

Ressalto, ainda, a relação intrínseca da Universidade com a cultura, e, nesse sentido, a Unifor dedica atenção às artes, promovendo exposições de grande porte, abrindo as portas de seu espaço cultural. Essa articulação – não somente com as artes plásticas, mas com o teatro, a música, a dança e o esporte – garante uma formação integrada à apropriação intelectual.

A crítica e o debate – e isso significa atendimento ao direito que tem todo cidadão de participar da vida cultural do País.

Em nome da Universidade de Fortaleza, da Fundação Edson Queiroz, agradeço a homenagem do Senado Federal e também do Congresso Nacional, por intermédio do Deputado Mauro Benevides.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Se possível, gostaria de chamar dez alunos da Universidade de Fortaleza que estão aqui para a 17ª Sessão Especial destinada a homenagear a Universidade de Fortaleza.

Podem vir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

Podem chegar à nossa Mesa para fazer a nossa foto, com a presença também do nosso Chanceler. (*Pausa.*)

Quero parabenizar a Unifor pela atenção que dispensa aos mais pobres, aos mais sofridos. Um exemplo concreto disso são os dez alunos aqui presentes. (*Palmas.*)

Convido a todos para acompanhar a execução do Hino do Ceará pela nossa Camerata.

(*Procede-se à Execução do Hino do Ceará.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Cumprida a finalidade desta sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seu comparecimento, em especial, a Srª Yolanda Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Está encerrada a presente sessão.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 59 minutos.*)

Ata da 76ª Sessão, Não Deliberativa, em 20 de maio de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Romero Jucá, Vicentinho Alves e da Srª Ana Rita

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 16 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 5/20, DE 2013

Of. nº 918/2013/SGM/P

Brasília, 17 de maio de 2013

Assunto: Renúncia à suplência do mandato parlamentar

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a declaração da renúncia à suplência do mandato de Deputado Federal do Senhor Otoniel Andrade Costa (PR/TO), em 30 de abril de 2013, nos termos do artigo 54, inciso II, alínea “d”, da CF, combinado com os arts. 238, inciso II e 239, **caput**, do RICD, publicada no Suplemento ao **Diário da Câmara dos Deputados** nº 75, de 7 de maio de 2013, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, os seguintes Avisos:

AVISO Nº 24, DE 2013

Aviso nº 1.543-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 21 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 040.431/2012-6, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 21/11/2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam e, ainda, cópia da Decisão Normativa ora aprovada.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

AVISO Nº 25, DE 2013

Aviso nº 1.555-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 21 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 033.929/2012-0, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 21/11/2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – As matérias vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 378, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012, do Senador Rodrigo Rollemberg, que inclui os protetores solares na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.

RELATOR: Senador CASILDO MALDANER

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 409, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, introduz os protetores solares no escopo da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que *autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências*, mediante o acréscimo de um parágrafo 2º no art. 1º da referida norma, com vistas a ampliar o seu objeto e o respectivo âmbito de aplicação.

A cláusula de vigência da proposição estabelece que a norma originada do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

O autor argumenta, na justificação do projeto, que os protetores solares são úteis na profilaxia da carcinogênese e do envelhecimento precoce da pele, assim como na redução da quantidade de radiação ultravioleta absorvida pelo nosso corpo e na prevenção da queimadura solar. No entanto, segundo o autor, o seu uso ainda é reduzido no Brasil, pois o produto é pouco acessível à população, haja vista o preço elevado.

O projeto foi distribuído para ser apreciado em caráter terminativo e exclusivo por esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e não foi objeto de emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre a proteção e a defesa da saúde.

Ademais, como incumbe à CAS a decisão em caráter terminativo e exclusivo, essa comissão deverá analisar, além do mérito da proposição, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria.

A medida proposta pela proposição sob análise visa a ampliar o acesso da população brasileira aos protetores solares no âmbito do “Programa Farmácia Popular do Brasil” (PFPPB). O PFPPB foi criado em junho de 2004, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a baixo custo para a população, melhorando o acesso e beneficiando um número de pessoas maior do que o alcançado pela assistência farmacêutica prestada exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2006, o programa foi estendido para a rede privada de farmácias, com a criação de uma nova modalidade, o “Aqui tem Farmácia Popular”.

Atualmente, o programa tem dois componentes: (i) a “Rede Própria”, constituída por Farmácias Populares, em parceria com os Estados, Distrito Federal, Municípios e hospitais filantrópicos; e (ii) o “Aqui Tem Farmácia Popular”, constituído por meio de convênios com a rede privada de farmácias e drogarias.

A base legal do PFPPB é constituída, essencialmente, pela Lei nº 10.858, de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências; pelo Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, e institui o Programa Farmácia Popular do Brasil e dá outras providências; e pela Portaria nº 971/GM/MS, de 15 de maio de 2012, do Gabinete do Ministro do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil, entre outras normas.

O Decreto nº 5.090, de 2004, determina, em seu art. 3º, que o rol de medicamentos a ser disponibilizado pelo PFPPB seja definido pelo Ministério da Saúde, com base em critérios epidemiológicos e na prevalência de doenças e agravos.

Posteriormente, ao organizar o modelo de gestão do Programa, o Ministério da Saúde conferiu a coordenação do PFPB a um conselho gestor formado por três representantes da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE/MS) – entre eles o Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, que é o coordenador do Programa – e por três representantes indicados pela Presidência da Fundação Oswaldo Cruz. A esse conselho gestor compete, entre outras atribuições, propor o rol de medicamentos e correlatos oferecidos pelo PFPB, conforme dispõe o inciso VIII do art. 61 da Portaria nº 971/GM/MS, de 2012.

Especificamente quanto à medida que o projeto de lei institui, ela insere no texto da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004 – que deu origem ao PFPB –, uma explícita referência aos protetores solares, para que estes sejam incluídos no escopo da referida norma, além dos medicamentos. Isso se deveu ao fato de os protetores solares serem classificados como cosméticos não sendo, portanto, considerados medicamentos.

Pode-se, no entanto, questionar se tal medida é realmente imprescindível, em razão de a Lei nº 10.858, de 2004, referir-se, também, a “outros insumos definidos como necessários para a atenção à saúde”, expressão ampla que pode abranger uma enorme gama de produtos, inclusive protetores solares.

Ressalte-se, a despeito disso que, do rol de medicamentos e correlatos selecionados pelo Conselho Gestor e oferecidos pelo PFPB, estabelecido na Portaria nº 971/GM/MS, de 2012 – anexos I a V –, não constam protetores solares. Aliás, os únicos “correlatos” que logramos identificar na mencionada norma foram fraldas geriátricas e preservativos masculinos.

Isso comprova um fato que já é sabido: que os protetores solares – também denominados fotoprotetores, filtros solares, bloqueadores solares ou preparados antissolares –, preparações para uso tópico que reduzem os efeitos deletérios da radiação ultravioleta (UV), têm sido olvidados tanto nas ações de saúde pública, como nos programas voltados para a prevenção de doenças e agravos relacionados à exposição solar.

Porém, é inegável que a ampliação do acesso da população aos fotoprotetores poderá contribuir para uma redução ~~substancial~~ da morbimortalidade relacionada a esse fator. Nesse ponto, o Poder Executivo tem sido omissos.

Por essas razões, consideramos o projeto de lei meritório, pois tem o condão de alargar o alcance da Lei nº 10.858, de 2004, e, portanto, do PFPB, sem ferir o preceito constitucional de harmonia e independência entre os Poderes.

Além disso, tem o valor de despertar a atenção para os problemas relacionados com a exposição solar, pois a radiação ultravioleta, que, entre outras, compõe os raios solares, é a principal responsável pelo desenvolvimento do câncer e pelo envelhecimento da pele. E ressalte-se que o câncer da pele, por sua vez, é a neoplasia de maior incidência na população brasileira.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, entendemos que a matéria se insere na competência da União, por tratar da proteção e defesa da saúde, consoante os arts. 24, inciso XII, e 197 da Constituição Federal.

Por fim, o projeto de lei não apresenta impropriedades ou vícios regimentais e preenche os requisitos de juridicidade, bem como os de técnica legislativa, pois foi redigido de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012.

Sala da Comissão, 15 de maio de 2013.

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente
, Relator



Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 17ª REUNIÃO, DE 15/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATOR: Senador Casildo Maldaner

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Weillington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Graziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (FSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB) <i>Presidente</i>	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Pedro Simon (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) <i>Relator</i>	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayne Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozatildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. VAGO

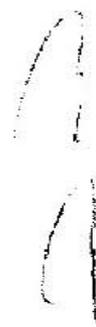
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO – PROJETO DO SENADO Nº 409, DE 2012

TITULARES				SUPLENTE					
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PALM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)	X			
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X				3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)	X			
JOÃO DURVAL (PDT)	X				5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
YANESSA CRAZZIOTIN (PC do B)					7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PT, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- SÉRGIO SOUZA				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- PEDRO SIMON (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB) <i>Relator</i>	X				3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO REGO (PMDB)	X				4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)	X				5- ROMERO JUCA (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAVIM (PV)					7- SÉRGIO PETEÇÃO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)				
JOSE AGRIPINO (DEM)					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
VICENTINHO ALVES (PR)					3- YAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 15 / 05 / 2013.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 2º - RISF)

Atualizada em 23/04/2013



Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.858, DE 13 DE ABRIL DE 2004.

Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei trata da disponibilização de medicamentos pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, mediante ressarcimento, visando a assegurar à população o acesso a produtos básicos e essenciais à saúde a baixo custo.

Parágrafo único. Além da autorização de que trata o *caput* deste artigo, a Fiocruz poderá disponibilizar medicamentos produzidos por laboratórios oficiais da União ou dos Estados, bem como medicamentos e outros insumos definidos como necessários para a atenção à saúde.

OFÍCIO Nº 116/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS**Brasília, 15 de maio de 2013.****Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012, que *inclui os protetores solares na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências*, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Respeitosamente,

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECERES

N^{os} 379 A 381, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 626, de 2011, do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

PARECER N^o 379, DE 2013

(Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado n^o 626, de 2011, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico da região.

O art. 1^o da proposição define o assunto regulado; o art. 2^o autoriza o plantio de cana-de-açúcar nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais para os fins listados, desde que observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

O art. 3^o determina que a expansão sustentável da cana-de-açúcar, nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal, se dê mediante a observância das diretrizes listadas.

O art. 4^o lista os objetivos que devem pautar o plantio de cana-de-açúcar nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

O art. 5^o diz que regulamento estabelecerá as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

Por fim, o art. 6^o traz a cláusula de vigência.

O PLS n^o 626, de 2011, foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo a esta última a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

opinar a respeito de programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

Preliminarmente, consideramos que o PLS nº 626, de 2011, se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. A proposição não fere a ordem jurídica vigente. O PLS também atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação ao mérito, o Autor apresenta argumentos convincentes e coerentes com a realidade da região que seria afetada pela aprovação do PLS. A existência na região amazônica de amplas áreas já exploradas com pecuária ou com lavouras, que possuem alta aptidão para a produção de cana-de-açúcar e que estão impossibilitadas de participar da produção nacional de álcool configura uma situação inconsistente com as necessidades de produção de energia renovável no nosso País.

O estudo mencionado na Justificação do PLS traz informações de grande relevância: o Estado do Pará possui, considerando apenas a região hoje ocupada pela atividade agropastoril, predominantemente pecuária extensiva, 9 milhões de hectares com aptidão para produzir cana-de-açúcar, o que supera em muito o que o Brasil planta hoje, cerca de 6,6 milhões de hectares. Trata-se de potencial produtivo que não pode ser desprezado.

O autor redigiu a sua proposição com os cuidados necessários para evitar que ocorra uma expansão desenfreada da lavoura de cana-de-açúcar na região ao explicitar, no §5º, que *“regulamento estabelecerá também as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal”*.

A ampliação da produção de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, desde que observadas as restrições relativas às alterações ambientais, possibilitaria a elevação da produtividade da terra e do trabalho naquelas áreas ocupadas, predominantemente, por atividades pouco produtivas, contribuindo para a geração de riqueza e empregos.

Portanto, no mérito somos favoráveis ao PLS em análise.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Sala da Comissão, 22 de março de 2012.

SENADOR BENEDITO DE LIRA, Presidente

 , Relator

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 22/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR BENEDITO DE LIRA

RELATOR: ~~SENADOR~~ SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Wellington Dias (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT)
Vanessa Graziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Jidice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)

Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Luiz Antonio (PR)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Cássio Cunha Lima (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Dicero Lucena (PSDB)	2. VAGO
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM)

PTB

Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
----------------------	---------------------

PR

Micentinho Alves	1. Magno Malta
------------------	----------------

PSD PSOL

VAGO	1. Randolfe Rodrigues
------	-----------------------

PARECER Nº 380, DE 2013
(Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

RELATOR "AD HOC": Senador ANTONIO RUSSO

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico da região.

O art. 1º da proposição define o assunto regulado; o art. 2º autoriza o plantio de cana-de-açúcar nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais para os fins listados, desde que observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

O art. 3º determina que a expansão sustentável da cana-de-açúcar, nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal, se dê mediante a observância das diretrizes listadas.

O art. 4º lista os objetivos que devem pautar o plantio de cana-de-açúcar nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

O art. 5º diz que regulamento estabelecerá as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

Por fim, o art. 6º traz a cláusula de vigência.

O PLS nº 626, de 2011, foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Em 26 de abril de 2012 foi realizada audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em cumprimento ao

requerimento nº 12, de 2012-CRA, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Sérgio Souza, com o objetivo de instruir o PLS em análise.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar a respeito de programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

Preliminarmente, consideramos que o PLS nº 626, de 2011, se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. A proposição não fere a ordem jurídica vigente. O PLS também atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação ao mérito, o Autor apresenta argumentos convincentes e coerentes com a realidade da região que seria afetada pela aprovação do PLS. A existência na região amazônica de amplas áreas já exploradas com pecuária ou com lavouras, que possuem alta aptidão para a produção de cana-de-açúcar e que estão impossibilitadas de participar da produção nacional de álcool configura uma situação inconsistente com as necessidades de produção de energia renovável no nosso País.

O estudo mencionado na Justificação do PLS traz informações de grande relevância: o Estado do Pará possui, considerando apenas a região hoje ocupada pela atividade agropastoril, predominantemente de pecuária extensiva, 9 milhões de hectares com aptidão para produzir cana-de-açúcar, o que supera em muito o que o Brasil planta hoje, cerca de 6,6 milhões de hectares. Trata-se de potencial produtivo que não pode ser desprezado.

É importante ressaltar que, durante a audiência pública realizada pela CRA em 26 de abril de 2012, o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresentou resultados de estudo do próprio Ministério que mostram a necessidade de 6,7 milhões de hectares de terras adicionais, em relação ao ano de 2008, para atendimento das demandas futuras de etanol e açúcar até 2017.

O mesmo estudo apontou a existência de 64 milhões de hectares, em todo o território nacional, aptos a serem utilizados para o plantio de diversas culturas, inclusive da cana-de-açúcar, mas que são ocupados com

pecuária de baixa produtividade. Ou seja, a produção agrícola pode ser aumentada sem que seja preciso desmatar novas áreas. Esta informação corrobora os argumentos apresentados na justificação do PLS nº 626, de 2011.

O autor redigiu a sua proposição com os cuidados necessários para evitar que ocorra uma expansão desenfreada da lavoura de cana-de-açúcar na região ao explicitar, no §5º, que *“regulamento estabelecerá também as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal”*.

A ampliação da produção de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, desde que observadas as restrições relativas às alterações ambientais, possibilitaria a elevação da produtividade da terra e do trabalho naquelas áreas ocupadas, predominantemente, por atividades pouco produtivas, contribuindo para a geração de riqueza e empregos.

Portanto, no mérito somos favoráveis ao PLS em análise.

III – VOTO

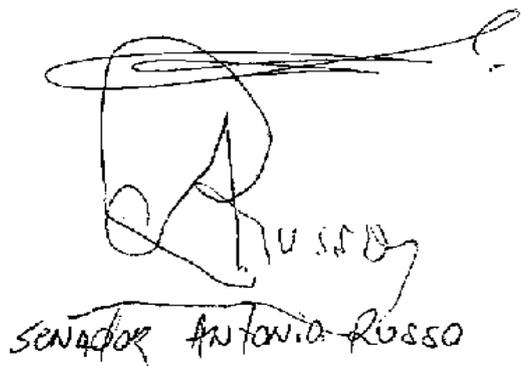
Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Sala da Comissão, 1º de novembro de 2012.

, Presidente

, Relator

, Relator “AD HOC”



SENADOR ANTONIO RUSSO

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 01/11/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

Sen. Acir Gurgacz

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT) <i>Delcídio do Amaral</i>	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) <i>Antonio Russo</i>	2. Eduardo Suplicy (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <i>(Presidente)</i>	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO
Cassido Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	3. Tomás Correia (PMDB) <i>Tomás Correia</i>
Ana Amélia (PP) <i>Ana Amélia</i>	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP) <i>Benedito de Lira</i>	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) <i>Flexa Ribeiro</i>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Jayne Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Sérgio Souza (PMDB) <i>Sérgio Souza</i>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	2. Cidinho Santos (PR)
PSD PSOL	
Sérgio Petecão	1. Marco Antônio Costa

PARECER Nº 381, DE 2013**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)****RELATOR: Senador ACIR GURGACZ****I – RELATÓRIO**

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 626, de 2011.

A iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, acima epigrafada, autoriza o plantio de cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal, desde que respeitadas as disposições do Código Florestal vigente.

De acordo com o art. 3º do projeto, a expansão sustentável da cana-de-açúcar nas áreas autorizadas deverá observar: a proteção do meio ambiente; a conservação da biodiversidade e a utilização racional dos recursos naturais; o uso de tecnologia apropriada; o respeito à função social da propriedade; a promoção do desenvolvimento econômico e social da região; a valorização do etanol como *commodity* energética; o respeito ao trabalhador, à livre concorrência e à segurança alimentar; e a ocupação prioritária de áreas degradadas ou de pastagens.

O art. 4º da proposição estabelece os objetivos da lei, dentre os quais o estímulo à produção e à comercialização nacional e internacional de biocombustíveis e demais produtos oriundos da cana-de-açúcar; a contribuição para o abastecimento nacional de biocombustíveis; a redução das desigualdades regionais e a indução à adequada ocupação do solo com base no zoneamento agroecológico-econômico e em outros instrumentos correlatos.

Pelo art. 5º do PLS, caberá ao regulamento estabelecer as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial para os fins da lei.

O projeto já foi examinado e aprovado pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Para cumprir o Requerimento nº 12, de 2012-CRA, e instruir a matéria, a CRA realizou audiência pública com a presença de representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). As notas taquigráficas estão anexadas às fls. 21 a 64 do processado.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 626, de 2011, no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente, em todas as suas formas.

Sob esse aspecto, a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, em bases sustentáveis, como propõe o projeto, propiciará o aumento da produção de etanol, importante biocombustível da matriz energética nacional e alternativa menos poluente que os combustíveis fósseis.

É importante ressaltar que a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, ao instituir a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), busca a redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa em todas as suas diferentes fontes de emissão. Integram as diretrizes dessa política a promoção e o desenvolvimento de práticas voltadas a mitigar a mudança do clima por meio da redução dessas emissões.

Nesse sentido, a literatura científica nos apresenta inúmeros estudos que apontam papel relevante do etanol de cana-de-açúcar na mitigação das emissões de gás carbônico, um dos principais gases de efeito estufa.

Conforme consta do parecer aprovado pela CRA, o MAPA, por ocasião da audiência pública realizada em abril de 2012, apresentou estudos que “mostram a necessidade de 6,7 milhões de hectares de terras adicionais, em relação ao ano de 2008, para atendimento das demandas futuras de etanol e açúcar até 2017”.

Ainda reproduzindo texto do relator da matéria na CRA, que analisou de forma cuidadosa a matéria, o mesmo estudo do MAPA

“apontou a existência de 64 milhões de hectares, em todo o território nacional, aptos a serem utilizados para o plantio de diversas culturas, inclusive da cana-de-açúcar, mas que são ocupados com pecuária de baixa produtividade. Ou seja, a produção pode ser aumentada sem que seja preciso desmatar novas áreas”.

Por sua vez, o projeto explicita que o plantio de cana-de-açúcar está autorizado nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais desde que respeitado o Código Florestal vigente – que aprovamos no Congresso Nacional, em 2012.

Por fim, verifica-se que o projeto de lei em tela conserva-se nos limites constitucionais da competência legislativa da União, atende aos pressupostos relativos à atribuição do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar. O PLS também está em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para elaboração das leis.

III – VOTO

Diante do exposto votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011.

Sala da Comissão, 14 de maio de 2013.

SENADOR BLAÍRO MAGGI

, Presidente

Senador Acis Gurgacz
PDT/RO
Relator

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 12ª REUNIÃO, DE 14/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

(SENADOR BLAIRO MAGGI)

RELATOR:

(SENADOR ACIR GURGACZ)

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Blaio Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

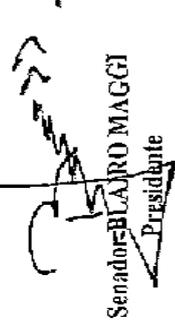
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 626/2011.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANIBAL DINIZ (PT)					1. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
ACIR GURGACZ (PDT) (RELATOR)	X				2. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)				
JORGE VIANA (PT)					3. VANESSA GRAZZIOTTIN (PC DO B)				X
ANA RITA (PT)		X			4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)		X			5. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA (PMDB)					1. SÉRGIO SOUZA (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					2. EDUARDO BRAGA (PMDB)				
GARIBALDI ALVES (PMDB)					3. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)	X				4. VITAL DO RÉGO (PMDB)				
IVO CASSOL (PP)	X				5. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
KÁTIA ABREU (PSD)					6. VAGO				
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)	X				1. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)				
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				2. FLEXA RIBEIRO (PSDB) (AUTOR)			X	
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3. VAGO				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BLAIRO MAGGI (PR)					1. GIM (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					2. VAGO				
FERNANDO COLLOR (PTB)					3. ARMANDO MONTEIRO (PTB)				

TOTAL 10 SIM 5 NÃO 2 ABS 1 AUTOR 1 PRESIDENTE 1

ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 6, EM 14/05/2013


Senador BLAIRO MAGGI
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RIS, art. 12, § 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RIS, art. 51)

TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, DE 2011, APROVADO PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NA REUNIÃO DO DIA 14 DE MAIO DE 2013

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, DE 2011

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico da região.

Art. 2º Fica autorizado o plantio de cana-de-açúcar em áreas alteradas e nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal, observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

Art. 3º A expansão sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal observará as seguintes diretrizes:

- I - a proteção do meio ambiente;
- II - a conservação da biodiversidade;
- III - a utilização racional dos recursos naturais;
- IV - o uso de tecnologia apropriada para produção em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal;
- V - o respeito à função social da propriedade;
- VI - a promoção do desenvolvimento econômico e social da região;
- VIII - valorização do etanol como commodity energética;
- IX - o respeito ao trabalhador;
- X - o respeito à livre concorrência;
- XI - o respeito à segurança alimentar e à nutrição adequada como direitos fundamentais do ser humano; e
- XII - a ocupação prioritária de áreas degradadas ou de pastagens.

Art. 4º O plantio de cana-de-açúcar em áreas alteradas e nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal pautar-se-á pelos seguintes objetivos:

I – promover a concorrência nas atividades econômicas de produção, comercialização, distribuição, transporte, armazenagem, revenda, importação e exportação de biocombustíveis, bem como nas atividades econômicas de produção e comercialização dos demais produtos oriundos de cana-de-açúcar;

II – estimular a criação e o desenvolvimento do comércio internacional de biocombustíveis e demais produtos oriundos de cana-de-açúcar;

III – estimular investimentos em infraestrutura para transporte e estocagem de biocombustíveis com vistas a atender a demanda da região e de países limítrofes;

IV – contribuir para o abastecimento nacional de biocombustíveis;

V – estimular pesquisa e desenvolvimento relacionados à produção e ao uso dos biocombustíveis;

VI – garantir relações de trabalho dignas;

VII – reduzir desigualdades regionais;

VIII – induzir a adequada ocupação do solo, de acordo com o zoneamento agroecológico-econômico e outros instrumentos correlatos, buscando o desenvolvimento social e econômico sem comprometer a conservação do meio ambiente.

Art. 5º Para o atendimento do disposto nesta Lei, regulamento estabelecerá também as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 14 de maio de 2013.



Senador **BLAIRO MAGGI**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º - Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º - Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º - Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional sobre Mudança do
Clima - PNMC e dá outras providências.

Of. nº 94/2013/CMA

Brasília, 14 de maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Decisão terminativa – PLS nº 626, de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) **aprovou em decisão terminativa**, na 12ª Reunião Extraordinária de 14/05/2013, o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências”.

Respeitosamente,



Senador Blairo Maggi
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico da região.

O art. 1º da proposição define o assunto regulado; e o art. 2º autoriza o plantio de cana-de-açúcar nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais para os fins listados, desde que observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

O art. 3º determina que a expansão sustentável da cana-de-açúcar, nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal, se dê mediante a observância das diretrizes listadas.

O art. 4º lista os objetivos que devem pautar o plantio de cana-de-açúcar nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

O art. 5º diz que o regulamento estabelecerá as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

Por fim, o art. 6º traz a cláusula de vigência.

O PLS nº 626, de 2011, foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Em reunião realizada em 22 de março de 2012, a CDR aprovou o Relatório, de minha autoria, que passou a constituir o Parecer da Comissão pela aprovação do Projeto.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III e VIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições pertinentes a agricultura, pecuária e abastecimento ou ao uso e conservação do solo na agricultura.

Preliminarmente, consideramos que o PLS nº 626, de 2011, se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. A proposição não fere a ordem jurídica vigente. O PLS também atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação ao mérito, o Autor apresenta argumentos convincentes e coerentes com a realidade da região que seria afetada pela aprovação do PLS. A existência na região amazônica de amplas áreas já exploradas com pecuária ou com lavouras, que possuem alta aptidão para a produção de cana-de-açúcar e que estão impossibilitadas de participar da produção nacional de álcool configura uma situação inconsistente com as necessidades de produção de energia renovável no nosso País.

O estudo mencionado na Justificação do PLS traz informações de grande relevância: o Estado do Pará possui, considerando apenas a região hoje ocupada pela atividade agropastoril, predominantemente pecuária extensiva, 9 milhões de hectares com aptidão para produzir cana-de-açúcar, o que supera em muito o que o Brasil planta hoje, cerca de 6,6 milhões de hectares. Trata-se de potencial produtivo que não pode ser desprezado.

O autor redigiu a sua proposição com os cuidados necessários para evitar que ocorra uma expansão desenfreada da lavoura de cana-de-açúcar na região ao explicitar, no art. 5º, que *“regulamento estabelecerá também as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal”*.

A ampliação da produção de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, desde que observadas as restrições relativas às alterações ambientais, possibilitaria a elevação da produtividade da terra e do trabalho naquelas áreas ocupadas, predominantemente, por atividades pouco produtivas, contribuindo para a geração de riqueza e empregos.

Portanto, no mérito somos favoráveis ao PLS em análise.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Fragmentos das notas taquigráficas da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2013, na CMA, em 14 de maio de 2013

Reunião: CMA – 12ª Reunião Extraordinária

Data: 14/05/2013

Horário de Início: 08:27

ITEM 20**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011**

- Terminativo -

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela inversão de pauta para que a gente possa discutir este tema, que é da maior importância para nós na Amazônia.

O projeto dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

A matéria foi aprovada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no dia 1º de novembro de 2012, com relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O plantio de cana-de-açúcar na Amazônia foi restringido pelo Decreto nº 6.961, de 2009, resultando em prejuízos e na possível paralisação de empreendimentos importantes na Região Norte.

Quero fazer um resumo, Sr. Presidente, do que foi enviado pela Embrapa:

Estimativas demonstram que o País não necessita incorporar novas áreas com cobertura nativa ao processo produtivo, podendo expandir a área de cultivo da cana-de-açúcar em áreas degradadas ou pastagens, sem afetar diretamente as terras utilizadas para a produção de alimentos. A cana-de-açúcar possui uma boa capacidade de desenvolvimento, tanto nos trópicos, quanto em regiões temperadas. Ela está atualmente dispersa em todos os continentes, sendo cultivada em todas as regiões tropicais e subtropicais do mundo. Assim, pode ser cultivada nas áreas alteradas e de Cerrado e Campos Gerais da Amazônia, sem restrições de desenvolvimento, necessitando de seleção e adaptação de cultivares. Conforme a legislação ambiental vigente, deverão ser

excluídas do cultivo de cana-de-açúcar as terras com declividade superior a 12%.

A Amazônia possui clima do tipo tropical chuvoso, com temperatura média do ar, durante o mês mais frio, superior a 18 graus e um período seco bem definido durante a estação do inverno.

Essas condicionantes de temperatura e de precipitação demonstram baixo risco climático para o desenvolvimento técnico e econômico da cultura de cana-de-açúcar na nossa região.

De acordo com o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico da Sedam do Estado de Rondônia, de 2001, o Estado de Rondônia possui um potencial em torno de 59% apropriado para a lavoura, mais de 16% para pastagens plantadas e mais de 5% para reflorestamento, ou pastagem nativa. Esses números são confiáveis, desde que se respeite a declividade menor que 12%.

Uma produção de álcool e açúcar de forma sustentável, com o uso racional de insumos e melhor aproveitamento dos recursos naturais, proporciona geração de energia elétrica com utilização do bagaço, a utilização de prática conservacionista para uso do solo e água, colheita mecanizada sem o uso da prática da queima, acesso ao aproveitamento de crédito de carbono e outros mecanismos nacionais e internacionais que permitam atrair investimentos na região desses empreendimentos, aumento na ocupação permanente da mão de obra qualificada local, com a substituição da colheita manual pela colheita mecanizada, qualificação sistemática dos trabalhadores em função da tecnologia ou da tecnificação do sistema do cultivo, investimentos públicos e privados em treinamentos nos complexos agroindustriais e infraestrutura.

Em Rondônia, por exemplo, Sr. Presidente, existem quatro plantas agroindustriais de produção de cana-de-açúcar para transformação em etanol.

A usina de açúcar e álcool de Primavera, em Rondônia, começou a ser implantada em 2004, com uma capacidade de moagem de 10 mil toneladas de cana ao ano, a usina de Cerejeiras começou a ser implantada em 2007 e está em plena operação; a usina de Santa Luzia D'Oeste está em plena operação também; e em Ji-Paraná também existe uma usina sucroalcooleira em funcionamento.

As quatro usinas enfrentam dificuldades para contrair financiamento de bancos estatais, o que dificulta a expansão da produção e o processamento. Esses empreendimentos conseguiram a Licença Ambiental de Operação antes da edição do Decreto nº 6.961, de 2009, que restringiu essas atividades na Amazônia e no Pantanal.

A conclusão da Embrapa é a seguinte: “A Amazônia e o Estado de Rondônia possuem condições de solo e clima e áreas já transformadas, ou seja, áreas que já foram desmatadas, que permitem o cultivo econômico da cana-de-açúcar na nossa região.”

Esse é um estudo feito pela Embrapa, Sr. Presidente, que nos embasou para que nós possamos aprovar esse Projeto do Senador Flexa Ribeiro, liberando o financiamento da cultura do plantio da cana-de-açúcar na Amazônia.

Portanto, o nosso parecer é pela aprovação dessa matéria.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Em discussão, então, o Projeto de Lei nº 626, de 2011.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu concordo com o relatório do Senador Acir Gurgacz.

É inaceitável a maneira que são impostos para nós da Amazônia alguns tipos de cultivo, especialmente quando se tem que deixar a oportunidade de livre comércio, do que, na verdade, o mundo está precisando. Hoje, o Brasil está com um déficit de etanol muito grande. Há usinas no Nordeste fechando portas, com dificuldades. Ao mesmo tempo, na Região Amazônica, se puseram contra esses empreendimentos.

O que temos de deixar bem claro é que nós não estamos autorizando, nesta Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, desmatamento para plantio de cana. O que estamos tratando, sim, nesse projeto, é de áreas já degradadas, já utilizadas, que fiquem como melhor opção para o empreendedor e o para o Governo de cada Estado.

A exemplo disso, foi citada a Usina de Santa Luzia, no Município de Santa Luzia D'Oeste. Na época em que fui governador é que foi incentivada aquela usina de álcool. Há um outro empreendimento na saída para o Acre, perto de Jaci-Paraná, um empreendimento que está sendo implantado. Também há na cidade de Cerejeiras um empreendimento em que o proprietário já adquiriu a terra, já fez o plantio da cana. E as dificuldades e as barreiras que há para liberar essa linha de financiamento... Infelizmente, é o preço que o Brasil está pagando pela ineficiência em vários setores, a exemplo dos portos, das rodovias, das ferrovias.

Além disso, tem de se buscar o etanol em outros Estados da Federação brasileira, tendo um custo de frete muito maior, muitas vezes, que o preço do combustível.

Sr. Presidente, eu sou a favor de deixamos aberto, para que cada empreendedor possa implementar essa política de produção, sem alterar o que já está desmatado. Sou a favor, acompanho a aprovação, para que possamos empreender novos negócios na Amazônia, não só soja, como está entrando na região de Ariquemes, Castanheiras, Rolim de Moura, Ji-Paraná e já entrou em Vilhena, Chupinguaia, Cerejeiras. É disso que precisa. Tem de deixar oportunidade para o que é mais lucrativo no momento oportuno.

Portanto, somos a favor de que o plantio de cana na Amazônia seja liberado em áreas já desmatadas, áreas que podem ser aproveitadas para o plantio.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol,

Continua em discussão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Só para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Outro argumento que trago, Sr. Presidente, é o de que o Decreto nº 6.961, de 2009, previa, no seu art. 2º, a revisão do zoneamento, avaliando as condições de plantio de cana-de-açúcar e a possibilidade de utilização de novas áreas na Amazônia Legal.

Porém, até agora, os estudos desse zoneamento não foram realizados. Entretanto, estudos da Embrapa recomendam o plantio de cana-de-açúcar nessas áreas, como em Rondônia, onde há quatro plantas agroindustriais sucroalcooleiras em funcionamento.

O que é mais grave é que essas usinas tiveram a sua autorização antes do Decreto nº 6.961, tinham a sua autorização ambiental, estão em funcionamento e não conseguem mais ter acesso a crédito, para que possam continuar os investimentos, Sr. Presidente. Então, o Governo deu autorização; depois da autorização, veio um decreto, que inviabilizou essas quatro indústrias, depois do investimento feito.

É só para contribuir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Continua em discussão o Projeto de Lei nº 626.

Com a palavra, o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Presidente.

Bom dia, Presidente, todos os Senadores e Senadoras.

Em princípio, eu quero parabenizar o nosso Senador Flexa Ribeiro e o nosso nobre Relator Acir Gurgacz.

Referindo-me ao meu Estado, que é eminentemente agrícola, nós temos dezenas e dezenas – eu não tenho esse número agora – de áreas degradadas, ou seja, nós podemos plantar centenas de quilômetros quadrados sem sequer derrubar uma só árvore. E nós temos de dar emprego e distribuir renda no nosso Estado. Então, eu vejo esse projeto de extrema relevância e de bom alvitre.

Quero, novamente, parabenizar e dizer que estou de pleno acordo que este seja projeto seja aprovado o mais breve possível, que vai muito beneficiar nossa região.

Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, é só para manifestar uma preocupação.

Eu acho que é um projeto que merece debate, mas eu apenas queria registrar que uma das questões mais saudadas nos últimos tempos foi o fato de a Embrapa concluir o zoneamento em relação à cana-de-açúcar no Brasil, identificando de forma científica onde deveríamos ter a cultura da cana ou não.

Eu entendo que isso deve ser um modelo para outras culturas, ou seja, as políticas públicas buscarem o apoio do conhecimento técnico, do conhecimento científico para poder dizer o que deve ser ou o que não deve ser, onde devemos ter determinadas culturas ou onde não devemos em função do impacto que ocorre no meio ambiente, em função da viabilidade econômica, ouvindo a comunidade científica.

Quanto mais utilizarmos esse conhecimento técnico e científico, melhor será para o País e me lembro que acompanhei o Presidente Lula quando esteve na FAO para falar sobre agroenergia; e me lembro que ele usou até uma expressão que teve muita repercussão quando disse que muitos dos que apontam os dedos contra o Brasil em relação à utilização da geração de energia na Amazônia estão com os dedos sujos de óleo. Ele deixou muito claro ali naquele momento que, na Amazônia brasileira, não era permitido o plantio de cana-de-açúcar, ou seja, a cana que estava produzindo o etanol, essa energia importante para o País, estava sendo produzida apenas em áreas identificadas pela Embrapa como adequadas.

Entendo que esse é o melhor modelo, Sr. Presidente, que deveria ser adotado pelo País.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Para discutir, o Relator do projeto, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, só para contrapor ao nosso colega Rodrigo Rollemberg.

Esse estudo feito pela Embrapa, naquela época, não realizou o estudo feito na Amazônia. Ele estudou todo o País, mas excluiu a Amazônia. O estudo que a Embrapa fez sobre a Amazônia é mais recente e nos dá total condições do plantio da cana-de-açúcar. Naquela época, foi feito um estudo, um zoneamento e não fez parte, Senador Rodrigo Rollemberg; a Embrapa fez um estudo no País, mas não fez parte desse estudo a Região Amazônica. Por isso que não consta no resultado da Embrapa a Amazônia plantando cana-de-açúcar.

Só para deixar isso claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir.

Para discutir, Senador Flexa Ribeiro, que é o autor da matéria. Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu quero aqui colocar o meu testemunho a respeito desse projeto.

Esse projeto foi concebido e apresentado por uma razão muito simples: nós não temos como imaginar a Amazônia, Senador Rollemberg, como uma Amazônia única. Nós temos diversas amazônias, diversos biomas dentro do bioma amazônico. Então, V. Ex^a, pelo que pude compreender, chegando ao final da sua fala, colocou que haveria necessidade de um estudo da Embrapa para que V. Ex^a pudesse se posicionar a favor do projeto.

O Senador Acir Gurgacz já respondeu aquilo que poderia dizer a V. Ex^a que a Embrapa não fez o estudo da Amazônia porque ela foi excluída propositalmente do estudo feito. Mais do que isso, eu posso encaminhar a V. Ex^a um estudo feito pela ESALQ que é uma universidade de São Paulo da maior qualidade no agronegócio e que tem estudos feitos para o Estado do Pará que se estendem à Amazônia, mostrando não só a vocação, como resultados concretos da potencialidade que tem a Amazônia em colaborar com o nosso País no plantio de cana para a produção de açúcar e etanol.

No Estado do Pará, já existe uma usina de produção de álcool e açúcar em Ulianópolis. É uma das usinas mais produtivas do nosso País, e isolada do sistema, o que pode dar a V. Ex^a a certeza de que a região não só é propícia como está aberta para esse plantio. Por quê? Porque o projeto, em nenhum momento, pretende retirar árvores, floresta para que se plante cana. Longe disso! O que se pretende é utilizar os cerrados, e existem muitos – Roraima é, praticamente, cerrado; no Marajó; no próprio Centro-Oeste, há regiões de cerrado que podem e devem ser utilizadas –, os pastos naturais, também, que temos bastante no Marajó, e áreas já antropizadas, áreas já alteradas e que estão abandonadas. Há muitas áreas de fazendas que foram desativadas e que estão lá, como dizem, cheias de juquirá. O agronegócio está usando parte dessa área, mas nós podemos utilizá-la para a cana também.

Então, eu queria pedir aos companheiros, até porque esse projeto vai à Câmara dos Deputados... A Câmara instalou uma comissão, Senadora Ana Rita, para estudar exatamente esta matéria: a produção de cana-de-açúcar na Amazônia. Está montada na Câmara dos Deputados. Então, é importante que nós aprovemos aqui e remetamos o projeto à Câmara para que, dentro dessa comissão que faz o estudo do assunto, ele possa, então, continuar a ser discutido e levado adiante, se Deus quiser.

Então, peço aos Srs. Senadores e às Srs. Senadoras que possam acompanhar favoravelmente a aprovação do projeto para que ele continue tramitando na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ... um informativo. Lá no nosso Tocantins, temos hoje em funcionamento mais de 20 usinas de biodiesel. Repito: mais de 20 usinas de biodiesel. Posso, então, informar ao nosso eminente Senador Rodrigo que, até então, nós não tivemos um problema sequer, não derrubamos uma árvore sequer. E estamos produzindo, estamos dando emprego e distribuindo renda.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Continua em discussão o Projeto nº 626.

Com a palavra, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de manifestar a minha posição. Já conversei com o Senador Acir a respeito desse projeto, já manifestei a minha opinião a respeito, mas, de qualquer modo, quero aqui, primeiro, destacar que esse projeto precisa ser bastante debatido nesta Comissão. Acho que nós não podemos aqui hoje ser precipitados com esse projeto. Esse projeto precisa ser mais debatido em minha opinião. Particularmente, tenho uma opinião sobre ele, mas quero participar do debate, quero contribuir com o debate.

Por isso, quero aqui fazer um destaque a respeito dessa matéria, em que o Governo Federal já definiu uma posição. Essa posição está expressa no Projeto de Lei nº 6.077 – que já foi lembrado aqui e está tramitando na Câmara dos Deputados –, apresentado em setembro de 2009:

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar, etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar, estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico nacional da cana-de-açúcar, e dá outras providências.

No seu art. 3º, o projeto de lei diz o seguinte, também no inciso I:

Art. 3º Fica vedada, a partir da vigência desta Lei, para fins de produção de açúcar, etanol e demais biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar:

I – A expansão do plantio de cana-de-açúcar nos biomas Amazônia e Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai.

Ou seja, Sr. Presidente, eu penso que nós precisamos fazer um debate muito mais profundo sobre isso, até porque o Brasil sediou a Rio+20 e, naquela ocasião, nós assumimos diversos compromissos internacionais, que fazem parte de uma agenda mundial.

Então, na minha opinião, não é adequado que nós, depois de tantos compromissos e de tantas expectativas por parte não só da população brasileira, de organizações nacionais, mas também de organizações internacionais, que o Brasil, através do Congresso Nacional, autorize o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia.

Eu tenho uma profunda preocupação sobre isso, acho que mesmo as áreas, conforme o Senador Acir aqui bem relatou e que tem um estudo da Embrapa, que já estão devastadas, na minha opinião, têm que ser recuperadas e não substituídas por plantio de cana-de-açúcar. Eu penso desse jeito. Eu acho que nós temos que recuperar nossa Floresta Amazônica, recuperar esses biomas, e não colocar no lugar plantio de cana-de-açúcar. Sabe por quê? Porque nós estaremos abrindo um grande precedente no nosso País para que outras áreas em situações semelhantes possam também receber esse tipo de plantio.

Então, eu acho que nós temos que ter a preocupação, um olhar preferencial no sentido de recuperar aquilo que já foi devastado e não é com o plantio de cana-de-açúcar que nós vamos recuperar.

Enfim, eu quero aqui fazer o debate. Pode ser até que eu seja convencida do contrário, mas eu quero que esse debate seja mais profundo, Senador Acir. Eu respeito muito o relatório de V. Exª, acho que o senhor teve o

cuidado de buscar a opinião da Embrapa, um estudo técnico da Embrapa, é um debate que nós precisamos fazer.

Então, peço à Presidência, ao Senador Blairo Maggi, que essa discussão ela precisa ser aprofundada, que nós não esgotemos aqui hoje esse debate, mas que ele possa ser ampliado, até porque há um outro projeto tramitando na Câmara e nós precisamos construir isso de forma bem combinada, bem articulada, e não de forma precipitada. Não quero dizer que o projeto está sendo encaminhado de forma precipitada; de forma alguma, mas eu acho que é um tema difícil, um tema complexo e um tema que precisa ser melhor debatido.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Continua a discussão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir, Senador Ivo Cassol, Senador Flexa e Senador Acir.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Olha, eu só quero fortalecer aqui e convidar a nobre colega Senadora Ana Rita, pelo Estado do Espírito Santo se não estou enganado, que venha fazer uma visita a nós, no Estado de Rondônia, e eu faço questão de acompanhá-la à região da cidade de Espigão D'Oeste, onde temos não é centenas, mas milhares de famílias que vieram do Espírito Santo, pessoas que hoje estão mexendo com gado leiteiro, com café, com cacau. Se existe alguma área já degradada, já há muito tempo derrubada e se nós falarmos para eles que é para eles reflorestarem, imagina se nós fizéssemos isso, a mesma coisa para os proprietários no Estado do Espírito Santo. Fosse falar lá no Estado do Espírito Santo, um Estado pequeno, geograficamente, mas um Estado grande de coração, porque ajudou a desenvolver a Amazônia.

Portanto, quando nós estamos debatendo aqui, Senadora, nós não estamos debatendo aqui para aumentar o desmatamento. Nós estamos debatendo aqui para que a gente possa dar opção para implementar. Nós temos um exemplo que eu quero citar aqui à senhora: foi autorizado pelo Governo Federal o projeto da usina no Município de Santa Luzia D'Oeste, no Município de Cerejeira e no Município de Jaci-Paraná, antes de sair o decreto, antes de sair a lei que proibisse o plantio de cana. Resultado: hoje os proprietários têm dificuldade com o acesso de linha de financiamento.

Se nós já somos o pulmão do mundo, nós temos mais do que 75% da nossa mata preservada no Estado de Rondônia – temos 75%, Sr. Presidente, da nossa mata preservada, Sr. Presidente! – e ainda a gente tem que ouvir que tem que ainda reflorestar as outras que estão desmatadas. Eu não pactuo com isso, não. Eu moro lá, mora lá há 35 anos!

Então, vamos começar a falar para o Estado de São Paulo fazer isso. Vamos começar a falar para o Distrito Federal fazer isso, porque, aqui, no Distrito Federal... querem um lugar mais quente do que aqui quando chega esse tempo de seca? Nós, Senadores, estamos acostumados a outros lugares, aqui não é úmido, é seco. A gente passa momentos, nos meses de julho,

agosto, setembro, de dificuldade até para respirar à noite. Se fosse reflorestar, por que não seria bom? Seria também ótimo. Eu sou a favor disso.

Agora, nós estamos defendendo aqui uma opção alternativa para aqueles que estão implantados, com desmatamento. Um exemplo, pode substituir parte do capim. Hoje a criação do gado é mais profissionalizada no Estado. Antigamente era só boi alongado no pasto. Hoje, não. Hoje há confinamento e semiconfinamento em toda a Região Amazônica. No Pará também ocorre assim, Senador Flexa Ribeiro.

Então, é uma opção alternativa para buscar um melhor resultado. Mas, agora, na Amazônia, a gente é privado de tudo. Quando veio o FPE esses dias, os outros Estados tomaram a fatia dos Estados da Região Norte, o senhor também perdeu o Estado do Mato Grosso. E ninguém colocou a mão no bolso para compensar a gente.

Eu saí de Santa Catarina, outros saíram do Nordeste, do Ceará, outros saíram do Espírito Santo para poder ajudar a fazer o Estado, forte, igual ao Estado de Rondônia ou ao Estado do Pará, ou ao Estado do Acre ou tantos outros.

O que queremos? Só estamos buscando aquilo que já foi autorizado pelo Governo Federal, na época, ou ocupa a Amazônia ou entrega a Amazônia: usar de modo responsável, mesmo que seja cana-de-açúcar, mesmo que seja soja, mesmo que seja milho, mesmo que seja arroz, mesmo que seja capim. Recupere-se e que seja uma opção alternativa que compense financeiramente; e não a gente ser privado disso ou daquilo, da forma que a gente é hoje.

Todos os Estados cobram da gente, mas nenhum outro Estado tem dó da Amazônia. Só querem exigir da gente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Continua a discussão do projeto de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Para discutir, o autor do projeto, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi, o Senador Ivo já expôs aqui com bastante propriedade, quero só aditar pelo menos um raciocínio.

Senadora Ana Rita, V. Ex^a é uma Senadora competente, preparada, inteligente e que tão bem representa o Estado do Espírito Santo, em nenhum momento nós estamos imaginando em fazer o uso dessas áreas alteradas fora do Código Florestal, que foi aprovado por nós. Ou seja, vamos aproveitar, dentro do Código Florestal. Então, é inimaginável que possamos ter 100% da floresta retomada, até porque a legislação não diz isso.

As áreas que têm que ser compensadas já foram definidas pelo Código Florestal. V. Ex^a participou ativamente da discussão do Código Florestal aqui na CMA. O que nós temos já é uma legislação que define as áreas que têm que ser recuperadas, têm que ser reflorestadas e quais áreas mínimas que se podem utilizar.

Dentro da legislação é que se pretende o uso dessas áreas para ajudar o Brasil. O Brasil, hoje, é importador de etanol, Senador Blairo Maggi. O custo do etanol é quase o mesmo o da gasolina, que o Brasil importa também.

Então, são posições que V. Ex^a tem que entender que é de apoio, de ajuda ao nosso País e dentro da legislação do meio ambiente, que é o

Código Florestal, que define as áreas mínimas a serem utilizadas – ou máximas, melhor dizendo.

Esse projeto de lei a que V. Ex^a fez referência, que é de 2009, foi encaminhado junto com o decreto que não permite financiamento. O Governo baixou um decreto sem nenhum sentimento ou nada tecnicamente, cientificamente. Eu entendo a preocupação de V. Ex^a com relação à necessidade de se discutir mais o assunto e que Governo deveria ter tido antes de baixar o decreto. O decreto foi colocado sem nenhuma intenção de discutir o assunto. E a aprovação do projeto na CMA não define a aprovação final. Pelo contrário, ele vai à Câmara e vai ao encontro do projeto que V. Ex^a quer discutir lá na Câmara dos Deputados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR - MT) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, para discutir, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar a Senadora Ana Rita pelas colocações que S. Ex^a teve o cuidado de fazer de forma muito profissional e inteligente.

Com relação a sua preocupação, Senadora, em reflorestar a Amazônia, entendo que isso já foi muito debatido aqui nesta Casa, na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, em relação à diminuição da área de plantio de 50% para 20% na Amazônia.

Esse debate já aconteceu e nós estamos colocando, com relação ao plantio da cana-de-açúcar, Senadora Ana Rita, exatamente nesses apenas 20%. Já foi determinado que nós podemos utilizar somente 20% da Amazônia. Os outros 80% são a área que, se houver área de plantio, tem ser reflorestada, como V. Ex^a bem colocou.

Vamos cuidar da Amazônia? Vamos, mas dentro desses 80% com que a Lei, eu diria, nos penalizou, porque nós tínhamos a possibilidade de plantar em até 50% da Amazônia e a Lei mudou para 20%.

Então, é nesses 20%, Sr. Presidente, que nós queremos fazer o plantio da cana-de-açúcar. E isso não quer dizer que será plantada a cana-de-açúcar. É só uma autorização para que, quando o mercado entender que isso é importante, isso se faça.

Nós queremos plantar, por exemplo, cana-de-açúcar em Rondônia para podermos atender o mercado do Amazonas, do Acre, de Roraima, Estados que ficam próximos da gente. Hoje, nós recebemos parte do álcool consumido em Rondônia e nesses Estados proveniente de Mato Grosso e de Paulínea, em São Paulo. Então, a distância desse produto é muito grande e, por isso, o álcool em Rondônia, no Amazonas, no Acre e Roraima é muito mais caro do que nos demais Estados brasileiros.

Então, só para pontuar, nós estamos falando em plantio apenas nesses 20% onde o Código Florestal já concluiu que podemos plantar. Plantar cana-de-açúcar, capim, feijão, arroz, soja é a mesma coisa. Não há porque penalizarmos ainda mais a Amazônia, não deixando que tenhamos acesso a financiamento para garantir a produção de etanol e açúcar na Amazônia, em especial na nossa aérea de Rondônia.

Eram essas as nossas colocações. Eu gostaria de esclarecer a Senadora Ana Rita que não queremos e não podemos reflorestar toda

Amazônia. São apenas esses 20% que nós temos o direito de plantar; são nesses 20% apenas a nossa intenção de fazer o plantio da cana-de-açúcar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Continua em discussão o Projeto de Lei nº 626, de 2011, que dispõe sobre o cultivo sustentável de cana-de-açúcar nas regiões alteradas e nos biomas do Cerrado e Campos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Tem a palavra o Senador Valdir Raupp, para discutir o projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu cheguei agora e não ouvi a fala dos colegas Senadores, antes da manifestação do Senador Acir Gurgacz. Pude acompanhar um aparte do pronunciamento do Senador Acir.

Eu vou nessa mesma linha. Eu não sou especialista nessa área ambiental e nem no plantio da cana-de-açúcar, mas entendo que a cana-de-açúcar é menos prejudicial ao meio ambiente do que a pastagem, do que o pasto ou de uma simples capoeira em terras degradadas.

Eu acho que a cana-de-açúcar não vai, nas áreas permitidas para plantio na Amazônia, no Estado de Rondônia ou em outro Estado da Amazônia... Por exemplo, o Acre já teve uma usina no passado, que poderia ser reativada.

Rondônia tem apenas uma usina de açúcar e álcool muito pequena ainda. Há agora mais uma para ser instalada em Cerejeira e está enfrentando a maior burocracia que uma empresa poderia enfrentar. Os empresários estão quase quebrando, pois já estão lá há cinco ou seis anos. Já plantaram uma quantidade para fazer a semente, para fazer a muda e não conseguem avançar, porque as instituições financeiras não aprovam o financiamento por causa do meio ambiente. E isso que foi aprovado, essa usina, aconteceu antes dessa legislação que proíbe a instalação de usinas na Amazônia.

Então, para concluir e não me estender muito, eu voto favorável porque, repito, eu acho que a cana-de-açúcar ajuda, porque pode durar até três, quatro anos sem fazer um replantio e sequestra muito mais gás carbônico, ajudando o meio ambiente mais do que a criação de gado, a produção de arroz ou mesmo de soja.

Então, eu não vejo por que discriminar a plantação de cana-de-açúcar na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PMDB – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para reforçar ainda mais, aí nessa opção alternativa, especialmente no plantio de cana com conhecimento na área que temos.

Todo mundo sabe que nós temos muitos terrenos que com o período chuvoso do tempo das águas na Amazônia acabam dando erosão. E a cana-de-açúcar tem a mesma proporção do que o capim. Ela, na verdade, cria um lastro no terreno, no solo, evitando erosões. É diferente do plantio muitas

vezes do arroz, é diferente do plantio muitas vezes do feijão, é diferente do plantio mesmo que seja da soja. A cana-de-açúcar, na soalheira que se planta, cria um lastro. Esse lastro serve como uma curva de nível. Então, portanto, o plantio da cana na Amazônia evita as erosões, evita os assoreamentos nos córregos.

A cana-de-açúcar vem como alternativa para fortalecer já o que está... já o que está, não; o pouco que foi autorizado da Amazônia. Tanto é verdade que nós temos, Sr. Presidente, uma usina de álcool autorizada, da época em que fui governador do Estado de Rondônia. Na cidade de Cerejeira, o proprietário comprou, o grupo comprou terras em Cerejeira. Eles plantaram... fizeram o canteiro de mudas no Município de Cerejeira e, ao mesmo tempo, criou-se uma expectativa, mas até hoje não se viabilizou essa expectativa.

Por que não viabilizou, Sr. Presidente? Muito simples! Porque o Governo Federal, por intermédio de uma canetada, sem muitas vezes conhecer a diferença das várias Regiões deste país, ou das várias regiões os biomas que tem a Região Amazônica, infelizmente acaba generalizando o tratamento em todos os Estados da Região Amazônica. E isso tem prejudicado muito.

O que nós queremos e buscamos? Nós buscamos o mesmo tratamento. Nós buscamos a igualdade. Nós buscamos a mesma condição para podermos alternar a produção naquilo que for viável. Se não fosse assim, nós não teríamos aprovado, esses dias, na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos, um incentivo para os produtores da cana-de-açúcar do Nordeste.

Todo mundo acompanha a crise por que passa o setor de etanol no Nordeste; a situação crítica por que a própria produção de etanol passa, no Brasil, a dificuldade que tem.

O que acontece? O que nós estamos fazendo aqui? Nós não estamos autorizando, nesse projeto do Flexa Ribeiro e do Relator Acir Gurgacz, mais desmatamento. Nós já temos o limite estipulado pelo Código Florestal aprovado aqui nesta Casa, há poucos meses atrás, no final do ano passado, que estabelece em 20% o desmatamento na Amazônia. Do total da nossa Amazônia, de Rondônia, nós temos 76% de toda a Rondônia preservada. Ao pegarmos o Município de Guajará Mirim, nós temos 95% preservados. Pega o Estado do Amazonas. Tem 95% preservado.

Então, o que nós precisamos? Esses lugares que já estão sendo utilizados para a monocultura, que possam ser utilizados tanto para a cana como para tantas outras oportunidades de negócios que venham a viabilizar melhor a iniciativa privada ou o próprio Governo Federal no seu projeto do etanol, do jeito que está querendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu iria até pedir... enquanto se discute... Porque estamos esperando dar o quórum, Sr. Presidente, se quisessem discutir o item 2, entendeu? O item 2? Apenas aguardar dar quórum.

Quero aqui propor, se o senhor permitir, no item 2, a transformação do requerimento de convocação...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ivo, nós estamos ainda em discussão dessa matéria.

O Senador Ataídes com a palavra para discutir a matéria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu serei bem breve, Sr. Presidente.

Tenho o maior carinho, respeito e admiração pela nossa brilhante Senadora Ana Rita, mas eu percebo aqui, Presidente, que esta matéria já foi discutida na CDR, na CRA, com pareceres favoráveis.

E aqui, agora para ser um pouco mais preciso em relação ao nosso Estado, o Tocantins, nós temos lá 14 milhões de hectares para cultivo. Desse total, Presidente, cinco milhões de hectares de área degradada, ou seja, pronta para esse plantio com desenvolvimento sustentável. E eu peço, Presidente, se há quórum, que nós coloquemos já em votação, se possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Encerrada a discussão.

Vamos então à votação. A votação é nominal e eu começo então com o Senador Acir Gurgacz.

Como vota o Senador Acir?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Voto conhecido, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senadora Ana Rita. Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, está votando a matéria já?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – A matéria. Encerrada a discussão, vamos à votação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu pediria que a discussão não fosse encerrada, Sr. Presidente. Eu pedi isso antes, para que pudéssemos nos aprofundar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não, Senadora, de fato a senhora pediu, mas todos aqui já falaram. Eu estava aguardando justamente para poder dar quórum e votar.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu vou pedir vista ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não pode mais. Agora já iniciei. Já está em processo de votação. Eu não tenho mais como dar vista a V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu não tenho mais como dar vista. Segundo a minha secretaria, já iniciamos o processo de votação e já votou o Senador Acir Gurgacz. E eu pergunto à Senadora Ana Rita como a senhora vota?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu voto contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Contra. “Não”.

Senador Valdir Raupp, como vota V. Exª?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota com o Relator.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto sim, voto a favor do desenvolvimento, do progresso e não da divisão, pela maneira como querem nos tratar muitas vezes. Eu não tenho nada contra outros Estados. Agora, o nosso Estado também tem que viabilizar novas oportunidades de plantio.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado. Vota “sim”.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim”.
Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone*) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “sim”.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Rodrigo Rollemberg vota...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador. Estou em processo de votação, Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sim. Eu quero votar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu já vou chamá-lo. Estou procurando aqui. Senador Rodrigo Rollemberg é da primeira turma e passou em branco, aqui.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “não”.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com todo respeito ao autor e ao Relator, mas entendo que nós devemos nos pautar pelo zoneamento agroecológico realizado pela Embrapa. Nada como ter o conhecimento científico pautando as decisões de políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vota “não” o Senador Rodrigo Rollemberg.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu queria dar duas palavrinhas. Não cheguei a tempo do debate.

Primeiro, queria dizer que nós temos em pauta dois projetos na sequência, ambos que tratam da Amazônia. Um deles é para a gente estabelecer o selo verde para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, visto que cientificamente hoje já está comprovado que a Zona Franca ajuda muito na preservação florestal. E para a minha surpresa, Sr. Presidente, o parecer do Ministério do Meio Ambiente é contra o projeto. É contra o projeto. Sequer sentamos para ver uma alternativa, porque exatamente é contra. É contra o projeto.

Há outro projeto em que eu trato do biocosmético na Amazônia, Sr. Presidente. Também estou tendo muita dificuldade no Ministério do Meio Ambiente para encaminhar.

Eu sou contra que a gente diga, "na Amazônia é proibido isso, aquilo e aquilo outro." Eu acho que não. Quero aqui repetir as palavras da ex-Ministra Marina Silva: na Amazônia, nós temos que parar de tratar tudo com o não; o que nós precisamos fazer é o seguinte, é dizer onde pode, como pode e o que pode. Eu sou mais defensora dessa tese, de onde pode, como pode e o que pode. A Amazônia não é um bioma único.

Eu tenho muito orgulho de ser de um Estado que tem o maior índice de preservação, e lá as reservas ambientais, a maior parte delas, não são do Governo Federal, são do Governo Estadual, numa demonstração do compromisso que nós temos com a preservação florestal. Agora eu tenho convicção plena de que a preservação só será possível com o desenvolvimento sustentável.

Então, diante disso, Sr. Presidente, eu não quero votar contra o projeto e, portanto, vou me abster da votação, mas quero dizer que fico feliz com o resultado desta reunião.

Abstenho-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PSDB – TO) – A Senadora Vanessa Grazziotin se absteve de votar.

Senador Flexa Ribeiro vota como autor.

Encerrada a votação.

Votaram SIM 05 Srs. Senadores; NÃO, 03.

Houve 01 abstenção.

Total: 09 votos.

Portanto, aprovado o projeto.

Vou ao item nº 8, cujo relatório o Senador Fernando Collor já leu e já houve a discussão, está só para votação.

Então, os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Presidente Fernando Collor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o projeto da CMA pelo conhecimento da matéria e pela apresentação de Requerimento de Informações ao Ministério de Estado da Saúde.

O item nº 18, Senador Cícero Lucena, é um terminativo e vamos aproveitar o quórum para fazer a votação.

PARECER Nº 382, DE 2013

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Aviso nº 10, de 2013 (nº 1.626/2012, na origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 3.391, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam.

RELATOR: Senador RUBEN FIGUEIRO

I – RELATÓRIO

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Aviso nº 1.626/2012, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 3.391, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de avaliar o cumprimento, no período de 2000 a 2010, do disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias – ADCT, que determina a aplicação, pela União, dos recursos destinados à irrigação nos 25 anos seguintes à promulgação da Carta Cidadã (TC 026.131/2011-0).

O Tribunal teve como objetivo avaliar o cumprimento, no período de 2000 a 2010, do disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que determina sejam aplicados pela União, dos recursos destinados à irrigação nos 25 anos seguintes à promulgação da Carta Cidadã, vinte por cento na Região Centro-Oeste e cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semiárido.

A principal justificativa para o TCU realizar a fiscalização sobre o disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, decorre do acompanhamento da execução orçamentária e financeira da União no exercício de 2010. O TCU constatou que, até maio de 2010, não obstante ter sido destinado à Região Centro-Oeste, em termos de dotação orçamentária, percentual acima do mínimo constitucionalmente determinado, a quase totalidade dos recursos empenhados e liquidados em projetos e ações de irrigação foram aplicados exclusivamente na Região Nordeste, não tendo ocorrido empenhos de valores destinados à Região Centro-Oeste, sinalizando para o não cumprimento do mínimo da irrigação a ser destinado à referida Região.

II – ANÁLISE

O Tribunal de Contas da União, exercendo sua competência constitucional de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, adotou o procedimento de manter a Casa Legislativa informada dos desdobramentos da deliberação ensejadora do Aviso nº 1.626/2012.

Segundo o Relatório que fundamenta o Aviso nº 1.626/2012, como decorrência da fiscalização realizada no período de 3/8 a 23/9/2011, foram detectados os seguintes problemas referentes à aplicação dos recursos em irrigação conforme disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT:

- dotação orçamentária destinada à Subfunção Irrigação (607), especialmente para a Região Centro-Oeste, em percentuais inferiores àqueles estipulados no art. 42 do ADCT;
- contingenciamento indevido de recursos da Subfunção Irrigação (607), entretanto, sem impacto significativo de modo a impossibilitar a aplicação dos percentuais mínimos estabelecidos no art. 42 em comento; e
- aplicação de recursos em percentuais inferiores aos estipulados no art. 42 do ADCT para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste em virtude de limitações na implementação de projetos de irrigação.

Com relação ao primeiro problema apontado, constatou-se que, no período de 2000 a 2010, as dotações previstas nas Leis Orçamentárias Anuais, inferiores ao mínimo de 50% para a Região Nordeste e de 20% para a Centro-Oeste, ocasionaram o descumprimento do art. 42 do ADCT nos seguintes anos: 2005, 2006 e 2008, no Nordeste, e 2000, 2001 e 2003 a 2010 no Centro-Oeste, onde a situação se mostrou mais grave. Assim, o TCU deliberou por dar ciência ao Ministério da Integração Nacional sobre a irregularidade constatada.

Sobre o contingenciamento, constatou-se que, nos exercícios de 2006 e 2008 (Região Centro-Oeste) e 2005 a 2008 e 2010 (Região Nordeste), houve contingenciamento indevido de recursos da Subfunção Irrigação, em afronta ao § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ainda assim, em virtude de sua baixa materialidade, os percentuais contingenciados não foram determinantes para o descumprimento recorrente do art. 42 do ADCT. Também nesse caso, o TCU decidiu informar ao Ministério da Integração Nacional sobre a irregularidade identificada.

Quanto ao cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos no dispositivo constitucional, constatou-se que, considerando os valores liquidados somados aos restos a pagar, na Região Nordeste, apenas os exercícios de 2009 e 2010, com 57,4% e 56,15% respectivamente, atingiram o percentual mínimo estabelecido de 50%, e que, na Região Centro-Oeste, em nenhum dos exercícios se atingiu o percentual de 20%.

Sobre as causas identificadas para o descumprimento do dispositivo constitucional, foi verificado que a participação de estados e municípios é deficiente, sendo necessária a realização de recomendações ao MI a fim de que seja fortalecida a articulação do Ministério com as unidades federativas, bem como a gestão e a estrutura técnica e operacional das unidades responsáveis pelo planejamento e implementação dos projetos de irrigação.

É oportuno salientar que, para que tomem o devido conhecimento das impropriedades identificadas na auditoria, o TCU encaminhou cópia do referido acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam e do relatório de fiscalização, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério da Integração Nacional, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e aos Governos dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, estes últimos quatro por serem os mais impactados pelos reiterados descumprimentos ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo em vista a importância da irrigação para a produtividade da agricultura nacional, creio ser papel dos Parlamentares, além de tomar conhecimento do que foi exposto no Relatório, empreender esforços para que as fragilidades ali apontadas sejam sanadas.

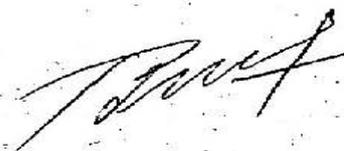
Dentro das prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo, a nossa atuação pode contribuir para o aprimoramento das políticas públicas com diversas ações, como, por exemplo, requisição de informações, convocação de Ministros de Estado, realização de audiências públicas, criação de comissões parlamentares de inquérito e, por fim, o que é nossa função precípua, alteração da legislação para tornar as políticas públicas mais eficientes.

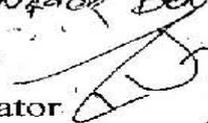
No entanto, esses esforços devem ser feitos ao longo do mandato dos Parlamentares, ou seja, mesmo após a tomada de conhecimento e arquivamento do Aviso que ora apreciamos. Faço essa observação porque não há no Regimento Interno do Senado Federal providência específica a ser tomada em relação aos avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União. Cabe-nos, durante a apreciação da matéria, dela tomar conhecimento e encaminhá-la ao arquivo.

III – VOTO

Diante do exposto, uma vez que esta Comissão tomou conhecimento do Acórdão nº 3.391, de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, concluo pelo arquivamento do Aviso nº 10, de 2013 (nº 1.626/2012, na origem), do TCU.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2013.

 , Presidente
Senador Bayedito de Lira

 , Relator
Senador Roberto Figueira

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
AVISO Nº 10, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 10ª REUNIÃO DE 16/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS),

PRESIDENTE:

RELATOR:

Sen. Benedito de Lira
Sen. Ruben Figueiro

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henricue (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Kátia Abreu (PSD)	7. Garibaldi Alves (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Ruben Figueiro (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Gim (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
	2. Blairo Maggi (PR)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TÍTULO X
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 43, de 15.4.2004)

I - vinte por cento na Região Centro-Oeste;

II - cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semi-árido.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

PARECER

Nº 383, DE 2013

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Aviso nº 12, de 2013 (nº 174/2013, na origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 495/2013-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 015.452/2011-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, pelo qual foram apuradas responsabilidades das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas na “Operação Sanguessuga”.

RELATOR: Senador IVO CASSOL

I – RELATÓRIO

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), por despacho do Presidente do Senado Federal, o Aviso (AVS) nº 12, de 2013, do Tribunal de Contas da União (nº 174-Seses-TCU-Plenário, de 2013, na origem), cujo objeto está discriminado na ementa.

O Tribunal de Contas da União (TCU) cumpre sua missão constitucional de auxiliar o Congresso Nacional a exercer o controle externo da atividade administrativa do Estado ao encaminhar a esta Comissão cópia do Acórdão nº 495/2013-TCU-Plenário e do Relatório e Voto que o fundamentaram, da lavra do Exmo. Sr. Ministro Raimundo Carreiro.

A “Operação Sanguessuga” foi levada a termo pela Polícia Federal, para apurar criminalmente esquema engendrado para fraudar licitações relativas à compra de ambulâncias em diversos municípios do país. Esquema esse que também foi objeto de verificação por diversos órgãos federais.

Tanto a Denúncia do Ministério Público Federal (MPF) como o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) concluíram que o grupo organizado para fraudar as licitações realizadas pelos convenentes do Ministério da Saúde tinha como liderança as empresas da família Vedoin. Os principais responsáveis identificados pela Polícia Federal e pela CPMI das Ambulâncias foram o Sr. Darci José Vedoin e seu filho Luiz Antônio Trevisan Vedoin que confirmaram as fraudes perpetradas nos depoimentos prestados à Justiça Federal. No mesmo sentido, concluiu o relatório de fiscalização conjunta realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus).

O TC 015.452/2011-5, no qual foi prolatada a deliberação ora encaminhada, trata de um processo de Representação autuado por força do disposto no item 9.10 do Acórdão 1.147/2011-TCU-Plenário (TC 018.701/2004-9), com o fito de proceder, no âmbito da Corte de Contas federal, às apurações pertinentes ao esquema, para os fins previstos nos arts. 8º e 46 da Lei 8.443, de 1992, Lei Orgânica do TCU, em razão das fiscalizações realizadas por esse Tribunal e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Levantamento realizado pela CGU evidenciou um número elevado de empresas participantes do esquema de fraudes, que abrangia empresas diretamente envolvidas nos ilícitos, outras constituídas legalmente em nome próprio e outras constituídas em nome de terceiros. As empresas “laranja” ou “de fachada” e as pertencentes a terceiros davam cobertura às demais.

Não apenas empresas da família Vedoin atuaram no esquema fraudulento. Em face da extensão do arranjo perpetrado, vários processos foram autuados, agrupando as empresas por grupos econômicos ou por sócios administradores comuns. Os grandes grupos eram: Planam (família Trevisan-Vedoin) – TC 015.452/2011-5; das empresas de Ronildo Pereira de Medeiros – TC 012.132/2012-8; Lealmaq – TC 012.747/2012-2; e Domanski – TC 012.911/2012-7 sobre as quais foi possível localizar processo em andamento neste Tribunal.

Foram autuados também outros processos relativos às empresas que davam cobertura às licitações fraudulentas. A citar: Suprema – TC 012.919/2012-8; Barigui Veículos, Reven Bus, C.M.P Rocha e Cia, AAB Comercio de Equip. Médicos e Divesa – TC 013.774/2012-3; Biomédica, Torino, NV Rio, Delta e Politec, Sinal Verde e Medpress – TC 015.246/2012-4.

O Aviso sob exame atine ao processo destinado a apurar o envolvimento da Planam e demais empresas da família Trevisan-Vedoin, consideradas as mais atuantes no esquema de fraudes, que atraiu parlamentares, prefeituras, organizações não governamentais e sociedades comerciais.

Sinteticamente, o TCU promoveu oitivas dos responsáveis pelos seguintes motivos: a) participação ativa, por meio de acordo com prefeitos, presidentes de entidades não governamentais e parlamentares, para execução de procedimento licitatório ilegal e fraudulento; b) participação fictícia em processo licitatório, com objetivo de compor número mínimo de participantes e dar cobertura para empresas com as quais negociara ou que pertenciam ao mesmo grupo, caracterizando simulação e fraude à licitação pública.

Os notificados para apresentar defesa quedaram-se revéis, optando por não trazer seus argumentos para afastar as imputações feitas. O Tribunal considerou que os elementos trazidos aos autos eram suficientes a comprovar as participações nas fraudes levantadas na Operação Sanguessuga.

Ao fim e ao cabo, com fundamento no artigo 46 da Lei Orgânica do TCU (LOTUCU – Lei nº 8.443, de 1992), foram declaradas inidôneas para participar de licitação que utilize recursos públicos federais, por um período de cinco anos, as seguintes empresas do Grupo Planam: Planam Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 37.517.158/0001-43), Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 03.737.267/0001-54), Klass Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.332.985/0001-88), Enir Rodrigues de Jesus EPP – Comercial Rodrigues (CNPJ 02.391.145/0001-96) e Vedovel Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 04.717.562/0001-01).

O Tribunal assinou recomendações à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), além de ter recomendado outra ação conjunta a esse mesmo ministério com o Ministério da Fazenda (MF) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

À primeira, foi recomendado que: *i)* adote as providências necessárias à efetivação do registro desta decisão no âmbito do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) (item 9.5.1 do Acórdão); *ii)* desenvolva mecanismo, no âmbito do Sicaf, que permita o cruzamento de dados de sócios e/ou de administradores de empresas que tenham sido declaradas inidôneas e de empresas fundadas pelas mesmas pessoas, ou por parentes, até o terceiro grau, que demonstrem a intenção a participar de futuras licitações (item 9.5.2 do Acórdão); e *iii)* oriente todos os órgãos/entidades do Governo Federal, caso nova sociedade empresária tenha sido constituída com o mesmo objeto e por qualquer um dos sócios e/ou administradores de empresas declaradas inidôneas, após a aplicação dessa sanção e no prazo de sua vigência, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443, de 1992, a adotar as providências necessárias à inibição de sua participação em licitações, em processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa a todos os interessados (item 9.5.3 do Acórdão).

Ao MPOG, conjuntamente com o MF e a CGU, recomendou-se que fosse incluída na Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011, ou em outra que venha a substituí-la, cláusula que vede, na hipótese de aplicação de recursos federais a serem repassados mediante convênio ou instrumento congênere, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem do cadastro de empresas inidôneas do TCU, da CGU ou do Sicaf (item 9.6 do Acórdão).

Em cumprimento ao item 9.7 do *decisum*, cópias da deliberação foram encaminhadas à Câmara dos Deputados e a este Senado Federal.

II – ANÁLISE

Chega ao conhecimento desta CMA matéria de especial interesse para esta Casa, e que foi objeto de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O ocorrido é uma vergonha para qualquer brasileiro. Devemos lutar para que aqueles atos maculosos não se repitam. Precisamos trabalhar a legislação e agir como reais fiscalizadores do Poder Executivo, de forma a, o mais possível, impedir que se trilhem novamente os caminhos tanto tortuosos quanto imorais, ilegítimos e ilegais pelos quais passaram os envolvidos no esquema fraudulento desvelado pela “Operação Sanguessuga” da Polícia Federal e investigado por ela e pelos órgãos de controle.

Do Relatório do Exmo. Sr. Ministro Raimundo Carreiro, destacamos a discussão acerca da declaração de inidoneidade dos sócios e/ou administradores das empresas envolvidas no esquema para participar, em nome próprio ou como sócios-administradores de pessoa jurídica, de licitação que utilize recursos públicos federais. Acertadamente, segundo vislumbramos, entendeu-se ser solução jurídica inadequada estender a futuras empresas que viessem a ser criadas as penalidades impostas a empresas envolvidas em conluio, pois o fundamento legal aplicável (art. 46 da LOTCU) menciona apenas o licitante.

Não obstante, o Relator observou que a doutrina e a jurisprudência vêm confirmando a aplicabilidade da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito administrativo, em homenagem aos princípios da moralidade administrativa e da indisponibilidade dos interesses públicos tutelados, quando a pessoa jurídica for o meio de realização de fraude, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa a todos os interessados. Reproduzimos as conclusões do Exmo. Sr. Ministro:

19. No caso vertente, entendo que, decretada a inidoneidade das empresas do grupo Planam, a Administração poderá proibir a participação de empresas constituídas, após a apenação, com o mesmo objeto e que tenham em seu quadro societário qualquer dos responsáveis ouvidos nestes autos ou seus parentes, até o terceiro grau. Nesse caso, poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica para estender os efeitos da sanção imposta pelo TCU a eventuais empresas fundadas com o intuito de ultrapassar a proibição de licitar com a Administração Pública dentro do prazo estabelecido no *decisum*, desde que adotadas as providências essenciais para tal.

20. Assim, considero que não se pode antecipar a aplicação de sanção a empresas inexistentes com base em previsões que podem não se concretizar, eis que a apenação não estaria motivada por prova documental do ilícito. Ademais, o prazo para o contraditório e para a ampla defesa só poderia ser aberto aos interessados diante de fato concreto.

21. Quanto à declaração de inidoneidade dos sócios, alinhame às conclusões do Ministro Aroldo Cedraz no voto condutor do Acórdão 2.549/2008 – Plenário, cujo excerto transcrevi no item 17 supra, no sentido de que o art. 46 da Lei 8.443/92 menciona apenas o licitante, no caso em comento as empresas do grupo Planam.

22. Não obstante entender não ser apropriado lançar mão da teoria da desconsideração da personalidade jurídica para declarar a inidoneidade dos sócios e/ou administradores das empresas envolvidas no esquema de fraudes à licitação, ressalto que podem ser desenvolvidos mecanismos destinados a coibir a burla relacionada à declaração de inidoneidade de empresas, como o aperfeiçoamento do cadastro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

23. Essa medida deverá permitir o cruzamento de dados de sócios e/ou de administradores de empresas que tenham sido declaradas inidôneas e de empresas fundadas pelas mesmas pessoas, ou por parentes, até o terceiro grau, que demonstrem a intenção de participar de futuras licitações dentro do prazo vigente da sanção aplicada. Caso a sociedade empresária tenha sido fundada após a aplicação da sanção a que se refere o art. 46 da Lei 8.443/92 e dentro de seu período de vigência, a Administração contará com instrumento hábil à inibição da participação de sócios e/ou de administradores de empresas declaradas inidôneas, em processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa a todos os interessados.

O raciocínio conduzido levou à assinatura da recomendação 9.5.3 do Acórdão. Creio que a sugestão feita pela Corte de Contas à Administração deve ser aproveitada por nós Parlamentares para produzirmos norma legal que incorpore sua essência, com o atributo da imperatividade, própria das leis, sem desrespeitar a independência dos Poderes.

III – VOTO

À luz do exposto, opinamos pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 12, de 2013, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham.

Sala da Comissão, 14 de maio de 2013.



Senador BLAIRO MAGGI, Presidente

Senador IVO CASSOL, Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
AVISO Nº 12, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 12ª REUNIÃO, DE 14/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____ (SENADOR BRALDO MARTINI)

RELATOR: _____ (SENADOR IVO CASSOL)

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcício do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Lulz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Ria ro Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 116, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012**.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 116/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 15 de maio de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012, que **inclui os protetores solares na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências**, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com referência ao **Ofício nº 116, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 94, de 2013**, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011**.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 94/2013/CMA

Brasília, 14 de maio de 2013

Assunto: Decisão terminativa – PLS nº 626, de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) **aprovou em decisão terminativa**, na 12ª Reunião Extraordinária de 14/05/2013, o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas

e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências”.

Respeitosamente, – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com referência ao **Ofício nº 94, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 382 e 383, de 2013**, das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, que concluem pelo arquivamento dos **Avisos nºs 10 e 12, de 2013**.

A Presidência, em cumprimento as suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, da Agência Nacional de Energia Elétrica, o **Ofício nº S/20, de 2013** (Ofício nº 51/2013, na origem), que encaminha cópia, em meio magnético, do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual, de 2012, da referida agência.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº S/20, DE 2013

Ofício nº 51/2013-DR/ANEEL

Brasília, 19 de abril de 2013

Assunto: Prestação de Contas Anual da ANEEL – Exercício de 2012

Senhor Presidente,

Como parte do processo de transparência das ações da ANEEL e em conformidade com os procedimentos deliberados em reunião da diretoria colegiada desta Agência, enviamos ao conhecimento de V. Exª cópia em meio magnético do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual 2012 da ANEEL, já encaminhado pela Agência à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU, em cumprimento às determinações legais.

Respeitosamente, – **Romeu Donizete Rufino**, Diretor-Geral Interino.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu queria, cumprimentando a todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, os Senadores aqui presentes, desejar uma boa semana de trabalho a todos

Senador Cristovam Buarque, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Vicentinho Alves, é um prazer tê-los aqui.

Eu queria chamar para fazer uso da palavra, sem prejuízo da ordem de inscritos na lista, o Senador Cristovam Buarque. Assim, a gente mantém a lista...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Eu quero falar pela Liderança; ele fala agora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Então, pela Liderança ou para uma comunicação inadiável, o Senador Rodrigo Rollemberg, em permuta com o Senador Cristovam, pois, assim, não criamos prejuízo para a lista de inscritos. Pode ser? (*Pausa.*)

Então, em permuta com o Senador Cristovam Buarque, o Senador Rodrigo Rollemberg fará uso da palavra, sem prejuízo da lista de oradores inscritos, onde figura, em primeiro lugar, o Senador Aloysio Nunes; em segundo, o Senador Fernando Collor e terceiro; em terceiro, Senador Ruben Figueiró.

O Senador Vicentinho está aqui como inscrito.

Com a palavra V. Ex^a, meu bom amigo Rodrigo Rollemberg, que tão bem representa o Distrito Federal nesta Casa. Reitero: sem prejuízo para o Senador Gim, o Senador Cristovam, que, inclusive, está aqui presente. É apenas um padrão elevado que aqui temos.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Como Líder. Com revisão do orador.) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Prezados Senadores e Senadoras, eu subo à tribuna nesta tarde de hoje, Senador Jorge Viana, para fazer alguns registros de eventos importantes que aconteceram neste final de semana no Distrito Federal e que já fazem parte da cultura da nossa cidade.

Registro a concessão, pelo Governo do Distrito Federal, do título de Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal à Festa do Divino; a realização de mais uma celebração de Pentecostes, no Taguaparque, em Taguatinga, com a participação estimada de dois milhões de pessoas ao longo do final de semana, realmente um fenômeno; e a realização da Agrobrasília, uma grande feira de negócios que movimentou mais de R\$500 milhões, mostrando a pujança da agricultura do Distrito Federal e de toda a região.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar os alferes, responsáveis pela Festa do Divino no meio rural, Diógenes e Camila, e os festeiros, os foliões da

cidade, Diogo e Jamel, sua esposa, e, em nome destes, cumprimentar todos aqueles que fazem dessa festa não apenas uma celebração religiosa, mas uma celebração cultural da maior importância.

Nesse domingo, Sr. Presidente, a Festa do Divino Espírito Santo de Planaltina foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal, um reconhecimento há tempo esperado pelos planaltinenses que, há mais de cem anos, antes mesmo da inauguração de Brasília, realizam o festejo envolvendo toda a comunidade e se mantendo, principalmente, pela força do povo, independentemente de apoio oficial.

Todos os anos, participo dos festejos, como católico que sou e também pela minha ligação profunda com a vida daquela cidade, com o meio rural, e fico impressionado com a extraordinária capacidade de mobilização da festa, que vai muito além da sua dimensão propriamente religiosa e mostra uma marca, uma identidade cultural planaltinense, que a difere de outras festas do Divino celebradas no Centro-Oeste e em outras regiões do País, como as célebres festas de Pirenópolis, em Goiás; Parati, no Rio de Janeiro; São Luiz do Paraitinga, Mogi das Cruzes e Tietê, em São Paulo.

A Festa do Divino Espírito Santo, em Planaltina, já é considerada uma das maiores manifestações de devoção ao Divino Espírito Santo no Brasil, envolvendo a cada ano toda a cidade de Planaltina. A cidade faz a festa e a festa faz a cidade. Através dela se marca o tempo, se reproduzem estruturas sociais e se conforma uma identidade própria planaltinense, um jeito próprio de viver e sentir o mundo, onde não há um tempo antes e um tempo depois da festa, nem distâncias intransponíveis entre o catolicismo oficial e a fé popular. A força simbólica e cultural é a maior expressão do festejo, coroada por um profundo vínculo solidário que se estabelece nos foliões.

Ver de perto essa apropriação tão singular de uma tradição centenária do Brasil, junto a essa vocação generosa de Planaltina, é, sem dúvida, uma das grandes emoções que sentimos no Distrito Federal.

A Folia do Divino faz circular as graças do Espírito Santo, que se multiplicam, movendo-se pelo campo e pela cidade, aproximando vizinhos e parentes por meio da fartura, da fé e da cooperação. A festa é solidária. Nela só se acumula para redistribuir, seja qual for o lugar que cada um ocupa dentro dos festejos.

Essa é a forma de agradecer ao Divino e também a certeza de receber suas bênçãos, seja como imperador ou cozinheiro, ou como folião, ou fogueteiro, ou cavaleiro. A devoção ao Divino explica a festa e a festa explica a cidade.

Eu digo sempre, Senador Cristovam, que a Festa do Divino é uma festa que uma pessoa sozinha, mesmo com muito dinheiro, milionária, se quiser fazer essa festa, ela não consegue fazer, porque é uma festa, sobretudo, da cooperação, em que as pessoas doam seu trabalho, as pessoas fazem as doações dos alimentos para essa grande comunhão que acontece durante a Festa do Divino.

Uma tradição que já ganhou tanta força em nossa região, que também se realiza em outras cidades do DF, especialmente naquelas com maior extensão rural, como o Gama, São Sebastião e Brazlândia.

Há também registro de paróquias e famílias em outras cidades, como no Guará, que organizam Festas do Divino, trazendo foliões de suas cidades de origem.

No Velho Testamento, Pentecostes era a festa judaica de colheita do trigo, celebrando sua maturação e colheita sete domingos ou cinquenta dias após a Páscoa, com oferendas e sacrifícios.

Na história bíblica, foi num domingo de Pentecostes que a Virgem Maria e os doze apóstolos de Cristo receberam o Espírito Santo sob a forma de línguas de fogo e, falando em numerosas línguas, dispersaram sua fé pelo mundo.

De origem medieval portuguesa, celebrada por D. Isabel, a Rainha Santa, casada com o Rei de Portugal, Dom Dinis, que, na época, coroou, simbolicamente, o imperador e dois reis em um convento franciscano da Vila de Alenquer. E esse império do divino saiu, então, para as ruas, ao som de trombetas, acompanhado por uma multidão, começando ali uma longa tradição de celebrações religiosas que foram, depois, levadas ao Arquipélago de Açores, no início da expansão marítima lusitana, e também ao Brasil, com os primeiros registros, em terras brasileiras, datados do século XVIII.

A Festa do Divino Espírito Santo encontrou sua expressão em diversas cidades brasileiras. Seu processo ritual compreende três fases estruturais: a folia, o império e as cavalhadas. Cada uma delas apropriada e regionalizada pelas comunidades que mantêm a tradição secular do festejo.

A distribuição de alimentos define a estética e a ética da festa, como gesto de caridade e símbolo maior de abundância e cooperação, bem como na história que inspira essa tradição.

Pela história, uma criança é coroada como imperador e, investida de poder, resolve, como primeiro ato, abrir as portas da cidade e, em seguida, promover um grande banquete aos pobres.

São apenas situações de uma festa popular de fundo religioso, mas que poderiam servir como instigante metáfora à vida política do País, pela reflexão do poder em seu vínculo real e legítimo com a socie-

dade, que é o que dá sentido ao nosso mandato e a qualquer cargo público exercido no Estado brasileiro.

O imperador, na Festa do Divino, encarna a bondade, a solidariedade e o espírito de cooperação como valores fundamentais. Para isso, investe-se de relação com o sagrado, um caminho e um exercício absolutamente necessários à vida pública, que não deveriam ser apenas ritualizados numa manifestação como a Festa do Divino, mas a prática diária na relação cotidiana que tecemos com o coletivo.

Na Festa do Divino, todos são envolvidos e tudo é compartilhado. E ver isso se manifestar na prática é sempre uma emoção muito especial: a cidade se reconcilia com o seu entorno, com o seu contraditório sistema de valores, na tentativa de resgatar um passado mais tolerável e a síntese de momentos relevantes da história goiana, de uma época considerada de ouro.

Se, em Portugal do século XVI, comemorava-se o futuro, em Planaltina, celebra-se o passado no futuro, e isso é de uma riqueza simbólica muito grande.

Por todos esses valores simbólicos que fazem a Folia do Divino, e não apenas por seu valor estritamente turístico e sua dimensão de espetáculo que a coloca no calendário oficial do GDF, o reconhecimento dessa manifestação foi uma grande conquista para a comunidade de Planaltina.

Esse patrimônio celebrado é muito maior que a Folia do Divino. Também diz respeito à diversidade cultural do Brasil, à abertura às diversas visões de mundo e formas de transmissão de conhecimento, autogestão e autonomia dos processos de preservação e ao fortalecimento dos vínculos do patrimônio com a vida cotidiana.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – São saberes, fazeres, tradições, sons e linguagens tipicamente brasileiros, fruto de criações coletivas que passam a ser reconhecidas e tomadas como riqueza nacional a ser preservada e difundida.

Parabenizo o povo de Planaltina e de todo o Distrito Federal. Tive a oportunidade, como sempre faço, Senador Jorge, de ir várias vezes a alguns pousos de folia ao longo desta semana. Tive a oportunidade de chegar montado, como os foliões da roça, na chegada a Planaltina, participar do tradicional café da manhã oferecido há muitos anos, há dezenas de anos, pelo Sr. Souza Lima e pela sua esposa, Evânia, que resgataram a tradição da Festa do Divino e atendem, como atendem todos os pouseiros: com muita solidariedade, com muita abundância, com muita fartura. Ali, todos são tratados de forma absolutamente igual, independentemente do cargo que exerçam, indepen-

dentemente da sua importância na vida social. Todos, ali, são tratados igualmente e todos são tratados com muita generosidade, com muito acolhimento. Quero fazer minha homenagem a todos os moradores de Planaltina citando aqui alguns festeiros que foram fundamentais para o sucesso desta folia de 2013: o Paraco Padre Paulo Renato – responsável pela paróquia São Sebastião de Planaltina/DF; o imperador Bento Lourenço e a imperatriz Alcimar Jardim; os foliões de rua Diogo Salgado e Jamel; Diógenes Cardoso e Camila (foliões da roça), Joaquim Luis de Sousa (guia da folia de roça) e Aécio da Silva Campos (um dos mais velhos dos festeiros, de 74 anos). Também quero citar os noveneiros Joaquim Nogueira e Veluziana de Castro, Edson e Lucilene Brasileiro, Manuel e Marlene, Nélio Renato Nogueira e Águida Neide, Kênia e família, Adenilton e Eduarda Sardinha, Waltênio Marques e Gorete Trindade, e os mordomos do largo – Saulo e Lucíola – os mordomos do mastro – Ricardo Andrade e Simone Nogueira – os mordomos da fogueira – Luiz Carlos e Wilma Meyre – e os mordomos das barracas – André Salgado e Telma de Souza.

Ontem, tivemos um grandíssimo evento, que se está tornando um fenômeno de público, ao qual estava presente o Senador Romero Jucá, o Senador Gim, o Governador do DF e vários outros parlamentares do Distrito Federal: a celebração de Pentecostes. Comandada pelo Pe. Moacir Anastácio, a celebração é um verdadeiro fenômeno de público, uma coisa impressionante.

Estima-se que dois milhões de pessoas, Senador Jorge Viana, passaram pelo Taguaparque ao longo desses dois dias de celebração de Pentecostes.

Era este o registro que eu gostaria de fazer. Estou percebendo que meu tempo está pequeno...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Se V. Ex^a quiser, posso aumentar mais.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Então, eu gostaria, Senador Jorge Viana, de fazer outro registro, o terceiro, muito rápido, mas que não eu poderia deixar de fazer, que é o da realização, também neste final de semana, no Distrito Federal, ao longo de toda a semana, encerrando-se no último sábado, de um evento, agora, de negócios. Falo da feira tecnológica AgroBrasília, a sexta edição da AgroBrasília, que tive a oportunidade, Senador Jorge Viana, de apoiar desde a sua primeira edição.

Muita gente que mora em Brasília e pessoas de fora do Distrito Federal não conhecem essa face de Brasília. Mas Brasília, o Distrito Federal tem uma das áreas mais produtivas do ponto de vista da agricultura, com uma tecnologia avançadíssima, o uso de tecnologias moderníssimas, com uma agricultura de alta

precisão. Essa feira, que se transformou numa grande feira de negócios, com a participação, inclusive, de adidos militares, se transformará, a partir do ano que vem, numa feira internacional. Para que o senhor tenha ideia Senador Jorge Viana, foram comercializados, nos quatro dias de feira, mais de R\$500 milhões nessa sexta edição.

E eu digo que essa feira demonstra a capacidade empreendedora, a capacidade realizadora do setor produtivo do Distrito Federal, do setor rural do Distrito Federal, especialmente a Coopa/DF, Cooperativa de Produtores do Padf, responsável pela organização dessa feira. Foram 385 empresas e instituições que participaram do evento, que recebeu 79 mil visitantes durante os cinco dias. Realmente, um sucesso total, com a participação, como eu disse, de adidos militares de vários países interessados em manter cooperação com o Brasil na área agrícola, especialmente de representantes da França, da Holanda, uma delegação enorme, muito grande, da Colômbia, onde tivemos uma rodada de negócios especificamente com os representantes da Colômbia, muito interessados no que vem sendo desenvolvido no Brasil na área de agricultura.

Estavam representados por adidos e conselheiros agrícolas a Suíça, a Espanha, a França, a Holanda, a Alemanha e a Finlândia, que participaram dessa feira, onde tivemos também a realização do Seminário Internacional sobre Tecnologias Tropicais para promover o intercâmbio entre o Brasil e a Colômbia. Os dois países trocaram experiências exitosas e dificuldades superadas no setor agrícola com o objetivo de desenvolver a região colombiana de Orinoquia, que é semelhante ao Cerrado brasileiro e obter acordo de cooperação para futuras pesquisas.

Quero registrar, também, a presença marcante do Sebrae nessa feira, mostrando o que vem realizando nas cadeias produtivas do Distrito Federal: produção orgânica, produção agroecológica sustentável, suinocultura, piscicultura, agroindústria e diversas experiências interessantes.

Quero, também, registrar que, ao lado do que há de mais moderno em tecnologia agrícola no mundo, com colheitadeiras imensas, plantadeiras imensas, um negócio realmente impressionante, nós temos a vitrine da agricultura familiar mostrando como vem evoluindo, como vem avançando a agricultura familiar no nosso País e o papel da Emater do Distrito Federal.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Nesse sentido, quero cumprimentar o técnico da Emater, o agrônomo da Emater, um dos grandes responsáveis pela concepção dessa feira, Carlos Vitor.

Ele e a direção da Coopa/DF – não posso deixar de registrar o nome de Ronaldo Triacca, um empreendedor, que está à frente dessa feira – fizeram da vitrine da agricultura familiar uma coisa absolutamente impressionante, mostrando que tecnologias adequadas, que tecnologias sociais podem transformar os índices de produtividade da agricultura familiar brasileira.

Tenho a impressão de que vamos acabar transformando a área da AgroBrasília em um parque de exposições permanentes, mostrando as diversas tecnologias utilizadas no Brasil, tanto na produção quanto nas tecnologias para agricultura de alta precisão, com muita tecnologia embarcada. Além disso, a feira poderá ser um exemplo de como utilizar a agricultura familiar para melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais de toda a Região Centro-Oeste.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de fazer esses três registros. São eventos absolutamente distintos, sendo dois deles de caráter religioso e um de negócios, mas mostrando a diversidade do Distrito Federal, especialmente na zona rural do Distrito Federal. Tanto a Festa do Divino como a AgroBrasília são manifestações religiosas, culturais ou de negócios do meio rural do Distrito Federal e da nossa região geoeconômica, conhecida como Entorno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu que o cumprimento, meu caro colega, Rodrigo Rollemberg, dizendo que já tive o privilégio, ainda como estudante, de participar de várias Festas do Divino. Sei que é a expressão da cultura que nós temos aqui no Centro-Oeste brasileiro que V. Ex^a, com propriedade, porque estimula o fortalecimento da cultura no Distrito Federal, traz neste pronunciamento que abre a sessão desta semana, desta segunda-feira.

Parabéns, Senador Rodrigo!

Eu convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PDT, o Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, volto à lista de oradores com o Senador Ruben Figueiró, caso não cheguem o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Senador Fernando Collor.

Eu queria antes, porém, Senador Cristovam, só cumprimentar o Senador Chico Sartori pela presença. Ele esteve aqui no Senado por um ano como suplente do Senador Amir Lando, representando o povo de Rondônia.

Seja bem-vindo, Senador.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de cinco minutos, mas, tendo em vista ser uma sessão de segunda-feira, eu serei atento para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – De qualquer maneira, Presidente, eu agradeço, eu agradeço, mas vou tentar fazer no tempo, até porque tenho uma reunião com o Senador Pimentel, às 14 horas e 30 minutos, para discutirmos como vai ser, amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, o debate sobre o Plano Nacional de Educação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é muito comum falar-se que não têm importância as datas comemorativas, que nós aprovamos tantas aqui, mas eu creio que cada uma delas permite trazer para nós a lembrança de algum fato, de algum grupo.

Hoje é Dia do Pedagogo. Eu creio que nada melhor do que aproveitar esta data para trazer aqui uma reflexão sobre a importância, sobre o que fazer e sobre como será o trabalho dos pedagogos daqui para frente.

Em primeiro lugar, sobre a importância. Senador Jorge Viana, o maior pedagogo no mundo, na segunda metade do século XX, foi um brasileiro chamado Paulo Freire, que tem estátuas em lugares diferentes do mundo. Eu mesmo já estive em monumentos a ele. Aqui, na frente do Ministério da Educação, há um, que foi colocado quando eu era Ministro. Essa é uma primeira lembrança.

A segunda lembrança – que eu vou ter que explicar por que eu a faço – é que, quando a gente percebe que há 250 milhões de celulares no Brasil e que nenhum é brasileiro, que se fabricam 3 milhões de automóveis no Brasil e que nenhum é brasileiro... Hoje, o Brasil é um dos países com maior número de domicílios com televisão, raríssimas desenhadas ou fabricadas no Brasil, sendo que, mesmo para essas, os principais componentes são importados, como acontece com a empresa automobilística, que é brasileira, uma das grandes conquistas do Brasil, mas que tem sua parte mais sofisticada, chamada *avionics*, importada... Verdade que os outros países também importam de outros países. Quando a gente percebe que um país que tem 250 milhões de celulares e nenhum é brasileiro, a gente tem que se perguntar porquê. Eu diria que é pela falta de apoio aos pedagogos do Brasil, porque, aparentemente, o que se pensa é que falta de apoio aos cientistas que desenham esses novos equipamentos. Mas o desenho de um novo equipamento, a invenção de um novo produto passa por cientistas, tecnólogos bem vinculados ao setor produtivo, não isolados, e passa por uma boa universidade. Não uma, duas ou três boas universidades no País, mas uma no sentido do sistema universitário inteiro, porque o Brasil tem duas ou três boas universidades, não entre as melhores do

mundo, mas não tão distantes delas. Mas três? Eu falo é sobre um sistema universitário de qualidade, que exige uma educação de base da maior qualidade.

Não há possibilidade de um sistema universitário de qualidade sem educação de base de qualidade, e é impossível, havendo educação de base de qualidade, não haver universidades com qualidade. Os alunos não aceitariam. Os alunos que saem do segundo grau puxam a universidade para cima, se eles têm qualidade, ou puxam para baixo, se não têm qualidade. Hoje, o nosso sistema de educação de base está puxando as universidades para baixo.

Demos um grande salto positivo, eu considero, ao aumentar o número de vagas nas universidades, mas está puxando para baixo. E alguns dizem: "Está puxando para baixo porque aumentou o número de alunos". Não! Para aumentar o número de alunos na universidade, a gente tem que querer, tem que buscar. O problema é que aumentamos o número de alunos sem qualidade, porque não há com qualidade. Não há alunos com qualidade para preencher 6,5 milhões de vagas universitárias. Não temos, não adianta querer.

Hoje, o número de alunos que terminam o ensino médio já é igual ao número de vagas na universidade naquele ano. Ou seja, não temos como selecionar os nossos universitários, a não ser as boas universidades, que escolhem os melhores. Isso obriga o Brasil, se quiser dar um salto na economia do futuro, a dar todo o cuidado à educação de base.

Nós somos um dos maiores de consumidores celulares e um dos últimos na produção de celulares porque somos um dos últimos na qualidade da nossa educação de base, de acordo com a Unesco.

Educação de base é, em primeiro lugar, o professor. Nem todo pedagogo é professor e nem todo professor tem, necessariamente, a profissão, a formação, o diploma de pedagogo, mas o pedagogo a gente pode usar no sentido coletivo de professor, de mestre. É por eles que passa a construção do futuro da educação e, portanto, do futuro do Brasil, mais do que por qualquer outra profissão.

Se estivéssemos em guerra, eu diria "não, primeiro os soldados". Mas não estamos em guerra. Primeiro, os professores, e hoje é o Dia do Pedagogo, embora não seja o dia dos professores.

Temos de reconhecer que eles fazem o esforço necessário, mas não estão conseguindo dar o resultado esperado por falta de contarem com um sistema eficiente de educação. Aí, eu volto a insistir na minha peleia aqui: a melhora do atual sistema educacional não conseguirá colocar o Brasil entre as nações mais educadas do mundo. É preciso construir um novo sis-

tema, que vá crescendo enquanto substitui o atual. O novo cresce e o atual diminui, como tentou Brizolla,...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – no Rio de Janeiro, como tentou o nosso colega Senador Collor, quando Presidente, com a meta de 5 mil CIACs. Conseguiu fazer 444.

É claro que a gente precisa ter 200 mil escolas da maior qualidade, mas 5 mil teriam dado um exemplo interessante ao Brasil se tivesse continuado com essa meta até o final.

Eu tenho defendido a necessidade de um novo sistema educacional que vá substituindo o atual. Esse novo sistema tem de começar pelos professores. Isso vai exigir uma carreira nacional para os professores.

Por que funcionários de tantos órgãos são federais, porque funcionários de tantas empresas estatais são federais e os professores ficam condenados ao nível de riqueza da cidade onde eles trabalham?

É preciso criar uma carreira nacional dos professores e colocá-los em escolas com qualidade federal. Insistamos: as escolas federais do Brasil são as melhores na média do Ideb, como o Colégio Pedro II, as escolas técnicas, os institutos de aplicação, os colégios militares. Por que não ampliar esse número através de uma carreira nacional e de escolas com qualidade?

Esse sistema é possível se implantar num período de 20 anos, pagando aos professores dessa nova carreira um salário de R\$9 mil por mês, o que faz com que o custo anual do aluno seja de R\$9 mil. E, daqui a 20 anos, quando isso estiver implantado, isso custará 6,4% do Produto Interno Bruto, menos do que o índice que amanhã vamos discutir na Comissão de Assuntos Econômicos, em que se fala em 10%. É claro que, com 6,4% para a educação de base, a diferença pode ir para os demais setores da educação.

Isso é possível, selecionando bem esses professores, criando um sistema de estabilidade na função, mas sob sistemáticas avaliações, para ver se eles continuam ou não na atividade. Falo de estabilidade, porque prefeito, governador e presidente não demitem. Mas é responsável a estabilidade. Se em um concurso ficasse demonstrado que determinada pessoa não estava preparada ou não era dedicada, ela teria de ceder o lugar para outro. Isso é possível de se fazer.

Agora, além disso, quero fazer uma reflexão muito simples, curta, sobre o papel do professor. Daqui para frente, vai mudar o conceito do professor como eu, que pega um giz e, como um artesão, termina ali, na sala de aula, no quadro-negro, passando seu conhecimento.

Primeiro ponto: hoje, o conhecimento move-se a cada dia, a cada hora. O professor vai ser uma es-

pécie de antena ao colocar o aluno em contato com o conhecimento, que está fora do professor. A memória não está mais dentro da nossa cabeça. A memória, hoje, está no *pen-drive*, no HD, nos sistemas. Nosso professor vai precisar saber que ele é uma antena. E ele não vai ter um trabalho solitário, pois vai ter de estar em conjunto com alguém que entenda de colocar as aulas dele de maneira agradável para os alunos, usando as modernas tecnologias da informação, e, ao mesmo tempo, com algum especialista que coloque essa aula na rede inteira.

Um novo pedagogo para o século XXI e um novo sistema educacional para o século XXI são duas coisas de que o Brasil precisa. E, hoje, no dia deles, dos pedagogos, creio que é um bom momento de lembrar, de refletir, de propor e de ter a esperança de que nós vamos fazer.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Cristovam, que tem a autoridade de fazer um pronunciamento como esse, não só lembrando o maior pedagogo deste País e lembrando esse dia, como também fazendo referência aos melhores caminhos para o Brasil seguir.

Como Prefeito e Governador, investi fortemente na formação dos professores. Quando assumi o Governo do Acre, havia dois mil professores leigos, pessoas que davam aula por vocação, por pura necessidade. Todos os professores do Acre – acho que o Acre foi o primeiro Estado do Brasil a fazê-lo – tiveram oportunidade de ter uma formação superior para exercer o magistério. Isso foi inovador. Nós botamos a universidade federal nos 22 Municípios do Acre. Formamos, inclusive, os professores indígenas. Este, talvez, tenha sido o melhor investimento que fizemos: o investimento nos formadores, nos professores.

V. Ex^a, mais uma vez, traz esse tema com posições que apontam o melhor caminho para que o Brasil possa se firmar como grande Nação no mundo. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Fora do microfone.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu convido para fazer uso da palavra, voltando à lista de inscritos, o Senador Ruben Figueiró.

Depois, pelas presenças no plenário, terá a palavra o Senador Cícero Lucena.

Senador Ruben Figueiró, V. Ex^a, como orador inscrito, dispõe do tempo regimental de 20 minutos.

Quero só lhe informar que, naquele dia em que V. Ex^a fez aquela intervenção no plenário, quando conversamos, meu pai estava assistindo à sessão em casa. Ele me comunicou isso e lhe mandou um gran-

de abraço. Nesse fim de semana, eu estive com ele, e ele lhe mandou um grande abraço, dizendo que ficou muito agradecido pelas palavras de V. Ex^a.

Com a palavra, V. Ex^a, por 20 minutos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Devo dizer, Sr. Presidente, que minha manifestação foi de coração, foi sincera, porque reconheço no seu ilustre pai uma das figuras mais importantes da minha convivência quando Deputado Federal e seu companheiro na Constituinte. Peço a V. Ex^a que, na primeira oportunidade, retribua ao Deputado Wildy Viana, mais uma vez, a minha homenagem e os protestos, sobretudo, da minha amizade.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no decorrer desta semana, acontece em Campo Grande a Semana da Indústria, evento anualmente promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), sob o comando operoso e eficiente do empresário Sérgio Longen.

Quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar os organizadores da Semana, intitulada “A Indústria do Desenvolvimento”, e para homenagear nosso companheiro desta Casa Senador Romero Jucá, que estará em Campo Grande para receber o título de cidadão sul-mato-grossense, e o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que também será agraciado com o título de cidadania sul-mato-grossense.

Quero ressaltar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, apesar de o Brasil viver atualmente um refluxo de sua atividade industrial, com déficits e quedas de produtividade, o Mato Grosso do Sul está vivendo nesse setor um quadro completamente diferente, altamente positivo e alvissareiro.

Recentemente, fiz um pronunciamento, desta tribuna, sobre os perigos da desindustrialização do Brasil e a transferência de empresas para o Paraguai em decorrência de benefícios fiscais e trabalhistas concedidos naquele país. Mas, oportunamente, recebi relatórios sobre o desenvolvimento industrial de Mato Grosso do Sul e fiquei vivamente entusiasmado com o crescimento e diversificação do nosso setor industrial. Nosso Estado está se diferenciando do que vem ocorrendo em muitas regiões brasileiras, inclusive aquelas com mais tradição nesse segmento de nossa economia.

A partir de 2009, os números mostram que a atividade industrial vem crescendo de maneira firme e continuada em Mato Grosso do Sul, aumentando significativamente sua participação em nossa economia, representando hoje o segundo setor mais importante do nosso PIB, superando a agropecuária, que sempre foi a marca de nosso Estado.

Só a título de informação, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Mato Grosso do Sul, o setor de serviços representa 68% de nossa economia, enquanto o setor agrícola e pecuário está em torno de 16%, embora saibamos que, sem o campo, não haveria possibilidade de haver movimento econômico nem geração de riquezas.

Voltando ao setor industrial, em 2011, a participação da indústria em nosso PIB atingiu seu melhor índice, ou seja, 23,5% de nossa economia. No ano passado, caiu um pouco, para 22,1%.

A estimativa para 2013 é a de que a indústria voltará aos 23% de tudo aquilo que produzimos, ultrapassando os US\$3 bilhões, ou seja, um crescimento de 70% em volume de negócios quando comparamos com o ano de 2005.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, a dimensão da vitalidade de nossa indústria nascente, que hoje coloca o Mato Grosso do Sul no *ranking* dos três melhores Estados para se investir no País. Nos últimos dois anos, passamos de 9,8 mil estabelecimentos industriais para 11.155, uma elevação de 11%. Com isso, estamos empregando cada vez mais, saltando de um total de 121.912 trabalhadores para 134.883 trabalhadores, um crescimento de mais de 9%.

Estamos dando saltos importantes, produzindo mais e mais. As projeções de 2013 em comparação a 2012 indicam que vamos crescer 14%, saltando dos atuais R\$10,3 bilhões para R\$12 bilhões.

Dessa maneira, nosso Estado começa a mudar seu perfil socioeconômico, deixando de ser uma sociedade de base essencialmente agrária para se tornar também um polo econômico com forte participação da indústria. Atualmente, dos 79 Municípios de Mato Grosso do Sul, 18 Municípios já têm o segmento industrial na liderança da economia. Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Corumbá são Municípios com forte predomínio industrial, gerando mais de cinco bilhões anuais de produção.

A realidade de Mato Grosso do Sul está mudando rapidamente. Infelizmente, esse processo, muitas vezes, não tem equivalência na implantação da infraestrutura necessária para dinamizá-lo ainda mais. Sr. Presidente, faltam estradas, faltam ferrovias, falta comunicação mais rápida, com a implantação de sistema de banda larga para Internet e telefonia. Enfim, temos carências, mas, se estas fossem atendidas no médio prazo, poderíamos acelerar nosso crescimento e cumprir nosso destino histórico de ser uma das unidades federativas estratégicas do desenvolvimento regional brasileiro.

Mesmo assim, nossos números são cada vez mais expressivos. Temos ainda uma população relativamente pequena, com cerca de 2,5 milhões de habi-

tantes, o que nos permite planejar nosso crescimento sem temer explosões de pobreza nem distorções sociais decorrentes de processos migratórios intensos como os que ocorreram em muitos Estados brasileiros.

Temos uma economia com alto padrão de sustentabilidade, conforme estudos consagrados da Embrapa. Por isso, reitero, mais uma vez, que precisamos urgentemente equacionar nossos gargalos estruturais, abrindo-nos para mais investimentos e maior atração de indústrias para nosso Estado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo uma situação especial, em muitos aspectos diferente da dos grandes centros urbanos do eixo Rio-São Paulo. Temos ótimas perspectivas de futuro. Por isso, reitero minhas homenagens ao setor industrial sul-mato-grossense, esperando que a Semana da Indústria, que ora lá se realiza, apresente à sociedade sul-mato-grossense um painel geral sobre este bom momento de nossa história. E que ela represente um marco referencial, para que as futuras gerações tenham clareza de que nada aconteceu por acaso, mas, sim, pela tenacidade de homens e de mulheres que acreditaram que só é possível transformar nossa realidade com coragem, com determinação e com boa vontade.

Desta tribuna, presto minhas homenagens à Federação da Indústria do meu Estado e expresso meu respeito àqueles que acreditam na sua potencialidade econômica e social.

Sr. Presidente, eu desejaria ressaltar também que, nesta data, outro grande evento acontece na capital do meu Estado. Após batalha judicial que demandou alguns anos, a sociedade beneficente de Campo Grande, cujo Presidente é o Sr. Wilson Levi Teslenko, entidade mantenedora da Santa Casa, reassumiu sua direção. Eu o afirmo após muitos anos, Sr. Presidente, porque a Prefeitura municipal e o Governo do Estado, baseados em dados falsos e em desastrada ação política, procederam à intervenção na instituição, destituindo sua diretoria, desrespeitando os legítimos direitos dos seus associados.

Nesse período lastimável, a Santa Casa de Campo Grande teve uma administração muito inferior àquela que fora destituída e, sobretudo, promoveu um desastre financeiro. A atual administração terá de arcar com duros sacrifícios. Agora, a nova direção terá, repito, de lutar muito para restabelecer o crédito e a consideração daqueles que, com espírito abnegado, foram seus fornecedores. E mais e mais, Srs. Senadores, reestruturando a administração, erguendo a credibilidade como instituição hospitalar, como acontecera desde a sua fundação, no final da década de 20 do século passado.

Estou acreditando, Sr. Presidente, que a nova direção da real Santa Casa de Campo Grande encon-

trará respaldo por parte das autoridades da República, eis que já é público que o eminente Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, está para lançar um amplo programa de apoio às Santas Casas de todo o País. Esperança que fundamentalmente o Brasil tem e aplaude.

Desejo acrescentar, Sr. Presidente, por informações que acabo de receber do meu Estado, que o Governo do Estado, através da presença, naquela solenidade, da Vice-Governadora Simone Tebet, assegurou que, do empréstimo que a Santa Casa terá que fazer junto à Caixa Econômica Federal, o Estado se responsabilizará pelo pagamento dos juros decorrentes do empréstimo. Já é um fato positivo que demonstra o interesse de todas as autoridades do meu Estado de se associarem ao trabalho da nova diretoria da Santa Casa de Campo Grande, não só para soerguê-la, mas para, principalmente, estender seus benefícios, sua ação beneficente em favor daquelas que a procuram e que desejam saúde.

Portanto, são os dois tópicos, Sr. Presidente, que eu gostaria de ressaltar neste instante desta tribuna e que são uma homenagem ao esforço daqueles que constroem o meu Estado.

Muito obrigado, Excelência.

Durante o discurso do Sr. Ruben Figueiró, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vicentinho Alves.

Durante o discurso do Sr. Ruben Figueiró, o Sr. Vicentinho Alves deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró, pelo pronunciamento, agradeço as palavras generosas, e convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Cícero Lucena, pelo tempo regimental de 20 minutos.

Em seguida, o Senador Vicentinho, para uma comunicação inadiável, e a Senadora Ana Rita, como oradora inscrita.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos assistem pela TV Senado e que nos escutam pela Rádio Senado, antes de meu pronunciamento, não poderia deixar de fazer um registro que considero muito importante...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Cícero, sei que não é regimental e não deveríamos fazer, mas sei...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Fique à vontade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – ... que V. Ex^a concordaria comigo, só para fazer o registro e agradecer a presença das alunas e dos alunos do Centro de Ensino Fundamental do Gama. Sejam bem-vindos ao Senado. (*Palmas.*)

Obrigado. E sei que estou falando em nome de todos os Senadores. Bem-vindos e sucesso no estudo.

Obrigado, Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – De nada, é um prazer também.

Pois bem, Presidente, eu inicio o meu pronunciamento de hoje fazendo o registro, com muita alegria e satisfação, em relação à convenção do meu Partido, o PSDB, realizada ontem, aqui na cidade de Brasília. Essa convenção demonstrou de uma forma clara a disposição do PSDB de fazer um resgate da história do Partido, que teve a preocupação de assumir posições difíceis, mas renovadoras, reformadoras e comprometidas de forma verdadeira com a questão social.

Naquela convenção, que teve a presença de todas as Lideranças nacionais, estaduais e até mesmo municipais que são membros do diretório nacional, e também algumas representações, ficou muito clara a unidade do Partido, a disposição de se mostrar como uma alternativa verdadeira e concreta para o projeto de um País que precisa – e precisa muito – melhorar, para podermos ter mais confiança em um futuro melhor, mais justo, mais humano e mais solidário.

É um Partido que, na sua trajetória, apesar de ser um dos mais novos deste País, teve a chance de governar esta Nação, teve a coragem e a iniciativa de participar, ao lado do então Presidente da República, Itamar Franco, da consolidação e da idealização do Plano Real, que, sem dúvida alguma, foi a maior obra social, de justiça social, do nosso País.

Hoje, muitos não se recordam do trauma da maquininha do supermercado. Hoje, muitos – jovens inclusive, que iniciam seu processo de cidadania, como eleitores – não se recordam que o trabalhador trabalhava 30 dias, Senador Vicentinho, e, em função da inflação, recebia 20% ou 25% a menos, ao final dos 30 dias trabalhados, porque a inflação corroía, consumia todo o esforço e o suor do trabalhador através do aumento dos preços e, conseqüentemente, da redução do poder aquisitivo.

Foi também este Partido que teve a coragem de modernizar as relações entre empresa, Governo e cidadão.

Quem se recorda da decisão do Partido de privatizar as telecomunicações? Hoje, é fácil lermos matérias, notícias publicadas nos jornais, de que há mais mulhe-

res com telefones celulares do que homens. Quando o PSDB assumiu o Governo, o telefone era um verdadeiro processo de investimento. Só existia telefone fixo, e, para se adquirir um telefone fixo, com dificuldade de linhas, você comprava ações para ter direito, até negociadas na Bolsa. Essa foi uma das conquistas, dos avanços que o PSDB, na sua reforma, fez.

Além disso, houve avanços, por exemplo, na área social. Hoje, já se tornou, sem dúvida alguma, não patrimônio de um governo A, de um governo B ou de um governo C, mas patrimônio da sociedade brasileira o programa Bolsa Família. Hoje, o Bolsa Família existe graças, em um primeiro instante, à estabilidade econômica, ao combate à inflação, às reformas que foram feitas e às ideias iniciais desse programa, como, por exemplo, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Vale Gás e tantas outras iniciativas sociais que o governo que sucedeu o PSDB teve a oportunidade de consolidar em um nome, e também, graças à estabilidade econômica, de poder inclusive ampliar. Portanto, as conquistas sociais de hoje são fruto de ações e da contribuição de muitos, no passado, e, sem dúvida alguma, deve ser reconhecido o esforço do PSDB nesse sentido.

Da mesma forma, a preocupação com a universalização do ensino, com a preocupação de que precisávamos modernizar e começar o processo de privatização – que, cada vez mais, se consolida na cabeça de todos aqueles que desejam um país ágil, um país que reduza o custo Brasil –, a fim de ter investimentos em áreas estruturantes para potencializar aquilo que temos em favor do nosso desenvolvimento, do nosso crescimento e, portanto, de uma justiça social que todos desejamos.

Sem dúvida, como simbolismo dessa unidade, o Partido escolheu como Presidente para os próximos anos o Senador Aécio Neves, com a sua história, com o seu aprendizado político, desde jovem, com a sua prática em todos os cargos que exerceu, em que a ética, a responsabilidade e o compromisso público estavam acima de qualquer coisa. Tenho certeza absoluta de que é mais uma contribuição que o PSDB dá a este País, ao oferecer o nome do Senador Aécio Neves, ex-Deputado Federal, Presidente da Câmara Federal, ex-Governador de Minas Gerais, por duas vezes, em que colocou Minas no trilho do desenvolvimento e da justiça social. Estará muito bem conduzido e com a visão de futuro e de comprometimento do PSDB, a exemplo de que foi muito bem conduzido, com muito equilíbrio, com muita responsabilidade, com muita doação, pelo então Presidente Sérgio Guerra, que passou para o Presidente Aécio Neves.

E fica aqui, também, o meu registro – e sei que estou falando em meu nome e em nome de todos os companheiros do PSDB –, com o sentimento de gratidão ao Presidente Sérgio Guerra.

Portanto, renovo aqui a minha alegria e satisfação, que norteiam hoje o sentimento de todos que fazem o PSDB, neste novo momento que estamos vivendo. O PSDB cada vez mais aprofundará as questões nacionais, as questões sociais, e, com altivez, com coragem e com determinação, faremos propostas para este ser um país cada vez mais justo socialmente e, portanto, com desenvolvimento sustentável.

Pois bem, Presidente, gostaria de, ao dar continuidade à minha fala, chamar exatamente a um assunto que está na pauta da imprensa, na pauta dos Municípios brasileiros e, poderíamos dizer, na pauta do Brasil como um todo.

É notório o fato de que o Brasil ainda tem seu crescimento prejudicado, graças a diversos gargalos que sufocam e estrangulam nossos esforços de desenvolvimento. Um desses gargalos mais sérios e cheios de consequências é o que afeta os transportes em todas as suas modalidades.

A infraestrutura de transportes, Sr. Presidente, garantindo a circulação da produção, tem um impacto direto e importante sobre a prosperidade nacional. Assegurando a circulação de pessoas, tem também um efeito imediato no bem-estar e um reflexo, também direto, nos indicadores sociais. Isso é especialmente verdade no que se refere ao transporte coletivo de passageiros, sobretudo em nossos grandes centros urbanos.

Hoje, os jornais no Brasil citam uma reportagem em relação a não só o aumento de passagem em si, mas a estrutura de transportes nas cidades, como um todo. Várias capitais estão segurando os reajustes.

Em janeiro, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin definiram que o aumento nas tarifas de ônibus será escalonado para impactar o menos possível a inflação.

Foi definida uma parceria para a ampliação do bilhete único mensal para o metrô e para a CPTM, que deve começar a funcionar no segundo semestre, demonstrando a preocupação daqueles dois gestores: Geraldo Alckmin, Governador do Estado, e Haddad, Prefeito da cidade de São Paulo.

No Rio de Janeiro, o Prefeito Eduardo Paes confirmou, em 24 de abril de 2013, que o reajuste tarifário das passagens de ônibus está previsto para junho, porém sem índice de aumento definido.

Em fevereiro, Sr. Presidente, a Presidente Dilma Rousseff já havia pedido aos Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro para segurarem o aumento das tarifas, temendo que a inflação batesse em 1% em

janeiro e alimentasse as expectativas de crescimento para o ano.

Tal movimento já aconteceu em Porto Alegre, em fevereiro deste ano, com a derrubada do aumento da passagem e manutenção do preço através de uma liminar judicial, e vem ocorrendo desde o início do ano em Natal, onde o aumento da passagem já foi derrubado duas vezes por pressão popular junto à Câmara Municipal.

Os cariocas que passarem na frente da sede da Prefeitura, na Cidade Nova, na tarde de hoje, verão a concentração de um movimento que luta contra o aumento das passagens de ônibus no Rio de Janeiro. Este reajuste afeta, Sr^{as} e Srs. Senadores, diretamente a nossa população, em particular, os trabalhadores e estudantes.

No ano passado, Sr^{as} e Srs. Senadores, pensando justamente em uma forma de melhorar esse problema, incentivar e promover a modernização do transporte coletivo de passageiros, em suas modalidades rodoviária, ferroviária e metroviária, apresentei projeto de lei que cria o Regime Tributário para o Incentivo à Modernização e à Ampliação do Transporte Coletivo de Passageiros (Retransp). O objetivo é promover a desoneração tributária da cadeia produtiva de ônibus, vagões, peças, equipamentos e mesmo combustíveis, de forma que os empreendedores do setor se vejam estimulados a renovar a frota disponível, oferecendo transporte de massa com qualidade e, consequentemente, a preços convidativos.

Em linhas gerais, Sr. Presidente, o projeto que proponho suspende a exigência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes na venda no mercado interno de locomotivas, vagões, ônibus, suas partes e peças, assim como de fluidos hidráulicos, lubrificantes, tintas, anticorrosivos, óleo diesel e de outros produtos similares, a serem empregados na operação do transporte ferroviário e do transporte rodoviário coletivo de passageiros. Suspende também a exigência do Imposto de Importação, quando os bens usados para o transporte coletivo forem importados por pessoa jurídica beneficiária do Retransp. Por fim, suspende a exigência da cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados e sobre o álcool etílico combustível.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs Senadores, na última década, as grandes regiões metropolitanas do Brasil viram suas periferias crescerem de forma

acentuada. Como a maior parte dos empregos continuam concentrados nos Municípios centrais dessas regiões, as pressões postas pela necessidade de locomoção das pessoas entre centro e periferia crescem na mesma proporção em que aumenta a população. O transporte individual, no limite, tende à inviabilidade. A única solução para garantir a mobilidade das pessoas, nesse caso, é o transporte coletivo. É preciso que otimizemos as condições, para que a oferta desse transporte seja o mais eficiente possível. Não podemos esquecer, sobretudo, o grande impacto que tem a qualidade do transporte sobre a qualidade de vida das pessoas.

É certo que esse projeto por mim apresentado desde o ano passado não pode, sozinho, solucionar todo o problema do transporte coletivo nacional, que pede, sobretudo, grandes investimentos em infraestrutura – como a construção de linhas de metrô ou de corredores de ônibus. De todo modo, Sr. Presidente, a intenção é estimular os empresários do setor a modernizar seus serviços, de modo a oferecer à população um transporte mais eficiente, confortável, seguro e também a menor custo.

Nos últimos anos, o Governo tem insistido em uma política de oferecer incentivos fiscais a montadoras de automóveis. Os preços mais baixos permitidos por essa política têm estimulado fortemente o consumo. Isso tem efeitos positivos na produção, naturalmente, mas tem cada vez mais implicações negativas para a qualidade da vida em nossas grandes cidades. Há cada vez mais automóveis nas ruas, com consequências graves para a própria mobilidade das pessoas, sem falar em outros fatores, como o meio ambiente. Hoje um número crescente de pessoas pode ter o seu automóvel, mas a cada dia torna-se mais penoso dirigir em nossas cidades.

É imperativo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que passemos a dar prioridade aos transportes coletivos, sob pena de inviabilizarmos, no médio prazo, a vida em nossos grandes centros urbanos. Aliás, hoje, mesmo cidades médias já começam a apresentar problemas graves com a circulação das pessoas, problemas que, antes, eram exclusivos dos grandes centros.

O projeto que apresentei pretende ser uma pequena contribuição no sentido de atenuar o problema da qualidade do serviço de transporte oferecido à nossa população. Muito ainda tem de ser feito, como disse, sobretudo em termos de planejamento urbano e de investimentos em infraestrutura, mas é preciso começar em algum lugar. Tenho certeza de que esta Casa está atenta e é sensível a esse problema, e saberá reconhecer a importância da proposta que apre-

sentei, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e para a sua aprovação.

Como candidato a prefeito de João Pessoa, eu ofereci uma proposta em que, a exemplo de modelos de cidades em outros países, o trabalhador comprava um passe para andar durante 30 dias e, conseqüentemente, tinha direito a uma redução no preço da passagem do transporte coletivo.

Essas e outras alternativas, a exemplo desse projeto, são importantes e é fundamental que entrem na pauta de discussão desta Casa, porque o trabalhador que está pendurado no mau transporte coletivo, pagando um preço altíssimo, sem dúvida nenhuma, não está atingindo a qualidade de vida que merece.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Meu muito obrigado, e que Deus proteja a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cícero Lucena pelo pronunciamento.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Vicentinho, mas antes eu preciso ler expediente que está sobre a mesa, pedindo a compreensão de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013**, da Presidência da República, que *estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais.*

A Presidência comunica que ao Projeto foi apresentada a Emenda nº 1– CAE (Substitutivo), como conclusão do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

Foram oferecidas as Emendas nºs 2 a 8, de plenário.

São as seguintes as emendas:

Emendas

EMENDAS NºS 2 A 8, DE PLENÁRIO, APRESENTADAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2013, DE INICIATIVA DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, QUE ESTABELECE ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – ICMS, NAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS.

EMENDA Nº 2 , DE 2013 – PLEN
(ao PRS nº 1, de 2013)

Inclua-se onde couber no Projeto de Resolução nº 1, de 2013 o seguinte parágrafo:

“§ ... Nas operações interestaduais com produtos de informática produzidos em conformidade com Processo Produtivo Básico estabelecido pela União, a alíquota será de:

I - sete por cento, nas operações originadas nas regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo.

II - doze por cento, nas demais situações.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a alíquota interestadual de 12% aplicada às operações com bens de informática, a cada ano as operações oriundas da Zona Franca de Manaus (ZFM) gerarão maior crédito em função de sua compensação frente à alíquota aplicável às demais operações interestaduais, caso elas se sujeitem à regra geral do art. 1º do PRS, que é de 4%.

A fixação em 7% da alíquota interestadual aplicada às operações com bens de informática originadas nos Estados do Sul e Sudeste, exceto o Espírito Santo, com os Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e ES ajudaria a minorar esse problema de compensação de créditos fiscais.

EMENDA Nº 3 -PLENÁRIO
(PRS Nº 1, DE 2013)

Dê-se ao § 4º do art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, a seguinte redação:

“Art.1º

§ 4º Nas operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus, em conformidade com processo produtivo básico previsto no Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, em Roraima, de Guajará-Mirim, em Rondônia, de Macapá/Santana, no Amapá, de Brasiléia, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Acre, e de Tabatinga, no Amazonas, em conformidade com Processo Produtivo Básico estabelecido pela União e atendidas as condições previstas nos arts. 26 e 27 da Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, a alíquota será de:

I – onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II – dez por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

III – nove por cento a partir de 1º de janeiro de 2016.

.....”

(NR)

JUSTIFICATIVA

A redação original do § 4º do art. 1º do PRS nº 1, de 2013, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no dia 7 de maio de 2013, mantinha a alíquota de doze por cento nas operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus (ZFM) e nas Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental.

Conforme ficou evidenciado nos debates realizados na CAE, essa alíquota de 12% cria uma situação de vantagem tributária em relação ao restante do País, dado que para as Regiões Nordeste, Centro-Oeste e do Estado do Espírito Santo, será aplicado uma alíquota, ao final do período de transição, de 7% nas operações e prestações interestaduais e de 4% para as regiões Sul e Sudeste.

Atualmente não existe um diferencial de alíquota nas operações interestaduais entre as regiões Norte, incluindo a Zona Franca de Manaus e Nordeste, dado que em ambas regiões se aplicam alíquotas de 12%. Com aprovação do Substitutivo do PRS nº 1 na CAE, cria-se uma diferença de 5%, o que gera uma vantagem tributária em favor da Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental injustificável dado os níveis comparáveis de desenvolvimento entre essas regiões.

Portanto, por meio desse diferencial oportuniza-se e estimula-se o uso do ICMS para deslocar investimentos da Região Nordeste em favor da Zona Franca de Manaus. Além disso, amplia-se a assimetria de 5% para 8% entre a Zona Franca de Manaus e os estados das Regiões Sul e Sudeste (excetuado o estado do Espírito Santo).

Minha proposta consiste em reduzir o espaço do diferencial de alíquotas interestaduais, que ao fim e ao cabo, representa o principal combustível da guerra fiscal, justamente o instrumento que o Projeto de Resolução nº 1, de 2013 objetiva combater e mitigar. Assim, essa proposição defende a queda das alíquotas interestaduais para Zona de Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental dos atuais 12%, a uma magnitude de 1 ponto percentual por ano, até alcançar 9% a partir de 1º de janeiro de 2016.

Por outro lado, não há perda relativa para a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental que manterão o mesmo padrão de estímulos às suas atividades produtivas, pois desfrutarão de um diferencial de 5 pontos percentuais, em relação ao Sul e

Lobão Filho

Sudêste (excetuado o estado de ES) e ainda ganharão um diferencial de 2 pontos percentuais com relação às regiões Centro-Oeste, Nordeste, incluindo o Estado do Espírito Santo e demais áreas da Região Norte, que não abrangem a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio.

P. Roberto

Espero contar com o apoio de meus Pares para a aprovação desta Emenda, pois considero ser fundamental a manutenção do equilíbrio de condições no comércio interestadual entre as regiões mais desenvolvidas e a Amazônia Ocidental.

André Nobilius

Sala das Sessões,

ARMANDO MONTEIRO

Senador

Alpinista
R. Ribeiro

C. Miranda

Nequiano

Flexal

Ana Amélia

Vinícius

Alcides Melo

Jaime Campos

Jorge Souza

Suplicy

Mogio Malta

Gim Argello

Jarbas Vasconcelos

W. Dias

Eduardo Lopes

Rodolfo Kollenberg

Bauer

ANA RITA

Valadares

SUBEMENDA Nº 4 , DE 2013 – PLEN

(à Emenda Substitutiva nº 1 ao PRS nº 1, de 2013)

Altera a redação do art. 1º da Emenda Substitutiva nº 1 ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 1, de 2013, para incluir o seguinte § 6º:

“Art. 1º.....

.....
“§ 6º Nas operações interestaduais com produtos de informática produzidos em conformidade com Processo Produtivo Básico estabelecido pela União, a alíquota será de:

I - sete por cento, nas operações originadas nas regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo.

II - doze por cento, nas demais situações.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Com a alíquota interestadual de 12% aplicada às operações com bens de informática, a cada ano as operações oriundas da Zona Franca de Manaus (ZFM) gerarão maior crédito em função de sua compensação frente à alíquota aplicável às demais operações interestaduais, caso elas se sujeitem à regra geral do art. 1º do PRS, que é de 4%.

A fixação em 7% da alíquota interestadual aplicada às operações com bens de informática originadas nos Estados do Sul e Sudeste, exceto o Espírito Santo, com os Estados do Norte, Nordeste,

Centro-Oeste e ES ajudaria a minorar esse problema de compensação de créditos fiscais.

Ademais, a alíquota de 12% não deveria se restringir à ZFM, mas sim ser estendida aos demais Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e ao Espírito Santo, contribuindo para preservar o equilíbrio competitivo entre as regiões do Brasil na produção de bens de informática e na geração de recursos aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Pelas razões expostas, creio que a proposta que faço caminha no sentido de reforçar o pacto federativo, razão pela qual peço aos Nobres Pares o apoio para a modificação pretendida.

Sala das Sessões,

Senadora Ana Amélia
(PP-RS)

1 - 26 Wellington Lacerda
2 - 13 Roberto Campos
3 - 13 Roberto Campos
4 - 13 Roberto Campos
5 - Eduardo Lopes
6 - Valdebrino
7 - 19 João Vitor
8 - 19 João Vitor
9 - João Vitor
10 - 19 João Vitor
11 - 19 João Vitor
12 - 19 João Vitor
13 - 13 Roberto Campos
14 - 19 João Vitor
15 - 15 Senadora Ana Amélia
16 - 16
17 - 17
18 - 18
19 - 19 João Vitor
20 - 20
21 - 21
22 - 22
23 - 23
24 - 24

EMENDA Nº 5 - PLEN
(ao PRS nº 1, de 2013)

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 4º A produção de efeitos desta Resolução fica condicionada, cumulativamente, à aprovação de lei complementar que:

I – disponha sobre a concessão de auxílio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, e aos respectivos Municípios, para compensar as eventuais perdas de arrecadação decorrentes da aplicação do disposto nesta Resolução e sobre a instituição e o aporte de recursos para fundo de desenvolvimento regional, ambos considerados como transferências obrigatórias;

II – defina em três quintos o quórum necessário para fins de celebração, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), de um convênio por meio do qual sejam convalidados os efeitos de todos os incentivos e benefícios fiscais ou financeiros concedidos por todos os Estados e o Distrito Federal, em desacordo com a deliberação prevista no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal, até a data da publicação desta Resolução;

III – discipline as futuras concessões de incentivos fiscais em uma relação inversamente proporcional ao tamanho do PIB nominal dos Estados.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda reproduz, em parte, o art. 4º aprovado pela CAE, conforme a emenda nº 42, do Senador Francisco Dornelles. Ela inova, apenas, quanto ao acréscimo do inciso III ao referido artigo, para também condicionar a produção de efeitos da Resolução do Senado decorrente do presente projeto à aprovação de lei complementar que

disponha sobre a prática de incentivos fiscais em uma relação inversamente proporcional ao tamanho do PIB nominal dos Estados.

Os incentivos fiscais continuarão existindo mesmo com a eventual com a aprovação do presente Projeto de Resolução. De fato, os incentivos constituem instrumentos legítimos de promoção da integração nacional e da redução das disparidades socioeconômica entre os entes da Federação. São, inclusive, instrumentos reconhecidos como legítimos pela Organização Mundial do Comércio, pelo Mercosul e pelos princípios básicos do direito internacional.

No âmbito dos Estados, os incentivos fiscais são utilizados para atrair investimentos industriais e promover o desenvolvimento regional, em face de diferenciais de competitividade, principalmente em relação aos estados do Sul e Sudeste. O ICMS é o principal imposto estadual usado para isso.

Acabar com os incentivos fiscais concedidos pelos Estados significaria acabar com o interesse das empresas realizarem investimentos em regiões de baixo consumo, com desequilíbrios sociais e deficiências de infraestrutura pública.

Os incentivos fiscais de ICMS foram responsáveis pela criação de milhões de empregos e contribuíram para a redução das ainda persistentes desigualdades regionais em nosso país. Sem eles, os Estados não teriam conseguido atrair as indústrias que hoje estão instaladas e produzindo nos Estados do Nordeste, Norte e Centro Oeste; sem eles perderemos a maioria das indústrias que se instalaram nessas Regiões nos últimos vinte e cinco anos, salvo se novos incentivos forem criados.

A solução, portanto, não estará no fim dos incentivos fiscais – e nem é isso que se propõe o presente Projeto de Resolução –, mas na regulamentação da forma como os incentivos fiscais de ICMS são concedidos. A convalidação dos atuais programas de incentivos fiscais de ICMS e a quebra da unanimidade do quórum do CONFAZ são medidas necessárias de imediato. Mas também é preciso, para o futuro, estabelecer parâmetros que harmonizem a concessão dos incentivos pelos Estados entre si e com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tais parâmetros podem incluir, por exemplo, a fixação de taxas máximas e mínimas para concessão de incentivos fiscais pelos Estados, ou uma margem de incentivo inversamente proporcional ao PIB dos Estados.

A regulamentação dos incentivos fiscais estaduais permitirá que os Estados das regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste continuem fazendo crescer seus PIBs, gerando riquezas e aumentando a arrecadação de impostos, investimentos públicos, empregos e salários dos trabalhadores, sem guerra fiscal. A redução das desigualdades regionais pressupõe que o PIB desses Estados tenha um crescimento acelerado, ou seja, maior do que a média nacional.

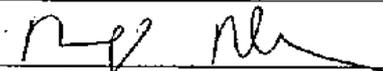
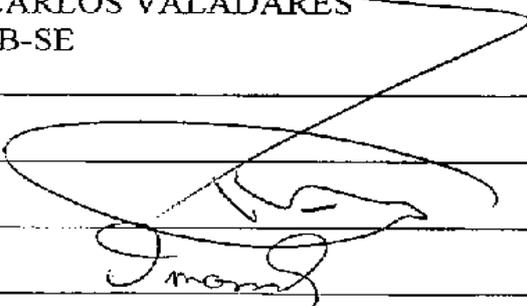
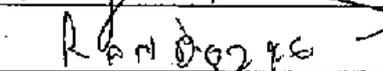
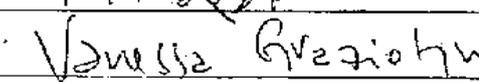
É preciso, portanto, organizar a prática dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados, a partir de critérios justos que se apliquem igualmente a diferentes situações.

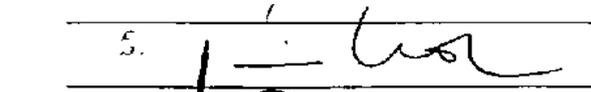
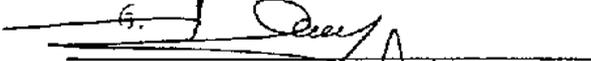
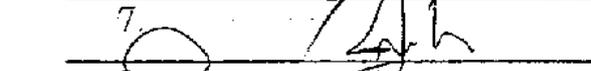
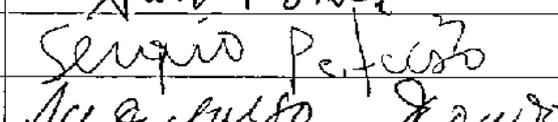
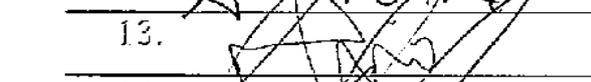
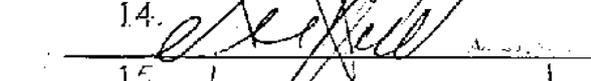
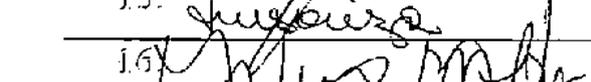
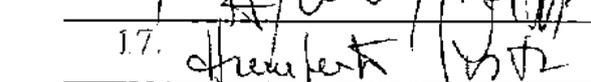
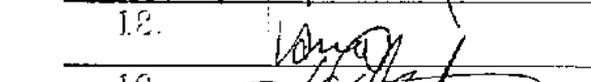
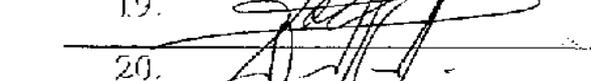
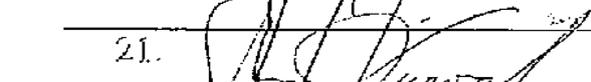
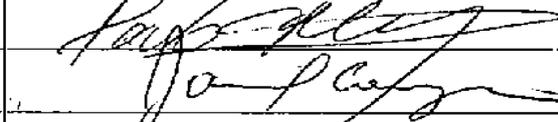
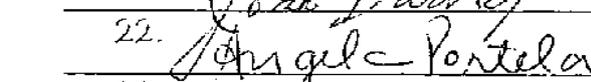
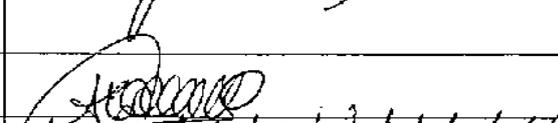
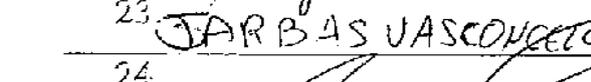
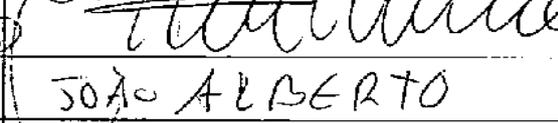
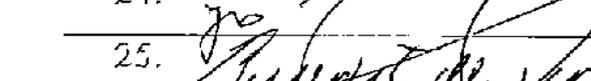
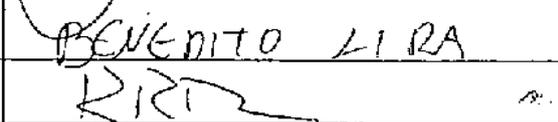
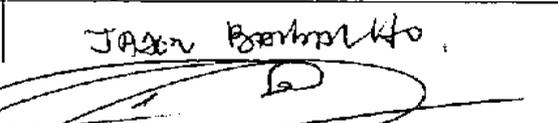
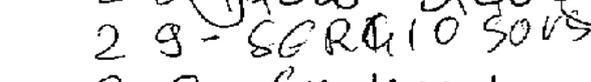
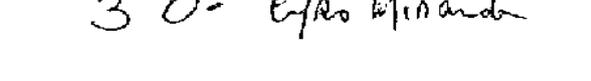
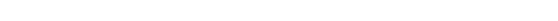
O que propomos, com a presente emenda, é que os Estados possam conceder incentivos fiscais de ICMS na proporção inversa do tamanho dos seus PIBs nominais, ou seja, quanto menor o PIB nominal do Estado maior será o tamanho da concessão para atrair investimentos produtivos, principalmente os industriais. Da mesma forma, quanto maior o PIB nominal, menor será o tamanho da concessão a ser praticada.

Desse modo, todos os Estados poderiam praticar incentivos fiscais de ICMS para melhorar o equilíbrio social e a convergência econômica de suas Regiões em desequilíbrio, mas respeitando os princípios e diretrizes ditadas pela OMC – Organização Mundial do Comércio. Para a OMC, as regiões ricas do país devem ser condescendentes com vantagens maiores para as regiões pobres se desenvolverem. Essa prática organizaria e acabaria com a denominada “guerra fiscal”, transformando-a em “competição fiscal”.

Sala das Sessões,


 Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
 PSB-SE

2. 	
3. 	
4. 	

5. 	INACIO
6. 	ANA AMELIA
7. 	EDUARDO LOPES SR
8. JOMO MORAIS	
9. CIRIO NOGUEIRA	
10. JOSÉ ACRIPINO	
11. Carlos Malhada	
12. André Diniz	André Diniz
13. 	Sergio Perfeito
14. 	Acaciano de Oliveira
15. 	Bidice da Mata e Souza
16. 	MARCO MALTA
17. 	Humberto Costa
18. 	ANA RITA
19. 	
20. 	
21. 	
22. 	
23. JARBAS VASCONCELOS	
24. 	JOÃO ALBERTO
25. 	BENEDITO LIRA
26. 	RITA SR
27. 	José Benedito
28 - PAULO BUENO	
29 - SERGIO SOUSA	
30 - Cyro Miranda	

EMENDA Nº 6 - PLEN
(ao PRS nº 1, de 2013)

Inclua-se o seguinte §6º no art. 1º do PRS nº 1, de 2013, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos:

"Art. 1º

.....

§6º - Fica estabelecida a alíquota de 7% (sete por cento) nas operações interestaduais de produtos de informática produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 10.176, de 11 de janeiro de 2011, e 11.484, de 31 de maio de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

O PRS nº 1/2013 dispõe sobre a redução progressiva da alíquota do ICMS com relação às operações interestaduais, em que ao final de um período de transição, de acordo com a origem e destino, ficará em 4%.

A presente Emenda tem como finalidade estabelecer a alíquota de 7% nas operações interestaduais com produtos gravados com o PPB - processo produtivo básico.

A concessão de benefícios, quer seja de redução do ICMS e/ou desoneração do ICMS está de acordo com a intenção do Governo Federal que, desde 1991, com incentivos a informática, vem buscando aumentar a competitividade do produto nacional face ao importado. Adicionalmente, em 2005, o Governo Federal continuou esse ciclo virtuoso de desoneração tributária para os computadores pessoais com a desoneração do PIS e da COFINS, por intermédio da "MP do Bem" ou Lei 11.196/2005. Assim,

valorizou-se a produção local e, ao mesmo tempo, a continuidade da inclusão digital.

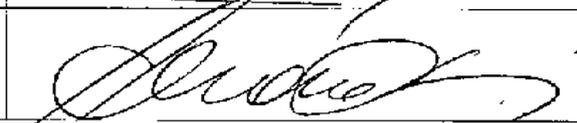
Sendo assim, sujeitar os produtos de informática produzidos sob a égide das Leis nº 8.248/1991 e 8.387/1991 para a mesma alíquota de 4% (objeto do PRS nº 1/2013), é colocar os produtos importados em condição de competitividade igual ou superior em detrimento da indústria nacional.

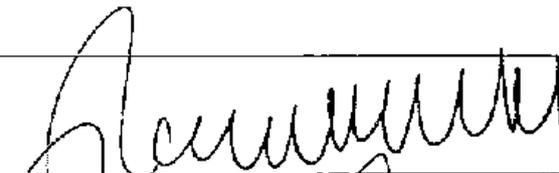
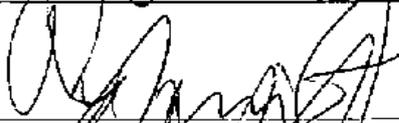
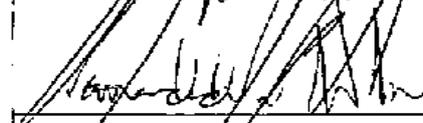
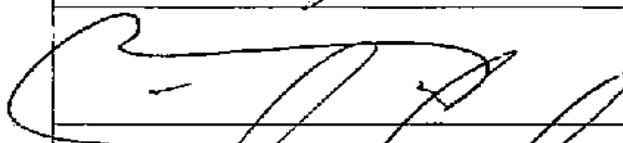
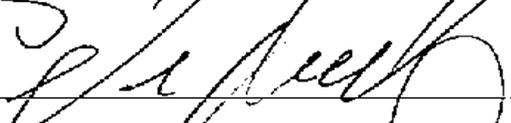
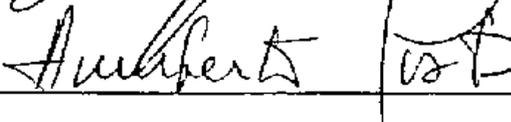
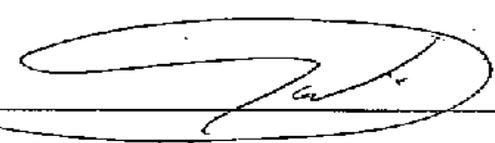
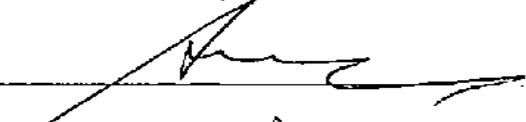
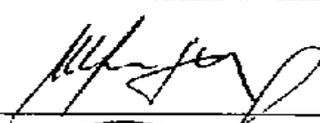
Finalmente, do ponto de vista da relação interestadual, estabelecer as alíquotas em 7% para as operações com estados diferentes, garante que o benefício concedido para uma indústria em um determinado Estado concesso que gerou empregos, fomentou a economia local e regional, seja compartilhado pelo varejo (com preço menor) e conseqüentemente para o consumidor final localmente e em outro Estado.

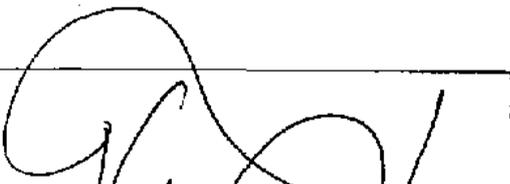
Sendo assim, deve ser alterado o texto atual do PRS nº 1/2013 que trata dessa questão, pelo estabelecimento da alíquota de 12% nas operações interestaduais com produtos de informática gravados com processo produtivo básico a que se refere a Lei nº 8.248/1991 e 8.387/1991.

Sala das Sessões,


Senador **SÉRGIO SOUZA**

NOME	ASSINATURA
Paulo Bauer	
Aurea Avelar (PP/RS)	
ALVARO DIAS	
Paulo Paim	

	JARBAS
	REGUIÃO
	FLEXA RIBEIRO
	LUIZ / KROPP
	WELLINGTON DIAS
	AUGUSTO RODRIGUES
	HUMBERTO COSTA
CELSO ANDRADA	
Aloysio N. Ferraz	
CRISTOVAN	RENATO A.
Cyro Marchetti	
WILSON	
BEIRÃO MAGGI	

Renato Azeite	
USTIA Azeite	
Eduseo Lopes	Eduseo
-1001	1001
Paulo Azeite	PRD
Zete Ferreira	Gen PDT
Jim Angelo	Jim
Sec Org	Sec Org
Jose Birmentel	Jo. Barroso
ESUPP	
100 CASSOL	100

Edwards M. Siqueira Edwards M. Siqueira

EMENDA Nº 7 - PLEN
(ao PRS nº 1, de 2013)

Inclua-se o seguinte §6º no art. 1º do PRS nº 1, de 2013, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos:

"Art. 1º

.....

§6º - Nas operações interestaduais de produtos de informática produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 10.176, de 11 de janeiro de 2011, e 11.484, de 31 de maio de 2007, a alíquota será:

I - de 7% (sete por cento), nas operações originadas nas regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo.

II - de 12% (doze por cento), nas demais situações".

JUSTIFICAÇÃO

O PRS nº 1/2013 dispõe sobre a redução progressiva da alíquota do ICMS com relação às operações interestaduais, em que ao final de um período de transição, de acordo com a origem e destino, ficará em 4%..

A presente Emenda tem como finalidade estabelecer duas classes de alíquotas nas operações interestaduais com produtos gravados com o PPB - processo produtivo básico para os produtos de informática: 7% nas operações originadas nas regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo; e 12% nas demais situações.

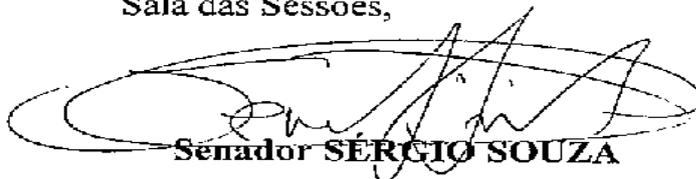
A concessão de benefícios, quer seja de redução do ICMS e/ou desoneração do ICMS está de acordo com a intenção do Governo Federal que, desde 1991, com incentivos a informática, vem buscando aumentar a competitividade do produto nacional face ao importado. Adicionalmente, em 2005, o Governo Federal continuou esse ciclo virtuoso de desoneração tributária para os computadores pessoais com a desoneração do PIS e da COFINS, por intermédio da "MP do Bem" ou Lei 11.196/2005. Assim, valorizou-se a produção local e, ao mesmo tempo, a continuidade da inclusão digital.

Sendo assim, sujeitar os produtos de informática produzidos sob a égide das Leis nº 8.248/1991 e 8.387/1991 para a mesma alíquota de 4% (objeto do PRS nº 1/2013), é colocar os produtos importados em condição de competitividade igual ou superior em detrimento da indústria nacional.

Finalmente, do ponto de vista da relação interestadual, a definição de duas classes de alíquotas conforme previsto na emenda garante que o benefício concedido para uma indústria em um determinado Estado concesso que gerou empregos, fomentou a economia local e regional, seja compartilhado pelo varejo (com preço menor) e conseqüentemente para o consumidor final localmente e em outro Estado.

Sendo assim, deve ser alterado o texto atual do PRS nº 1/2013 que trata dessa questão, para inclusão de duas classes de alíquotas, conforme reza a presente emenda, nas operações interestaduais com produtos de informática gravados com processo produtivo básico a que se refere a Lei nº 8.248/1991 e 8.387/1991.

Sala das Sessões,

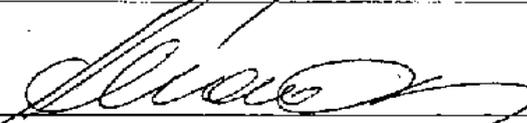
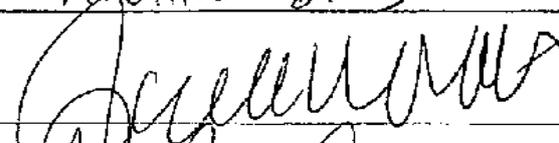
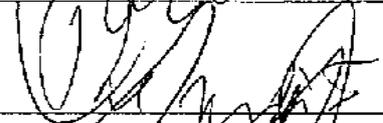
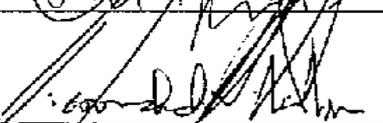
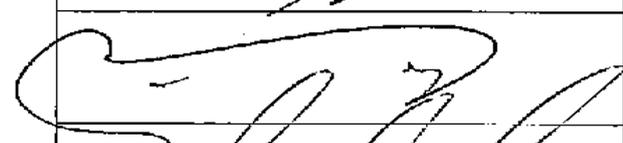
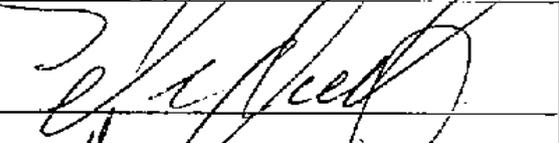
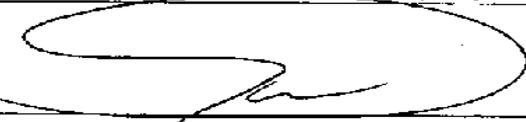
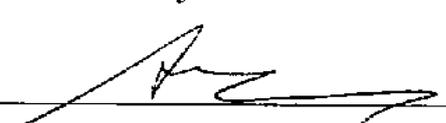
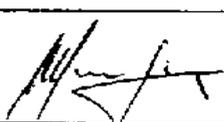


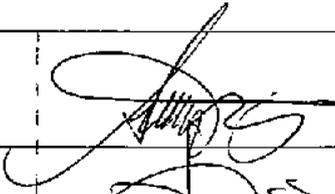
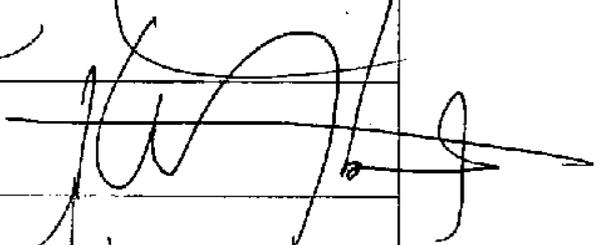
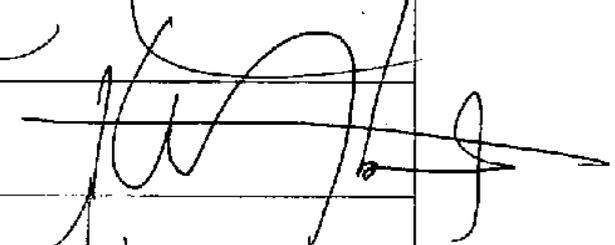
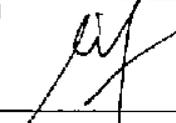
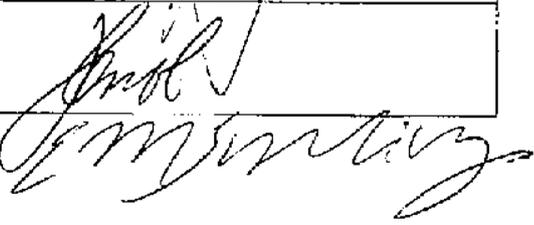
Senador SÉRGIO SOUZA

NOME	ASSINATURA
Paulo Souza	

Paulo Souza



Aus Amulic (PP/RS)	
MUNHO DIAS	
	JURMAS
	ROBERTO PEQUIAO
	ELIAS RIBEIRO
	LUIZ HOFFMANN
	WELLINGTON DIAS
	ALEXANDRE LOUREIRO
Humberto Costa	HUMBERTO COSTA
LESLO DAVANZO	
Aracy A. F. Cristiana	
CRISTIANA	MIRIAM A.
Elyro Lippert	

WILSON	
BENICO MAGGI	
LEAO TAVEL	
JUSTIA Azevedo	
EDUARDO Lopes	
TOM	Donub
Paulo Muniz	RRR.
Zezé Penelle	João PDT
Sim Akgoro	
Alex	
João Bimental	João Bauero
Ivo Cassol	
Edwards Minter	

EMENDA Nº 8 - PLEN
(ao PRS nº 1, de 2013)

Inclua-se o seguinte §6º no art. 1º do PRS nº 1, de 2013, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos:

"Art. 1º

§6º - Fica estabelecida a alíquota de 12% (doze por cento) nas operações interestaduais de produtos de informática produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 10.176, de 11 de janeiro de 2011, e 11.484, de 31 de maio de 2007."

JUSTIFICAÇÃO

O PRS nº 1/2013 dispõe sobre a redução progressiva da alíquota do ICMS com relação às operações interestaduais, em que ao final de um período de transição, de acordo com a origem e destino, ficará em 4%..

A presente Emenda tem como finalidade a manutenção da alíquota de 12% nas operações interestaduais com produtos gravados com o PPB - processo produtivo básico.

A concessão de benefícios, quer seja de redução do ICMS e/ou desoneração do ICMS está de acordo com a intenção do Governo Federal que, desde 1991, com incentivos a informática, vem buscando aumentar a competitividade do produto nacional face ao importado. Adicionalmente, em 2005, o Governo Federal continuou esse ciclo virtuoso de desoneração tributária para os computadores pessoais com a desoneração do PIS e da COFINS, por intermédio da "MP do Bem" ou Lei 11.196/2005. Assim,

valorizou-se a produção local e, ao mesmo tempo, a continuidade da inclusão digital.

Sendo assim, sujeitar os produtos de informática produzidos sob a égide das Leis nº 8.248/1991 e 8.387/1991 para a mesma alíquota de 4% (objeto do PRS nº 1/2013), é colocar os produtos importados em condição de competitividade igual ou superior em detrimento da indústria nacional.

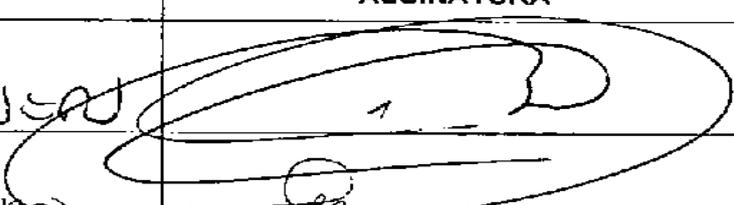
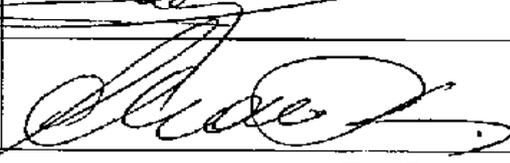
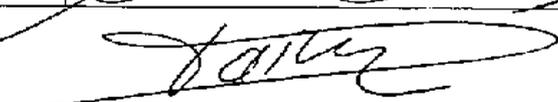
Finalmente, do ponto de vista da relação interestadual, manter as alíquotas em 12% para as operações com estados diferentes, garante que o benefício concedido para uma indústria em um determinado Estado concesso que gerou empregos, fomentou a economia local e regional, seja compartilhado pelo varejo (com preço menor) e consêquentemente para o consumidor final localmente e em outro Estado.

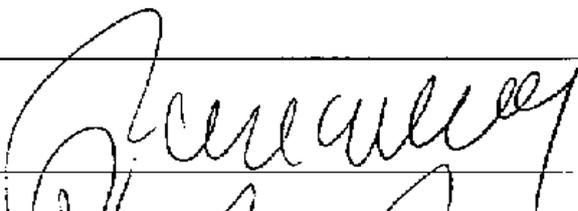
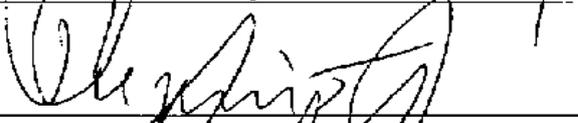
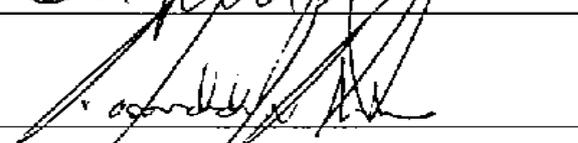
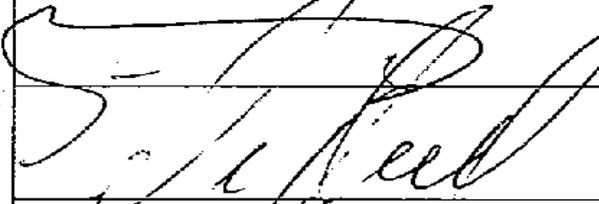
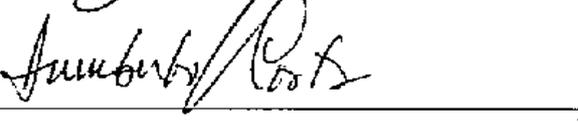
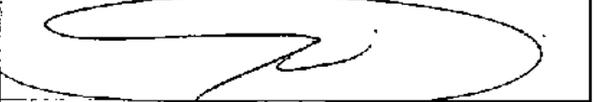
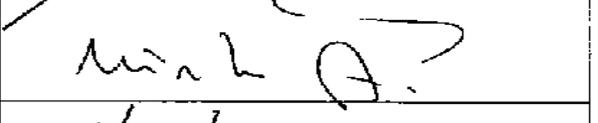
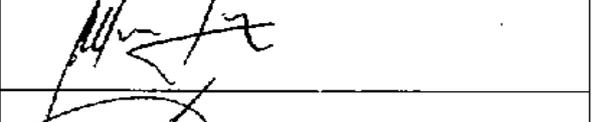
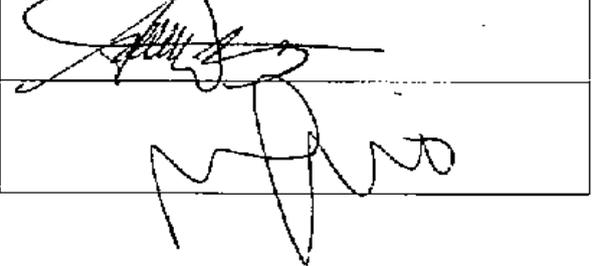
Sendo assim, deve ser alterado o texto atual do PRS nº 1/2013 que trata dessa questão, pela inclusão da alíquota de 12% nas operações interestaduais com produtos de informática gravados com processo produtivo básico a que se refere a Lei nº 8.248/1991 e 8.387/1991.

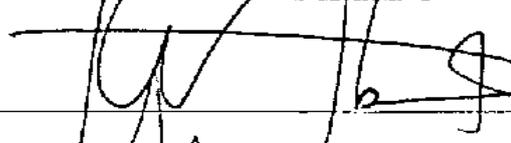
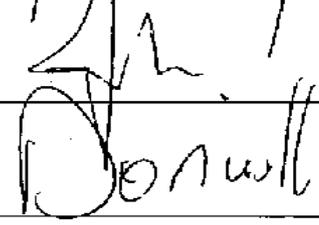
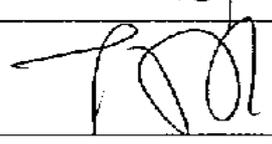
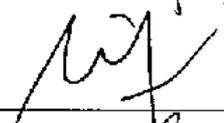
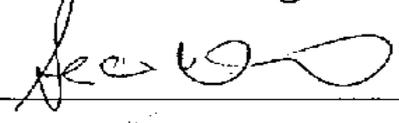
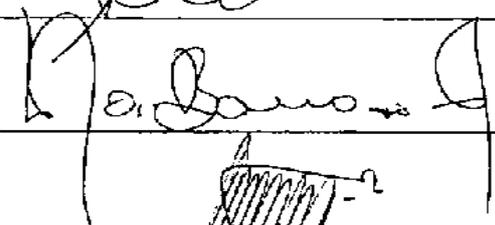
Sala das Sessões,



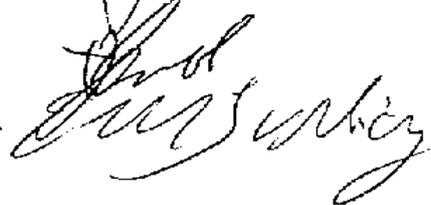
Senador SÉRGIO SOUZA

NOME	ASSINATURA
PAULO SOUZA	
Ana Amélia (PPRS)	
ALVARO LIMA	
Paulo Biny	

	JARROS
	REGIÃO
	FLEXA RIBEIRO
	1011 / 11/11/11
	WELLINGTON DIO
	AUGUSTO D'ORVILLE
Jumbuly/Rosk	HUMBERTO COSTA
LESIO ANDRADE	
Aloysio N. Fran	
CRISTOVAN	MIRIAM A.
Cyrol K. Fran	
WILSON	
SERGIO REFEÇO	

BLAÍRO MAGEI	
ROAÇO TACCI	
JUSTA ARAÚJO	
EDUARDO LOPES	
	Donwil
Paulo Davim	RRR
ZEZE PERRELLA	Fern PDT
SIMARCO	
	
josé Pimentel	

IOU CASSOL

Edwards M. J. Pimentel 

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A matéria ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando leitura dos requerimentos apresentados ao referido Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Antonio Balhmann, em substituição ao Deputado Beto Albuquerque, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 614, de 2013**, conforme **Ofício nº 84, de 2013**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processo da matéria.

É o seguinte o Ofício:

OF.B/84/13

Brasília, 20 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Antonio Balhmann (PSB-CE), como titular, da Medida Provisória nº 614, de 2013, “Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências”, em substituição ao Deputado Beto Albuquerque.

Respeitosamente, – Deputado **Beto Albuquerque**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Peço à Assessoria da Mesa que dê o encaminhamento.

Com a palavra, V. Ex.^a, Senador Vicentinho, e, em seguida, a Senadora Ana Rita, como oradora inscrita.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna para homenagear a mais jovem e a mais bela capital do País, a nossa capital Palmas – 24 anos –, aniversariando hoje. E aqui quero render as minhas homenagens à nossa capital Palmas.

Início, Presidente Jorge, citando o Senador João Ribeiro, que, com certeza, se com saúde estivesse, hoje estaria aqui a homenagear Palmas. Ele se encontra em tratamento no Hospital Sírio-Libanês – e eu lhe desejo melhoras. Mas eu não poderia deixar de citar o nome do companheiro João Ribeiro, que, na época da implantação de Palmas, ele, um jovem Prefeito de Araguaína, e eu, Prefeito de Porto Nacional, minha terra natal.

Portanto, fica aqui a minha homenagem a Palmas e em nome do Senador João Ribeiro.

Início, homenageando e reconhecendo a sessão solene na Câmara, fruto de um projeto apresentado pelo Deputado César Halum. Ali estavam muitas autoridades: o Senador Ataídes; a Embaixadora da Colômbia, a Sr^a Maria Elvira; os Deputados Federais por Tocantins Eduardo Gomes, Lázaro Botelho, Nilmar Ruiz; o Prefeito Amastha, de Palmas, e a sua esposa. E aqui, por intermédio do Prefeito Amastha, fica a nossa homenagem.

Mas, Sr. Presidente, nós não podemos deixar de reconhecer que Palmas se confunde com o Governador Siqueira Campos, que lutou pela criação do Estado, pela implantação da capital. E coube ao destino me dar a oportunidade de, na época, ser o Prefeito da cidade-mãe de Palmas, que é Porto Nacional, a cidade centenária e querida Porto Nacional.

Num encontro histórico ali no Distrito de Canelas, Município de Porto Nacional, junto com o então Governador Siqueira Campos, Prefeitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais, numa reunião numa palhoça, num barracão de palha, tive a oportunidade de adentrar um helicóptero com o então saudoso Prefeito Sebastião Borba, da capital provisória, Miracema, e o então Governador Siqueira Campos. Sobrevoamos, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Ana Rita, o local onde seria implantada a futura capital, que era uma fazenda. Inclusive, um dos proprietários é até hoje um grande amigo, o Paulo Guimarães.

Voltamos dessa reunião e eu fui para Porto Nacional com um entusiasmo tremendo, sonhando junto com todos aqueles que ali estavam. Fui assinar o desmembramento da cidade para criar Taquarussu do Porto e, conseqüentemente, Palmas, a nossa bela capital.

Logo depois, tivemos o lançamento da pedra fundamental ali, no dia 20 de maio, onde um culto eucumênico celebrado pelo Bispo de Porto Nacional Dom Celso Pereira de Almeida, grande amigo nosso, dos meus pais e da minha família, e também do Pastor Sebastião Andrade, outro grande amigo nosso, evangélico da nossa cidade de Porto Nacional.

Portanto, participar desse momento histórico para mim é motivo de muita honra. Naquela época, um simples Prefeito, um jovem Prefeito; depois, continuamos na luta e pude somar com a nossa capital, na condição de Deputado Estadual; como Presidente também da Assembleia Legislativa do meu Estado; como Deputado Federal e, agora, com o apoio maciço dos palmenses, a quem eu aqui quero registrar os meus sinceros agradecimentos por ser o Senador mais bem votado da história de Palmas. Muito mais pela generosidade dos palmenses do que até por mérito. Mas, Senador Jorge, nessa última eleição, os palmenses foram às ruas e me fizeram Senador, inclusive, com mais votos

do que os candidatos a Governador. Olha que honra e que prazer!

Portanto, fica aqui a minha gratidão a toda população de Palmas, à juventude, aos trabalhadores, aos empresários, a todos que, de uma maneira ou de outra, vem construindo esta bela cidade. Palmas hoje é a capital, segundo o IBGE, que mais cresce no País. Palmas, além do seu planejamento, além da sua gente que veio de todos os cantos do País e até de outros países, como agora: o Prefeito da capital, é um colombiano. Eu, como nativo, sempre estive de braços e coração abertos a receber a todos. E Palmas é um exemplo disso. Bem próximo da minha Porto Nacional.

Eu quero dizer que Palmas, para quem nos assiste, tem em torno de 80 cachoeiras cadastradas na região de Taquarussu do Porto.

Palmas fica entre a Serra do Carmo e o Lago, com 180km de extensão e aproximadamente uns 15km a 20km de largura. Portanto, esta é a nossa cidade, a nossa capital, que, modéstia à parte, tenho o prazer de dizer que participei desde os primeiros passos para que ela viesse a brotar dessa forma. Quero sempre, na minha condição, que me for possível, sempre estar trabalhando, zelando por esta capital, que faz parte da minha trajetória política.

Palmas, como eu disse, não podemos nunca esquecer-nos da cidade-mãe, a centenária Porto Nacional, porque, no início de Palmas, Senador Ana Rita, tudo era em Porto Nacional: os hotéis, os hospitais, as farmácias, o cemitério, portanto, como uma mãe, Porto Nacional foi uma mãe zelosa com sua filha Palmas e nós não podemos perder esse vínculo.

Eu, nesta oportunidade, quero homenagear a todos os ex-prefeitos dessa bela capital. Ao Prefeito Fenelon, um homem simples, mas que foi o nosso primeiro prefeito. Já homenageando a todas as ex-primeiras-damas, quero lembrar a D. Maria Rosa, de saudosa memória, que nos deixou, mas que foi uma brilhante primeira-dama na época do pioneirismo de Palmas. Depois, veio Eduardo Siqueira Campos, um brilhante prefeito; também o Prefeito Odir Rocha, meu amigo, médico; depois, a, hoje, Deputada Nilmar. Quero aqui também citá-la como ex-Prefeita. O Prefeito Raul Filho e, atualmente, o Prefeito Amastha.

Quero dizer que todos, nas suas condições, deram o melhor de si na construção dessa capital.

Portanto, a todos os ex-prefeitos eu quero homenagear neste instante.

Também homenageio a todos os pioneiros de Palmas, na pessoa do grande idealizador dessa capital...

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – ... que é o atual Governador Siqueira Campos, que criou o Estado. O seu projeto sensibilizou a todos os Constituintes na época de 1988, aprovando-o com os votos dos Senadores e dos Deputados, entregando para nós a realidade que nós sonhávamos, os tocantinenses, há mais de cem anos, nessa história de luta libertária, onde nós já dizíamos, naquela época, que o tocantinense não era goiano. Portanto, a minha homenagem ao Governador Siqueira Campos, que idealizou, programou e executou essa bela capital.

Fica também a minha homenagem a todos, como já disse, aos nordestinos, aos homens e mulheres também do Sul, que lá estão, porque Palmas é um centro de convergência para todos os brasileiros. Uma capital que tem o privilégio de estar localizada no centro geográfico do País, com uma situação privilegiadíssima na logística. Lá passa a Ferrovia Norte-Sul. Ao lado passa a BR-153, que é a Belém-Brasília, cortando o Brasil de norte a sul. Ou seja, todos os eixos de desenvolvimento nacional necessariamente passam pelo Tocantins, desde a questão da energia, com o Linhão Norte-Sul. Agora a BR-242, que vai ligar o ponto mais próximo entre o Pacífico e o Atlântico,...

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – ... saindo lá de Salvador e indo até o Peru, passando pela região e pelo Estado do eminente Senador Jorge Viana.

Portanto, Senador, Presidente Jorge Viana, são essas as minhas palavras no dia de hoje, porque eu não poderia deixar de registrar esta homenagem à capital mais jovem, como eu disse no início, e à que mais avança no desenvolvimento, com uma consciência que nós temos muito lá na questão da preservação do meio ambiente e na preservação da questão social.

Inclusive, deveremos votar, em breve, já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, um projeto do Senador Paulo Paim, a que foi apensado o nosso também, colocando os trabalhadores, os garis da limpeza pública no plano de insalubridade e na aposentadoria especial para 25 anos.

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Esta é uma homenagem que faço aos garis de Palmas, que são meus amigos, e aos garis do Brasil inteiro.

Finalmente, eu quero dizer o que eu pude fazer, como Senador, por Palmas, efetivamente, além do relacionamento com as pessoas. Da forma que me é possível atender a todos, nós conseguimos levar para Palmas o Projeto Orla, com R\$540 mil de projeto, Se-

nador Jorge, e R\$8,7 milhões, efetivamente, para a construção de uma parte da orla de Palmas.

Também levamos para Palmas R\$2 milhões para o Centro Olímpico de Palmas e também, através do Ministério das Cidades, um plano excepcional do PAC 2 da Presidenta Dilma e do Deputado e Ministro Aguinaldo Ribeiro. Nós levamos para Palmas 69,604 milhões no programa do PAC 2 para infraestrutura e drenagem da nossa bela capital Palmas. Então, esses recursos têm sido o que me foi possível. Acho que são significativos. Palmas merece mais e eu continuarei aqui sempre, naturalmente...

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – ... com o apoio do Governo Federal, dos nobres Senadores e Senadoras, trabalhando no sentido de dar ainda, cada vez mais, alegria ao povo palmense.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Convido para fazer uso da palavra a Senadora Ana Rita e, logo em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, público que nos acompanha da Tribuna de Honra, venho a esta tribuna, hoje, para enaltecer iniciativa do Ministério da Educação por ter, oportunamente, lançado o Programa Nacional de Bolsa Permanência.

Por meio desse programa, o Governo Federal concederá auxílio financeiro para estudantes de baixa renda presentes nas instituições federais de ensino superior, incluindo estudantes indígenas e quilombolas.

A bolsa, lançada no dia 9 de maio, começará a ser repassada já a partir de junho deste ano e será concedida aos universitários que atendam aos critérios da política de cotas, estejam matriculados em cursos com carga horária maior que cinco horas diárias e tenham renda familiar mensal, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo, ou seja, R\$1.017,00. O valor da bolsa é de R\$400,00 e será pago por meio do Banco do Brasil.

Os estudantes indígenas aldeados que vivem em comunidades tradicionais reconhecidas e os quilombolas matriculados em universidades federais receberão R\$900,00 de apoio financeiro, independentemente do curso.

Para manter o direito à bolsa, os estudantes deverão frequentar as aulas e ter um bom desempenho acadêmico.

Os cadastros deverão ser aprovados pelas universidades e institutos federais e serão mensalmente homologados pelas instituições.

Poderão ser beneficiados tanto os estudantes que ingressaram neste ano pela Lei de Cotas Sociais e Raciais (Lei nº 12.711/2012), quanto os que preenchem os critérios e já estão há mais tempo matriculados nas instituições.

As bolsas assistenciais poderão ser cumulativas, não anulando o recebimento de bolsas meritocráticas, tais como bolsas de pesquisa e extensão.

Os estudantes poderão continuar recebendo o auxílio por um prazo máximo de dois períodos além daquele estipulado para a conclusão do curso, já prevendo que, por um motivo ou outro, poderá haver atraso no término da graduação. Excedido esse prazo, o estudante perde direito ao benefício.

É com imensa satisfação que recebi a notícia dessa iniciativa, Sr. Presidente, pois acredito que é de fundamental importância para garantir a permanência de estudantes de baixa renda nas universidades, sobretudo a partir da adoção das cotas étnico-raciais no Brasil, projeto do qual eu tive a grata satisfação de ser a Relatora, aqui nesta Casa.

E essa não é a única política de assistência prevista por parte do Governo Federal para esses estudantes. Estão ainda inclusos o apoio pedagógico e a assistência estudantil, com oferta de mais vagas de moradia, alimentação, transporte e construção de bibliotecas.

Segundo o Ministro, essas são políticas prioritárias do Ministério e já dispõem de cerca de R\$650 milhões previstos no Orçamento para assistência estudantil.

Sem dúvida, essas medidas contribuirão, e muito, para a democratização do acesso e da permanência das populações mais pobres deste País ao ensino superior, mais notadamente dos negros e negras, indígenas e quilombolas, pessoas que historicamente estiveram excluídas desse direito básico a um espaço de conhecimento.

Aproveito a ocasião para reafirmar que as cotas, como política de ação afirmativa, deram certo no Brasil, Sr. Presidente. Foram inúmeros os avanços que tivemos nestes últimos dez anos de vigência dessa política no País, com ampliação substancial de jovens de baixa renda, especialmente negros e negras, nas universidades.

De acordo com dados do Censo Demográfico 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50,7% da nossa população é composta por negros e pardos, totalizando 97 milhões de brasileiros e brasileiras. Já os brancos correspondem

a 47,7% da nossa população, representando total de 91 milhões de pessoas.

O mesmo Censo apontou profundas distorções no que concerne ao acesso aos níveis de ensino pela população parda e negra.

No grupo de pessoas de 15 a 24 anos que frequentavam o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram negros e 13,4% pardos, o que demonstra tremenda desproporção.

É justamente para corrigir essas assimetrias que os nossos governos do PT têm criado programas e implementado políticas com vistas a atuar fortemente no combate às desigualdades.

Nossas políticas públicas de inclusão têm alterado de maneira significativa esses números, permitindo que seja, cada vez mais, facilitado o acesso à educação superior de qualidade.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, de 2011, demonstram que, em 1997, apenas 2,2% dos negros e negras com idade entre 18 e 24 anos haviam concluído ou frequentado o ensino superior. Já em 2011, esse percentual subiu para 10,7%.

Essa ampliação é fruto da expansão e desconcentração das universidades federais e institutos federais de educação pelo País.

No nosso Governo, saímos da marca de 148 *campi*, existentes até o ano de 2002, para mais de 321 *campi* até o final de 2014, criados especialmente no interior do País, em regiões totalmente desassistidas de universidades.

O mesmo aconteceu com os Institutos Federais. Até 2002, o País contava com apenas 140 unidades, construídas ao longo de cem anos. Em apenas dez anos, nosso Governo construiu mais de 300 unidades, com perspectiva de que, até 2014, alcancemos a marca de 562 institutos federais País afora.

Aqui, Sr. Presidente, quero destacar que, no Estado do Espírito Santo, nós saímos de 6 institutos federais para 17 já em funcionamento e mais 3 em andamento, totalizando 20 institutos federais. Proporcionalmente ao número de habitantes, o Estado do Espírito Santo é o que tem o maior número de institutos federais, o que tem feito uma diferença enorme na vida dos nossos jovens capixabas.

Tenho convicção de que o conjunto das medidas adotadas pelos nossos governos Lula e Dilma, como as cotas para afrodescendentes, índios e estudantes de baixa renda provenientes de escolas públicas e a forte ampliação de universidades e institutos federais pelos quatro cantos deste País, somado a esta atual medida adotada pelo MEC, irá contribuir, e muito, para a permanência desses estudantes no ensino superior.

A Bolsa Permanência fará enorme diferença na vida de milhares de estudantes que até então encontravam inúmeras dificuldades para se manter nos estudos pela necessidade premente de trabalhar e ter que contribuir na renda familiar.

A partir de agora, eles terão mais e melhores condições de se qualificar e se formar como profissionais e cidadãos, sendo fundamentais para que o Brasil possa dar um salto qualitativo no seu desenvolvimento social, econômico e cultural.

Sabemos que muitos estudantes são os primeiros da família a entrarem numa universidade. Muitos deles estão tendo, pela primeira vez, a oportunidade de ter uma formação, de romper com o ciclo de pobreza e miséria que os precedeu.

Congratulo o MEC pela iniciativa e todos os lutadores e lutadoras do movimento negro e das organizações sociais que, historicamente, lutaram pela conquista das cotas, pela defesa da universalização do acesso à educação pública e de qualidade e que, há alguns anos, vem pautando as políticas assistenciais no ensino superior como fundamentais para a permanência com qualidade desses estudantes de baixa renda.

Temos ainda muitos desafios pela frente, entre eles o de diversificar a presença dos inúmeros segmentos que compõem nosso rico tecido social, de universalizar o acesso às nossas universidades como uma das condições para que, de fato, avancemos no aprofundamento da nossa democracia. Continuamos firmes na defesa da universidade pública, cada vez mais popular, democrática e representativa do conjunto da sociedade brasileira. Os avanços que alcançamos demonstram que estamos no caminho certo, em nome de uma sociedade mais justa e igualitária.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, agradecer pela atenção, agradecer a todos que nos acompanham e dizer que nós estamos dando passos importantes para melhorar a qualidade do ensino no nosso País. Sabemos que ainda não é o suficiente, mas passos importantes estão sendo dados, e acreditamos que, num futuro muito próximo, teremos outra realidade, nas universidades públicas e nos institutos federais, que possibilite que os nossos jovens negros e pobres possam, de fato, ter acesso ao ensino superior de qualidade.

É isto, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela atenção.

Durante o discurso da Srª Ana Rita, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vicentino Alves.

Durante o discurso da Srª Ana Rita, o Sr. Vicentinho Alves deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, minha querida colega Senadora Ana Rita, e convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PSDB nesta Casa, o nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde, embora não tivesse a intenção de fazê-lo, para exprimir, em nome da Bancada do PSDB, a minha perplexidade e a minha profunda indignação com o teor de declaração de um membro do Governo, a Ministra Maria do Rosário, Ministra dos Direitos Humanos, a respeito desse boato sobre o fim do Bolsa Família, que tanto tumulto e desconforto criou para milhares e milhares de pessoas.

Assisti, durante o fim de semana, ao noticiário, como V. Exª também assistiu, e, perguntado, hoje, pela manhã, por um repórter, sobre a minha opinião a respeito da origem do boato, eu confessei que não tinha como apurar, que não tinha nem os instrumentos, e também fiz a observação de que boatos, assim como determinadas piadas, têm origem quase que impossível de se identificar. Mas a Ministra Maria do Rosário é mais atilada do que eu. Ela colocou, hoje, no seu Twitter, a seguinte afirmação: “Boatos sobre o fim do Bolsa Família devem ser da central de notícias da Oposição”. Foi o que disse a Ministra de Estado.

É da sabedoria popular a cautela com o excesso de verbosidade. Não se recomenda a ninguém falar demais. Quem fala demais acaba dando bom dia a cavalo... Agora, um Ministro de Estado tem a obrigação, funcional, ética, moral e política, de circunspeção e do cuidado com as palavras ao emitir opinião, especialmente opinião sobre o papel da oposição no Brasil.

Central de boatos da oposição? Que central de boatos é essa? E que autoridade tem a Ministra, membro do PT, para vir acusar a oposição de ser fabricante de boatos? Será que o Brasil não se lembra do boato que foi esparramado pelo PT na campanha da Presidente Dilma de que José Serra, se eleito, iria acabar com os concursos públicos? De onde surgiu esse boato? Quem é que tem *know-how* para fabricar boatos? Quem é que tem *know-how* para fabricar notícias falsas? Quem? É o PT! Fomos nós, por acaso, que fabricamos o dossiê dos “aloprados”, tentando atribuir infâmias a um político da oposição? Foi o PT! Fomos nós, por acaso, que pagamos milhares e milhares de reais para a produção de um dossiê sujo? Fomos

nós? Não, foram comensais do Presidente Lula, apanhados com a boca na botija quando tentavam vender um dossiê infamante? Quem é que tem experiência de pasta rosa, de dossiê Cayman? Somos nós, por acaso? Onde já se viu uma coisa dessas? Onde já se viu uma coisa dessas: central de boatos da oposição? Isso é coisa do PT,

O Líder do PSDB da Câmara já protocolou um requerimento para que essa senhora venha ao Congresso para dizer de onde tirou essa informação. Ah, depois, horas depois, ela, quase que caindo em si, diz o seguinte:

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Gente, sobre o tuíte hoje pela manhã, quero dizer que não tenho nenhuma indicação formal da origem de boatos. Singela opinião. Não quero politizar”.

Singela opinião? Opinião leviana. Opinião irresponsável. Opinião de quem não está fazendo jus ao posto de Ministro de Estado. Lamento profundamente. Tenho com a Srª ex-Deputada Maria do Rosário um bom diálogo. Eu a considerava pessoa de boa fé, Como manter esse conceito depois de uma singela opinião dessas, que acusa a oposição da prática de felonias sem ter nenhuma indicação formal... E ela sequer pede desculpas públicas. Diz apenas que não quer politizar. Já politizou. Já politizou.

Por isso, Sr. Presidente, venho a tribuna para exprimir, reitero, a mais absoluta indignação contra esse tipo de procedimento. Isso é próprio de quem não considera a oposição como parte do jogo democrático, como peça do jogo democrático, de quem tem o dever de se opor, de fiscalizar, de cobrar. É sinal de quem não tolera a presença, a simples presença da oposição, atribuindo a ela, à oposição, a nós, da oposição, procedimentos que não são nossos, que são, sim, do Partido que está no Governo, do Partido ao qual a Srª Maria do Rosário é filiada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Líder do PSDB, e passo a Presidência à querida Senadora Ana Rita para que eu possa fazer uso da palavra como orador inscrito.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Com a palavra o Senador Jorge Viana, pelo tempo regimental.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, depois de ter ouvido o Líder do PSDB na Casa e por ser do PT, quero dizer que as afirmações por ele feitas, pelo respeito que tenho pela sua pessoa, obviamente, devo acolhê-las todas, como fiz quando estava presidindo a sessão. Mas o fato é que temos vivido uma onda de boatos neste País.

Fiquei estarelecido vendo pessoas correndo às agências da Caixa Econômica Federal, em desespero, por conta de uma notícia ou de um boato no mínimo criminoso. Isso é fato. Deixar não milhares, mas um milhão de pessoas numa situação como essa nos chocou a todos. É óbvio que, neste momento, todos nós, oposição e situação, temos que identificar que foi uma atitude que criou uma situação gravíssima. A concentração de pessoas e a invasão de prédios poderiam ter causado a morte de várias pessoas em um fim de semana.

A Caixa Econômica adotou, inclusive, a medida extrema de liberar alguns pagamentos que não estavam previstos. Não sei se isso foi o adequado, mas era na tentativa de amainar um pouco o desespero das pessoas. Só agora, no começo da semana, é que se conseguiu deixar claro que não há nenhum risco para aqueles que estão no Programa Bolsa Família de deixarem de receber por mudanças que viriam a acontecer.

A Presidenta Dilma, em Pernambuco, hoje, caracterizou como criminoso a atitude de quem estimulou ou de quem lançou esse boato. Como ainda há pouco eu falava com o Senador Aloysio Nunes, é muito difícil descobrir quem está por trás de um boato como esse. Vi o Ministro da Justiça se posicionar, dizendo que vai pôr a própria Polícia Federal na busca de identificar se houve uma ação criminoso e por parte de quem. Acho que essa é uma atitude sensata, que, certamente, tem o apoio de todos.

Ouçó, com satisfação, o Senador Aloysio Nunes.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Meu caro Senador Jorge Viana, evidentemente, um boato como esse cria enorme desconforto, é uma coisa cruel. Se houve a intenção de alguém de fazer isso, é alguém, evidentemente, imbuído de sentimentos desumanos. Mas disse a Ministra Maria do Rosário, apesar da prudência do Ministro da Justiça – ela o disse e não se desculpou –, que isso era coisa da oposição. Da mesma forma, eu poderia dizer que isso é coisa do Governo, para dar oportunidade à Presidenta Dilma de desmentir o boato. Mas é claro que eu não o faria, não sou leviano. Mas a Ministra Maria do Rosário o foi, e por isso é que me manifestei nos termos em que o fiz. Evidentemente, quando falo em PT, não me estou referindo a todos os membros do PT. V. Ex^a é uma pessoa por quem tenho muita estima. Sei que

V. Ex^a jamais seria capaz desse tipo de procedimento. Mas o fato é que foi sob a chancela do Partido de V. Ex^a que se esparramou no Brasil o boato de que José Serra, se eleito, acabaria com o concurso público. E foi nas oficinas do Partido de V. Ex^a que o famoso dossiê dos aloprados foi fabricado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Aloysio, vejo que é importante o comentário de V. Ex^a, mas não quero fazer um campeonato de quem foi mais vitimado por boatos neste País, até porque prefiro me prender aos fatos a me prender às versões, como V. Ex^a também o faz.

Não tenho dúvida de que o próprio Presidente Lula foi vítima desse tipo de situação em 1989, e antes disso também, por conta de sua origem. Não tenho nenhuma dúvida ao dizer que está presente neste País, por parte de alguns, uma posição que beira o preconceito, se não o for.

Eu lembro bem de 1989: nós fazíamos campanha, e as notícias, os boatos – não eram notícias, mas boatos – eram os de que Lula ia tomar a propriedade das pessoas. Acho que foi a vez, pelo menos na minha fase de observação e de militância na política... Esse negócio ganhou filhos e netos no País, é fato, e eu acho que isso não ajuda em nada...

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Eu não, eu votei em Lula no segundo turno. Entre aqueles que falaram isso estão hoje alguns dos mais fieis e incondicionais aliados do Presidente Lula.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas o certo, Senador Aloysio, é que praticamente se institucionalizou – acho que esse não é o termo adequado, nem pode ser – a maneira de se enfrentar a realidade com boatos. Eu mesmo vejo uma ação – não vou dizer terrorista – de um pessimismo institucionalizado, seja com a inflação, seja com o crescimento do País. Eu o vejo. Agora, prefiro entender nisso posições não assumidas por parte de opositores nossos, pessoas que fazem isso com a intenção de nos enfrentar.

Mas esse último episódio é lamentável, e V. Ex^a também lamenta que ele tenha ocorrido. É inaceitável, principalmente por se tratar de uma parte da população que, durante décadas, viveu excluída e que, agora, pode acessar uma agência bancária, pode ter ajuda econômica para sair da situação em que se encontra.

Esses programas...

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite mais uma pequena intervenção? Não vou mais interrompê-lo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – É tão inaceitável isso quanto é inaceitável a declara-

ção da Ministra dos Direitos Humanos, que atribui, de maneira infamante e caluniosa, à oposição a origem desses boatos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, eu queria me somar à Presidenta, que, hoje, fez inaugurações no Nordeste, que foi solidária com a população e que fez uma dura declaração em relação a esses boatos que prejudicaram centenas de milhares de pessoas Brasil a fora.

Isso é inaceitável! Tomara que a Polícia Federal possa identificar a origem de algo que, para mim, é criminoso e que põs em risco a população, especialmente a população mais carente, que, de alguma maneira, foi levada a acreditar em algo tão perverso, que muitos prejuízos trouxe para milhares de famílias nesse fim de semana!

Mas, Sr^a Presidente, cumprimentando todos os que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, os amigos do Acre, eu queria dizer que nós, acrianos, estamos diante de um desafio enorme. De alguma maneira, uma ameaça paira sobre mais de 11 mil servidores públicos do Estado em função de uma decisão que está sendo dada no Supremo Tribunal Federal sobre a estabilidade ou sobre a necessidade de demissão de mais de 11 mil servidores do Estado do Acre. Essa é uma ação direta de inconstitucionalidade que questiona uma emenda feita à Constituição do Acre e que deixa amedrontados, à beira do desespero, milhares de servidores públicos.

Eu assumi o Governo do Acre no começo de 1999 e me deparei com esta situação: havia lá um conjunto de mais de dez mil servidores que tinham sido contratados antes da Constituição de 1988, antes de emenda que regulamentou o artigo da Constituição que estabelece a necessidade, para todos, do concurso público. Eu sempre defendi concurso público para se acessar o serviço público, em qualquer esfera – municipal, estadual e federal –, mas nós temos que compreender que houve um período de transição. Houve um período em que não estava estabelecida na Carta Maior, na Constituição Federal, essa necessidade. Não foi no meu Governo, não foi no do Governador Binho nem no Governo Tião Viana que houve a contratação dessas pessoas.

Quando assumi, Senadora Ana Rita, que preside esta sessão, havia milhares de pessoas que não trabalhavam e ganhavam sem trabalhar no Acre. Aliás, quem trabalhava não recebia. Havia gente que não recebia, mas que também não trabalhava. No primeiro mês, já conseguimos pagar o salário antes de o mês terminar e fizemos uma exigência: ninguém que não estivesse prestando serviço receberia no final do mês. Estou falando de mais de dois mil servidores que en-

contrei e que ganhavam sem trabalhar. Nós lhes demos oportunidade, porque não tínhamos a intenção de fazer um ato político contra eles. Eu falei que quem não voltasse para o trabalho não receberia. Havia também centenas de funcionários que estavam fora do Estado e que ganhavam sem trabalhar. Chamei-os de volta, ou, então, ofereci o pedido de afastamento, sem ônus para o Estado.

Dessa maneira, nós começamos um trabalho de valorização dos servidores, do local de trabalho, valorizando o salário, com melhorias salariais, fazendo plano de cargos e salários.

E digo, hoje, sem medo de errar: por mais que ainda seja necessário fazer um aperfeiçoamento para que a população receba o melhor dos serviços, para que a prestação do serviço público seja humanizada com treinamento, seja profissionalizada – também já fizemos muito nesse aspecto, tanto eu, como o Governador Binho, como o Governador Tião Viana –, o certo é que, hoje, os servidores públicos do Estado são pessoas valorizadas. Pode-se dizer qualquer coisa deles, mas eles estão trabalhando e merecem receber.

O problema todo foi que, no meu primeiro mandato ainda, eu me vi diante da seguinte situação: pela Procuradoria-Geral da República, pelo Ministério Público Federal, pela Procuradoria do Trabalho, houve ações questionando a constitucionalidade e impondo-nos a demissão, na época, de perto de 11 mil servidores. E eu estabeleci uma condicionante: se as pessoas estavam trabalhando, se havia amparo legal para que elas seguissem trabalhando, porque foram contratadas antes da Constituição ou em período em que esse artigo não estava regulamentado, se havia amparo jurídico, eu me somava, então, aos servidores. Inclusive, fui ameaçado. Fui ameaçado de ser tirado do governo, de sofrer uma ação judicial que pudesse comprometer até a minha integridade. E eu, publicamente, fiquei do lado dos servidores. Eu tinha colocado que, mesmo que eles não tivessem sido, como não foram, contratados pelo nosso governo, se estavam trabalhando, se estavam prestando o serviço público, não havia sentido aquele ato drástico.

E aí tomei uma atitude: nós aprovamos, na época, junto com a Deputada Naluh Gouveia, uma mudança na Constituição do Acre. Foi um ato concreto. Alguns questionam: que ato o governo tomou para defendê-los? Nós tomamos um ato concreto: mudamos a Constituição do Estado.

Mas o certo é que a ação direta de inconstitucionalidade chegou ao Supremo. E, agora, foi feito um relatório, com uma posição por parte do Ministro Toffoli, uma posição que nós respeitamos. Achamos, inclusive, que ela vem embasada na Constituição e permite

que algo seja feito. Então, não adianta fazer juízo. O Ministro Toffoli é conhecedor dos problemas do País e adotou a medida que ele entendeu ser adequada do ponto de vista constitucional.

O Governo do Estado, o Governador Tião Viana está empenhado em encontrar uma solução. A Procuradoria-Geral do Estado está fazendo todos os esforços para que a integridade, a segurança volte aos servidores públicos. Há situações graves. Há pessoas que já se aposentaram, pessoas que estão na iminência de se aposentar, pessoas que prestaram serviço por quase 30 anos. É uma situação da maior gravidade!

Hoje, tomei providências em Brasília, fazendo consulta à Advocacia do Senado, fazendo um trabalho junto com a Consultoria do Senado Federal, e a minha intenção, certamente junto com o Senador Anibal e com outros colegas da bancada federal, é a de fazer tudo que estiver ao nosso alcance, como fiz como Governador, agora na condição de Senador, para que esses servidores não sejam vítimas de uma medida drástica de ser excluídos, até porque acho pouco provável que se possa implantar uma medida como essa. O que eles receberam será devolvido? E quanto a quem se aposentou?

Prefiro acreditar que vamos encontrar, com a ajuda do próprio Supremo Tribunal Federal e, especialmente, com ajuda do Congresso Nacional, uma solução para esses nossos servidores. Dou o testemunho: eles trabalharam, eles estão trabalhando e se dedicam. Estamos falando de 11 mil servidores, Sr. Presidente. A situação envolve quase 50 mil pessoas. Fomos eleitos para isto: para trabalhar, para encontrar as soluções.

É um desafio enorme, algumas decisões já foram tomadas, mas acho, sinceramente, que é possível encontrar, numa mediação, estudando o caso, como tenho feito, uma solução. Estou lendo, estou conversando com quem entende bem da tramitação dessa matéria. Prefiro ser otimista e acreditar que, com trabalho, com um bom diálogo, com a união de todos – o Governo do Estado, a bancada federal –, vamos conseguir encontrar uma solução que atenda aos servidores, que dê segurança e tranquilidade para os funcionários, para as funcionárias e para suas famílias.

Venho a esta tribuna para dizer que, como fiz como Governador... Repito: as contratações aconteceram quando o Governador do Acre era o ex-Senador Nabor Júnior. Depois, veio o Governo Flaviano Melo, o Governo Edson Cadaxo e o Governo Edmundo Pinto, e, nesse período, a grande maioria desses servidores foi contratada. Assumi o Governo, eu me vi diante dessa situação e não fiz o que alguns normalmente fazem ou são cobrados a fazer: a demissão sumária

daqueles que estavam sendo questionados do ponto de vista da sua contratação. Alguns dizem: "Não fui eu que contratei. Demitam-se todos!" Não, eu não fiz isso. Chamei todos para o trabalho, impus regras, dizendo que ninguém ganharia sem trabalhar. E, com isso, comecei um trabalho em que, graças a Deus, tive sucesso, que foi a valorização dos servidores públicos. Essa valorização foi feita com formação, com oportunidade de formação, com melhores salários, com Plano de Cargos e Salários.

Agora, temos este enorme desafio. Praticamente um terço dos servidores do Acre está nessa situação. E eu posso dizer que o serviço público no Estado está moralizado, as condições de trabalho são boas, todas as categorias têm Plano de Cargos e Salários, estamos cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Temos o desafio de resolver este problema, que não é fácil, mas há o empenho do Governador Tião Viana. E eu mesmo vou procurar Ministro do Supremo, vou procurar me aconselhar e buscar apoio na própria Consultoria do Senado, na Advocacia do Senado, para que, juntos e unidos, encontremos uma maneira de se cumprir a Constituição, mas sem demitir 11 mil servidores. Está-se querendo fazer algo impraticável: como demitir depois de 25, 30 anos de trabalho, depois de aposentado e fazer concurso público? Há algumas perguntas para as quais não existem respostas.

Então, diante dessas perguntas sem respostas, nós temos que encontrar medidas que possam fazer as perguntas necessárias e dar as respostas necessárias. Mas, especialmente nesta hora, temos que nos somar e dar tranquilidade a esses 11 mil servidores públicos, que nos ajudaram a mudar o Acre, a melhorar o Acre. Hoje, o Acre é outro, é muito melhor. E não foi obra de um ou outro governador só. Foi uma ação conjunta, tendo como os verdadeiros engenheiros dessa mudança os nossos funcionários públicos de todas as esferas.

É nesse sentido que eu defendo aqui a busca de uma solução, o mais rápida possível, que dê tranquilidade e garantia para os servidores públicos poderem seguir trabalhando, se aposentando e deixando um legado de trabalho por terem bem servido ao nosso Estado do Acre.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Obrigada, Senador Jorge Viana.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– A Presidência designa o Senador Cícero Lucena para integrar, como titular, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do **Ofício nº 134, de 2013**, da Liderança do PSDB.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 134/13-GLPSDB

Brasília, 20 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Cícero Lucena, para integrar, como titular, a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Convido agora, como orador inscrito, o Senador José Agripino, do DEM do Rio Grande do Norte, pelo tempo regimental de 20 minutos.

Devolvo a Presidência ao Senador Jorge Viana.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, eu estava vindo de casa para o Senado, e o telefone não parava. Era repórter do UOL, do iG, do G1, da *Folha*, do *Estadão*, de *O Globo*, da revista *Veja*, samba de uma nota só: o que eu achava da declaração da Ministra Maria do Rosário sobre os lamentáveis acontecimentos de ontem, que eu tinha visto na televisão, de ataques, por parte de pessoas desesperadas, às agências da Caixa Econômica, onde se processava o pagamento do Bolsa Família.

Eu confesso, Senador Aloysio Nunes, que, no domingo, vendo o noticiário, fiquei penalizado com as cenas a que assisti, cenas tomadas, curiosamente, em vários Estados: vidraças quebradas, agências agredidas e, mais do que isso tudo, pessoas modestas desesperadas. E a notícia era de que aquilo era motivado por um boato que havia surgido do nada, noticiando o fim do Programa Bolsa Família. E as pessoas, com o cartãozinho na mão, protestavam.

A primeira leitura que fiz – e fiz com tristeza – é a de que o esforço do Programa Bolsa Família, que é um programa de redistribuição de renda pública com pressupostos de remeter aquelas pessoas a um patamar superior de renda ou de qualificação ou de vida... Do contrário, você estaria com um programa subsidiado por R\$25 bilhões ao ano, entregando a Receita do Brasil a pessoas para fazê-las prisioneiras, dependentes politicamente.

Eu me recuso a acreditar nisso. Não é possível que o Governo faça uma perversidade como essa. Mas as cenas que vi me entristeceram muito, porque o que eu estava constatando é que o Programa Bolsa

Família, que é um programa – repito – bom, iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso... V. Exª se lembra, foi Ministro do Governo: era o Bolsa Escola. Você dava o dinheiro à família com o compromisso de a família manter a criança na escola, como forma de preparar a rede familiar para um futuro melhor. E evoluíram o programa, aumentaram o programa para o programa Bolsa Família, com a simples doação de dinheiro.

O que é que eu vi? Eu vi que aquelas pessoas desesperadas, atacando as agências da Caixa Econômica Federal, o faziam porque não tinham alternativa de sobrevivência. Ou seja, o programa que há algum tempo vinha existindo, estava, com aquelas cenas, mostrando que não ia chegar a lugar nenhum, porque o Bolsa Família é uma simples doação de dinheiro, sem a contrapartida em incentivar as pessoas ou dar às pessoas a oportunidade de crescerem na vida. Ou seja, gastar os R\$25 bilhões dando, sim, a oportunidade da sobrevivência, mas estimulando as pessoas, induzindo as pessoas a enveredarem por caminhos de melhoria de vida efetiva, por qualificação, por adiestramento em algum tipo de mão de obra, para conquistarem um lugar ao sol com um trabalho, com um emprego.

Na hora em que eu vi aquelas centenas de pessoas agredindo as agências da Caixa Econômica, eu vi a falência do programa, porque o programa estava voltado para a doação de um dinheiro em troca da sobrevivência. Seria a falência do programa Bolsa Família; seria deixar os miseráveis, as pessoas muito pobres, entregues definitivamente à condição de miseráveis.

Essa foi a primeira leitura que eu fiz, penalizado, porque percebi ali, pelo desespero das pessoas, que aquelas pessoas não tinham uma alternativa de vida que não aquele pedaço de dinheiro que o Bolsa Família dava. E o Bolsa Família deveria ser, como o Bolsa Escola se propôs, um gasto voltado para melhorar a vida, num primeiro momento, e estimular, no segundo momento, uma melhoria no padrão de vida e na qualidade de vida e de patamar de vida das pessoas. Ou seja, gastar o dinheiro para ter um primeiro momento satisfatório, mas principalmente construir, pavimentar uma estrada para que as pessoas saíssem, mesmo, de verdade, da condição de miseráveis e almejassem uma perspectiva de vida um pouquinho melhor.

E o desespero daquelas pessoas me mostrava que não, que o Bolsa Família era um programa para simplesmente dar a oportunidade às pessoas de so-

breviverem, mas dependentes. Se aquele dinheiro faltasse, as pessoas entrariam em desespero. Foi o que as cenas me mostraram: se aquele dinheiro faltasse, as pessoas não tinham nenhuma apelação, não tinham alternativas, não lhes foi dada alternativa para que pudessem, com a sua própria qualificação, construir um futuro melhor. É uma coisa perversa, mas eu percebi isso.

Mas as perguntas que me faziam os repórteres todos, no dia seguinte ao que eu vi a matéria e à constatação que eu fiz, eram o que é que eu achava da declaração da Ministra Maria do Rosário, que atribuiu à oposição a divulgação, a difusão desse boato.

Eu quase caí de costas, Senador Romero Jucá. Sabe por quê? Porque isso é uma afronta à inteligência. V. Ex^a é político lá em Roraima, como o Senador Aloysio Nunes é em São Paulo e a Senadora Ana Rita é no Espírito Santo, e sabe que, em política, existe o primeiro momento, o segundo e o terceiro momento, em que há o fato e o desdobramento do fato. Todos nós sabemos disso. Todos nós sabemos.

Como é que a oposição iria cometer a burrice de espalhar um boato inverídico, para, no momento seguinte, se descobrir que não era verdade e a oposição ficar com cara de tacho e assumir a responsabilidade por um desgaste absolutamente perverso? Seria um atentado à inteligência da oposição.

E a Ministra – Senador Aloysio, Ministro de Estado V. Ex^a foi, eu nunca fui; o Senador Romero Jucá já foi Ministro de Estado – não tem o direito de se manifestar por Twitter para acusar a oposição. Ou faz ou não faz nota oficial. De um governo que tenha vergonha é nota oficial. Assuma a responsabilidade da acusação, se é que quer fazer acusação com responsabilidade, a não ser que queira cometer a leviandade, ou deixar no ar, como se a oposição pudesse acolher de bom grado aquela insinuação leviana e deixar que tudo prosseguisse para se encontrar um bode expiatório.

Eu chego a avaliar que, de tanta repercussão, porque foi tanto falatório, até a própria Presidente da República se manifestou sobre o assunto – ela se manifesta sobre poucas coisas –, de que era um ato criminoso. A Ministra acusa a oposição.

Chega a passar pela minha cabeça – não estou acusando – se não terá sido um ato do próprio Governo para se vitimizar. Eu não sei. Eu não estou aqui acusando, mas passa pela minha cabeça, Senadora Ana Rita, que seria gente do próprio Governo espalhando a notícia para se vitimizar, de tão boba a acusação.

A oposição pode ser tudo, mas cometer um ato de burrice como esse – desculpem-me – é um atentado claro à inteligência da oposição. Jamais poderíamos fazer isso, sob pena de incorremos no pecado mortal da obtusidade, de sermos obtusos, de sermos pouco inteligentes, de sermos burros. Como disse Jorge Gerdau Johannpeter, a respeito dos 39 ministérios da Presidente, que era um ato de burrice. Seria uma burrice de nossa parte.

Ouçó, com prazer, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Apenas um rápido comentário, Senador Agripino. Se fosse um crime – e é um crime –, seria o caso de se perguntar: a quem interessa o crime? Seguramente, a oposição não, porque, como bem disse V. Ex^a, a oposição correria o risco gravíssimo de ser desmascarada no momento seguinte, ao passo que, para que o Governo – eu não quero também fazer esta insinuação –, forneceria uma excelente oportunidade de reafirmar o compromisso do Governo, que de resto é nosso também, da oposição, de manter o Bolsa Família.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – É evidente. Nós temos todo o interesse em manter aqueles milhões de brasileiros que o programa diz ter tirado da miséria, que foram muito menos, porque os R\$70,00, com a inflação do período decorrido, já significam R\$77,00, e, infelizmente, a quantidade de brasileiros que, com aquele dinheiro, baixaram para a linha de pobreza aumentou. Não é mais aquilo que é apregoado pelo Governo.

Mas esse é o outro lado da história. Agora o que eu penso? Eu penso que, a partir do fato das manifestações do Governo, da própria Presidente da República, impõe-se aos órgãos de investigação do Governo, à Polícia Federal, a identificação dos responsáveis, porque este assunto é grave, situou-se no plano da difusão de uma boataria pelo Brasil inteiro – é o que se supõe –, prejudicou pessoas, prejudicou o patrimônio público, e é preciso que se esclareça quem foi o responsável por isso. Uma coisa é certa: da oposição, de nós sabermos de um fato como esse, jamais. Seria ato de burrice. Agora, a coisa precisa ser esclarecida? Precisa, até porque queremos que o programa Bolsa Família continue, que prossiga, melhorado, consertado, objetivando encaminhar as pessoas para um patamar melhor de vida, e merece, em nome de sua continuidade, uma explicação.

Esse fato que colocou na cabeça das pessoas uma dúvida – continua ou não continua? –, até, em

nome disso, da reafirmação de que continua, é preciso que se encontrem os responsáveis pela divulgação, pela difusão do perverso boato que levou pessoas ao desespero às agências da Caixa Econômica, com o seu cartãozinho na mão, brandindo-o, em busca do último refúgio e da última esperança.

Mas, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma apreciação, ainda que rápida, sobre o momento que estamos vivendo.

Senador Romero Jucá, o jornal *O Globo* deste final de semana divulgou um dado estarrecedor. A máquina pública, o funcionamento dos 39 ministérios do Brasil custa R\$58 bilhões por ano. É mais do que o dobro do que custa o Bolsa Família. Eu vi, e já sabia, que existe na Esplanada dos Ministérios um prédio chamado torre de babel onde existem instalados ou amontoados funcionários de vários ministérios. A fotografia de um dos jornais do domingo mostra a reunião do ministério – 39 ministros com mais a Presidente: parece um pequeno comício. É impossível um Presidente governar com 39 ministros. Eu já fui Governador, eu sei como é possível você ordenar administrativamente o movimento de um governo. Eu fui Governador por oito anos e sei como é que se consegue construir as barragens, as estradas, as escolas, os hospitais, as creches: é comandando e cobrando, tendo contato pessoal com o executor. Mas com 39 ministros é impossível! É impossível! Mas existem 39 ministérios que custam R\$58 bilhões, o dobro do Bolsa Família por ano. E ocupam um prédio na Esplanada dos Ministérios três ministérios – a estrutura de três ministérios. As pessoas se encontram no elevador e não sabem nem que pertencem a uma mesma estrutura de governo, porque é a confusão institucionalizada. O que é que está ocorrendo neste País? E eu acho que é momento de fazermos uma reflexão.

O Brasil, que foi governado por Fernando Henrique Cardoso, num dado momento, viu o milagre acontecer: o fim da inflação com o Plano Real. Um plano bem montado, com responsabilidade e com determinação, que fez com que a inflação, que era um dragão indomável, fosse finalmente domado. E o Plano Real aconteceu, muitas coisas importantes, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, aconteceram, as finanças públicas se estabilizaram a partir de metas de inflação, a partir de banda cambial estabelecida, o fim da conta única, da conta-movimento, uma série de coisas aconteceram que colocaram a economia do Brasil no trilho. Quando isso aconteceu, ganhou a eleição o ex-Presidente Lula, que não tinha treino, nem tinha grandes quadros, e assumiu a Presidência da Repú-

blica. Por cautela, boa cautela, assumiu a Presidência e colocou no comando da economia do País pessoas com o compromisso com o que tinha dado certo, tudo aquilo que tinha dado certo no passado: o Ministro Palocci, etc, etc, etc.

Durante um bom tempo e aproveitando a bonança internacional, o Brasil caminhou corretamente, no trilho que Fernando Henrique havia deixado, e avançou. Entramos na bonança internacional e passamos a ter recordes de exportação, a atividade econômica cresceu, a receita fiscal cresceu. E aí perdemos a grande oportunidade de fazer o que, por exemplo, Colômbia, Peru, Chile fizeram. Com um superávit fiscal, se partiu para fazer fortemente infraestrutura com recursos do Tesouro e baixar a carga tributária, porque, já que havia recurso próprio suficiente, não era preciso arrecadar tanto, não era preciso tirar tanto da economia, fazendo-a competitiva, provendo-se de infraestrutura, de estradas, portos, aeroportos, comunicações. Ou seja, fazer da infraestrutura do Brasil um instrumento de abaixamento do custo Brasil, para possibilitar que a produção brasileira fosse para os brasileiros e também fosse vendida para o exterior, possibilitando a que a economia do Brasil fosse maior do que o mercado interno do Brasil.

Isso, até certo momento, aconteceu. O que ocorre hoje é a constatação de um fato que, lamentavelmente, nos entristece. Do primeiro momento em que os fundamentos da economia do governo que havia passado foram atendidos, quando o governo do PT se instalou e tomou conta do governo, botou as garras do lado de fora e começou a acontecer aquilo que produziu os resultados nefastos de hoje. Primeiro, agigantou-se o Estado, com a instalação de um ministério atrás do outro para atender a necessidades político-partidárias de uma aliança. Chegamos a 39 ministérios.

Segundo, pelo fato de a máquina do Estado custar o que eu acabei de dizer, R\$58 bilhões hoje, passaram a elevar progressivamente a carga tributária. Ao invés de aproveitar os superávits fiscais para abaixar a carga tributária, pelo contrário, com a ganância pública, passaram a subir a carga tributária, que chegou hoje a 36% ou 37% do PIB, uma das mais altas do mundo, eliminando a possibilidade da competitividade do Brasil, porque não tem infraestrutura à altura nem tem carga tributária civilizada.

Enlamearam-se na corrupção do mensalão. E passaram a prometer, por *marketing* político, aquilo que não estão fazendo. Prometeram a transposição do São Francisco: não fizeram; anda a passo de cágado.

Prometeram a Ferrovia Norte-Sul: não fizeram; anda a passo de cágado. Prometeram o trem-bala: ficou na ideia. Prometeram tudo. Eles são mestres em inaugurar promessas.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Agora, entregar obras é outra conversa.

O que se vê hoje é um Estado em grande dificuldade, já com déficits da balança comercial, com a arrecadação em queda, com a atividade industrial em queda franca, com a atividade econômica deprimida e com os investidores inibidos no rumo do investimento. Inibidos no sentido de não se sentirem encorajados a fazerem investimentos.

O Governo, de certa forma, de um ano para cá, acordou. Depois de botar as garras de fora, de adotar o seu modelo, resolveu entender que aquilo que deu certo no passado, pelo fato de eles não terem alternativa, era o único caminho, o único caminho para repor o Brasil no trilho. Aí puxaram para aquilo que é o certo: o Estado não tem recurso público para investir, lança mão do recurso privado, através dos processos de concessões, privatizações, parcerias público-privadas. Só que tudo isso eles fazem encabulados, sem convicção.

Exemplo mais claro do que esse é o da Medida Provisória dos Portos, que nós acabamos de votar. O que custaria, Senador Requião, ao Governo, que queria, como todos nós queremos, melhorar o desempenho do sistema portuário do Brasil; o que custaria ao Governo chamar a oposição, que raciocina como raciocina e que acha que é preciso mudar o sistema e o modelo e abrir a oportunidade ao capital privado para investimento em portos; o que custaria ao Governo estabelecer um diálogo produtivo com a oposição, já que essa é a nossa praia, para produzir um modelo bom para o Brasil? Não. Não, porque eles não queriam dar o braço a torcer.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Já encerro, Sr^a Presidente, já encerro.

Não queriam dar o braço a torcer, o que eles queriam era que a Medida Provisória dos Portos traduzisse uma vontade que não é deles. Eles estão fazendo, porque não têm alternativa, já que malograram. Deviam ter feito isso há seis, sete anos. Estão fazendo agora sem querer mostrar que deram o braço a torcer.

Por isso, não se entenderam conosco para fazer, em vez de uma votação em madrugada e madrugada, uma votação simbólica, que faríamos, mas resolveram

esticar a corda, permitir que, no debate, os argumentos de corrupção dominassem as tratativas e nós nos ausentássemos do debate por não quisermos colocar a digital em algo que parecia podre.

Outra, a Petrobras, cuja autossuficiência em matéria de consumo para o Brasil foi anunciada com pompa e circunstância, com as mãos sujas de petróleo do Presidente Lula nas costas do macacão... O que aconteceu hoje? A Petrobras, politicamente, produziu um fato.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Já concluo, Sr^a Presidente, um minuto só.

Havia cinco anos que não aconteciam leilões, por uma razão simples: mudaram o sistema de concessão que possibilitou a autossuficiência do regime do governo Fernando Henrique Cardoso para um regime não mais de concessão, mas de partilha, em que a Petrobras descapitalizada tinha obrigação de participar com 30% de cada empreendimento. E o dinheiro da Petrobras para participar, compulsoriamente, dos 30%? Não existia. Para os novos leilões, na surdina, voltaram ao antigo regime de concessões, ou seja, voltaram ao que deu certo.

Eu faço essas observações porque eu acho que o Brasil, que nos ouve inclusive aqui, precisa acordar.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – O Governo do PT está querendo evoluir para o nosso modelo. É a filial do que deu certo. Entre ficar com a filial do que deu certo e ficar com a matriz do que deu certo e sabe como dar certo, porque age com convicção, eu vou insistir, vou ficar e vou permanecer na matriz que deu certo.

Muito obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Líder do PMDB.

Em seguida, falará o Senador Roberto Requião, como orador inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, meus caros Senadores e Senadoras, caros amigos e amigas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, é um prazer estar aqui e poder fazer mais um registro importante sobre a Lei nº 12.810, de 15 de maio, decorrente da Medida Provisória 589, de que fui Relator, a qual negociei com o Governo e com a qual conseguimos, Congresso,

Senado e Governo, avançar para algumas medidas importantes para o País.

Já falei, na sessão de sexta-feira, do parcelamento dos débitos do INSS. Eu gostaria, agora, de registrar outros avanços importantes também dessa Medida Provisória.

O primeiro deles é o parcelamento de dívidas do PASEP. Nós colocamos na Medida Provisória o parcelamento de dívidas em até 240 meses. Portanto, Municípios e Estados brasileiros, autarquias e fundações, que poderão parcelar o INSS com a Previdência, poderão também parcelar as dívidas do PASEP.

Outro dado importante que conseguimos conquistar com essa Medida Provisória, no relatório final, foi o fim da cobrança do PASEP para convênios e transferências de recursos com objetivo definido.

Ora, quando se fazia um convênio, Senador Requião, para construir um hospital, para construir uma escola, ou se fazia transferência, fundo a fundo, de média e alta complexidade para recursos do SUS, o Estado ou o Município tinha de pagar um percentual de PASEP, como se aquele ingresso de recursos fosse de recursos próprios da Prefeitura.

Esse ponto foi levantado, inclusive, no documento entregue pelos Governadores ao Congresso, pedindo modificações. Nós conseguimos, negociando com o Governo, com a Presidenta Dilma, avançar nisso e, a partir da sanção dessa lei, as transferências para obras definidas, para assuntos definidos, para ações definidas deixarão de pagar PASEP e, portanto, isso será uma economia para Estados e Municípios.

Outro ponto importante dessa Medida Provisória foi o Capítulo II-A, que trata do refinanciamento e da transferência de bens imóveis.

Nós criamos a sistemática, nessa medida provisória, nessa lei, através de uma emenda minha, de relator, da portabilidade do financiamento habitacional. Ou seja, uma família, um cidadão ou uma cidadã que tenha um determinado imóvel financiado por um banco, pagando uma determinada taxa de juros, se conseguir uma taxa de juros mais barata em outro banco, poderá fazer a transferência desse financiamento, de uma instituição financeira para outra instituição financeira, pagando menos juros, portanto, reduzindo a sua prestação.

E nós colocamos nesse dispositivo que um banco deverá remunerar o outro sobre as despesas administrativas ocorridas no início desse financiamento, mas essa remuneração não poderá ser cobrada do cidadão e da cidadã que tem um imóvel financiado. Portanto,

um detalhe extremamente importante, que não onera o contribuinte, que não onera o tomador do empréstimo e que vai ampliar a concorrência entre instituições financeiras, para que nós tenhamos um juro menor no financiamento imobiliário.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Portanto, são esses dois pontos que eu gostaria de registrar como importantes nessa medida provisória transformada em lei pela Presidenta Dilma.

Gostaria, rapidamente, também, Sr^a Presidente, de registrar e aplaudir a Operação Ágata 7 do Exército Brasileiro, cumprimentar o General José Luiz Jaborandy Rodrigues, que comanda o Exército em Roraima, pelas ações da Operação Ágata 7. Mais de 17.740 atendimentos sociais em Roraima e 930 militares fazendo uma grande operação de segurança na fronteira do Norte do Brasil.

Ações como essa do Exército Brasileiro, das Forças Armadas, da Aeronáutica, da Marinha, enfim, como eu disse, do Ministério da Defesa, dão a garantia da presença brasileira nas fronteiras e do apoio dos militares à população mais carente...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ... como a população indígena e a população ribeirinha do meu Estado de Roraima e do Estado do Amazonas.

Então, fica aqui o registro dessa ação importante para o nosso Estado e o pedido da transcrição das matérias “Fronteiras de Roraima estão sendo vigiadas pela ação de 930 militares” e “Operação Ágata 7 inicia com 17.740 atendimentos sociais em Roraima”.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FRONTEIRAS DE RORAIMA ESTÃO SENDO VIGIADAS PELA AÇÃO DE 930 MILITARES

20/5/2013 01h18

Yana Lima

Considerada uma das maiores operações militares do país, a Operação Ágata foi deflagrada neste sábado, 18, e conta com 930 militares e outros 227 civis de Roraima, que somam às mais de 25 mil pessoas empregadas na operação em toda a faixa de fronteira do Brasil.

O foco das atividades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva é o combate a crimes como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, contrabando de veículos, imigração ilegal, problemas indígenas e garimpo. A previsão é que as ações se estendam até o dia 5 de julho.

A faixa de fronteira roraimense tem 1.922 quilômetros de extensão. As atividades serão concentradas na Terra Indígena Yanomami, onde o enfoque maior será dado ao garimpo ilegal, em Uiramutã e na entrada da BR-174, em Pacaraima, onde lideram os ilícitos de descaminho e contrabando, além do tráfico de entorpecentes.

Os municípios de Normandia e Bonfim também são prioritários e contarão com equipes que atuarão no contrabando, descaminho e também em possíveis casos de tráfico de pessoas. Nestes locais a atenção é especial, pois a fronteira é pouco vegetada e possui poucos obstáculos para ingresso no País. Já na região sudeste do Estado, o enfoque maior será dado à extração ilegal de madeira.

O comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, general José Luiz Jaborandy, explicou que serão instalados pontos de controle nas principais vias de acesso ao Estado. "Além disso, nossas prioridades serão os pontos identificados pelas ações de inteligência como os que mais precisam de intervenção", enfatizou.

ÁGATA – A operação Ágata 7 envolve 25 mil militares distribuídos nos 16.886 km de fronteira que o Brasil compartilha com nove países sul-americanos, além da Guiana Francesa. Também participam agentes da Polícia Federal, de ministérios e de cerca de vinte agências governamentais.

A pouco menos de um mês do início da Copa das Confederações, considerada como evento-teste para o Mundial do ano que vem, as ações também serão voltadas para impermeabilizar o país neste período. A competição de futebol que será realizada em seis cidades-sede entre 15 e 30 de junho.

ACISO – Além do combate aos ilícitos, a Ágata contempla também ações cívico-sociais que levam assistência médica às diversas comunidades carentes. De acordo com o balanço integrado, as seis edições resultaram em mais de 56 mil procedimentos entre atendimentos médicos, odontológico, imunizações e distribuição de medicamentos. Somente ontem, as chamadas Acisos passaram por comunidades nos municípios de Pacaraima, Bonfim, Cantá.

Esta é a segunda edição em Roraima

A primeira vez que a Operação Ágata foi realizada na Amazônia foi em sua quarta edição. Além da apreensão de drogas e interdição de garimpos ilegais, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, por meio do 6º Ba-

talhão de Engenharia de Construção (6º BEC), destruiu uma pista de pouso clandestina de apoio ao garimpo.

As outras seis edições da operação foram realizadas no intervalo de pouco menos de dois anos em uma faixa de fronteira que compreende 27% do território nacional onde estão 710 municípios, sendo 122 cidades limítrofes e 588 não limítrofes.

A operação Ágata 5 foi realizada no ano passado, somente na região Sul do país. Já na Ágata 6, as ações foram concentradas em uma faixa de 4.200 quilômetros, na fronteira entre os estados do Acre e Mato grosso do Sul.

A Ágata integra o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) sob a coordenação do Ministério da Defesa e comando do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). A execução cabe à Marinha, ao Exército e à Força Aérea Brasileira (FAB).

OPERAÇÃO ÁGATA 7 INICIA COM 17.740 ATENDIMENTOS SOCIAIS EM RORAIMA

Comunidades indígenas do estado são beneficiadas. Ações também envolvem repressão a crimes nas fronteiras.

Rodrigo Menaros do G1 RR

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SL), em parceria com diversos órgãos governamentais, iniciou na manhã do dia 18 a Operação Ágata 7 nas regiões de fronteira do estado de Roraima. O objetivo da mobilização é intensificar a presença do Estado Brasileiro nas zonas limítrofes de seu território e estabelecer pontos de controle e bloqueio nas principais vias de acesso ao país.

Em Roraima, estão envolvidos nas atividades 930 militares e 227 civis. Segundo o General José Luiz Jaborandy Rodrigues, comandante da 1ª Bda Inf SL, em um dia de Operação no estado foram realizados 1.099 atendimentos médicos, 612 atendimentos odontológicos, 4.029 atividades preventivas de saúde e 12.000 atividades culturais. Foram beneficiadas as comunidades indígenas de Ingarumã e Samã, em Pacaraima, e do Contão, Surucucu e Auaris, além das populações de Bonfim, Novo Paraíso e Cantá.

O combate ao crime, outro foco da Operação, será concentrado em áreas críticas do estado que irão ser objeto de monitoramento. "Na área yanomami, combateremos o garimpo ilegal; na entrada da BR-174 em Pacaraima, os crimes de contrabando e descaminho; em Uiramutã, estes mesmos crimes, onde também há focos de garimpo ilegal; nos municípios de Normandia e Bonfim, contrabando e tráfico de pessoas; e, por fim, na região sudeste do estado, a extração ilegal de madeira", disse o General Jaborandy.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Romero Jucá, V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Requião, como orador inscrito, pelo tempo regimental de 20 minutos.

A Srª Ana Rita deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Com a palavra, o Senador Roberto Requião, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Vou lavar, Presidente, hoje, em um terreno mais árido do que comumente o faço.

Como Governador do Paraná, dei início a um sistema de proteção da micro e pequena empresa que acabou inspirando o Simples do Governo Federal. O nosso imposto para as micros era zero e, na média, num sistema progressivo, o imposto das pequenas empresas era de 2%. Mas hoje, com essa discussão do ICMS, da padronização do ICMS entre Estados, as pequenas empresas estão sofrendo uma ameaça bem concreta.

Diante dessas agruras que vêm passando as microempresas, as pequenas empresas no Brasil, inclusive o Paraná, no meu Estado, principalmente resultado da expansão desmesurada do regime da substituição tributária, venho à tribuna do Congresso tecer algumas considerações.

É um pronunciamento árido, para o qual peço a atenção especial de todos os micros e pequenos empresários do Brasil e dos meus pares no Senado da República.

A característica fundamental, fulgurante, do ICMS é consubstanciada na sua incidência plurifásica e tem sido, de uns tempos a esta data, ferida de morte pelo crescente e intensivo uso pelas unidades federadas, do regime de “substituição tributária para a frente”, que implica o pagamento do tributo numa fase única, na origem – na fábrica ou na distribuição – aplicada a alíquota de lei sobre o valor da operação de venda final, valor esse, por regra, estimado e fixado pelas Fazendas Estaduais.

A marca fundamental do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, que é o de sua incidência nas várias etapas do processo de circulação da mercadoria, na sistemática de crédito e débito, deixa lugar, assim, para uma imposição unitária, que antecipa fictamente a ocorrência dos fatos jurídicos tributários.

Nós temos uma antecipação de toda a cadeia de operações. Não se pode deixar de acentuar as re-

servas que pairam sobre esse regime (mesmo após a Emenda Constitucional nº 3, de 1993), especialmente nas operações em que se exorbita o valor da exação por artifício de estimativa de base de cálculo descolada da realidade das operações mercantis, o que faz sofrerem os Princípios Gerais da Tributação pela via transversa do dimensionamento de bases de cálculo e (ou) de alíquotas reais desvinculadas das legalmente estabelecidas.

Em tais circunstâncias, dois fenômenos podem ocorrer, ínsitos à própria dinâmica econômica de formação de preços: paga-se o ICMS em valor acima ou abaixo daquele que resulta da aplicação da alíquota legal sobre o preço efetivo praticado na operação com o consumidor final da mercadoria ou do serviço. Não há uma relação entre a substituição tributária e a realidade do mercado em sua instância final.

Entretanto, o que se deseja assinalar, Senador Jucá, são aqui os efeitos deletérios da generalização do sistema de pagamento ICMS-ST (Substituição Tributária), especialmente os que se relacionam aos impactos sobre os preços e sobre as disfunções da organização da parte da produção e da distribuição de bens e serviços.

Vamos lá. Os preços relativos são modificados por duas causas básicas: (1) pela estipulação das ditas Margens de Valor Adicionado (MVA), regra geral estimada em valores acima das correntemente praticadas pelo mercado, é a regra mais comum; (2) no caso das vendas finais a consumidor realizadas por empresas enquadradas no Simples Nacional, pela mudança de alíquota de incidência determinada à luz de suas respectivas faixas de faturamento; agora, e para as mercadorias eleitas para a percussão do ICMS-ST, pela aplicação da carga tributária ou alíquota legal fixada em razão do bem ou serviço vendido – normalmente, variando entre 7% e 29%. Percebam a irracionalidade do processo.

As disfunções no processo de dar fluxo eficaz à produção e à distribuição da riqueza gerada – bens e serviços – decorrem de situações que seguem: (a) por conta do expressivo aumento das necessidades de capital de giro para suportar o pagamento antecipado do sistema de substituição tributária; (b) por induzirem à concentração da produção e da comercialização nas mãos de organizações com capacidade para bancar o custo financeiro dos acréscimos de capital de giro; (c) por colocarem diante dos agentes econômicos o desafio de engendram novos sistemas operacionais para atingir os demandantes finais de seus bens e serviços pela via das vendas diretas, suprimindo, portanto, os substituídos, liquidando esse pequeno, micro e médio comércio intermediário.

Tem-se, ainda, que a elevação dos preços das mercadorias, ora em perigosa disseminação e integrante de pauta pública de preocupação dos cidadãos brasileiros, é impulsionada, em grande medida, pelo aumento desabusado e sem freios do instituto da substituição tributária que, praticamente, desvirtua o ICMS em seu conceito de imposto não cumulativo sobre o consumo.

É sabido e ressabido que o uso massivo do regime de ICMS-ST deixa perpassar, para os que se debruçam em analisar as finanças públicas, o sentimento de que os desequilíbrios na execução financeira dos orçamentos governamentais têm seu ônus transmitido, sorrateiramente, para toda a sociedade pela correia de novos preços nominais que embutem a majoração derivada dos fenômenos que assinalamos.

De sua vez, o aludido regime é o que propicia resposta rápida em termos de arrecadação tributária e de atendimento às insaciáveis necessidades de financiamento do setor público.

Assim, tudo conhecido e reconhecido, estamos nos permitindo sugerir ao Senado Federal, que é responsável pela fixação dessas alíquotas, a adoção de medida que atenua a perversidade e os nefastos efeitos da substituição tributária.

A primeira seria no sentido de, nas compras feitas pelas micro e pequenas empresas de mercadorias e produtos colocados no regime de substituição tributária integrantes do Simples Nacional, permitir que o pagamento do ICMS se faça na maior alíquota existente no sistema do Simples.

Para tanto, haveríamos de incluir um parágrafo no art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, a Lei do Simples Nacional. Ficaria assim: “§4º. Os produtos ou mercadorias sujeitos à substituição tributária adquiridos por microempresa ou empresa de pequeno porte, enquadrada no Simples Nacional, terão incidência do ICMS à alíquota [máxima do Simples hoje] de 3,95%”.

Reitere-se que essa alíquota de 3,95% aplicável à faixa de faturamento superior do ICMS no Simples Nacional, nas operações de indústria e comércio, impediria a quebraadeira, a falência e a impossibilidade da continuidade de micro e pequenas empresas no Brasil.

É a proposta que inicialmente eu coloco à consideração do Senado da República e que levarei, com algum aperfeiçoamento, à Comissão de Assuntos Econômicos do nosso Senado.

Obrigado, Presidente, pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Agradeço ao Senador Roberto Requião.

Quero registrar a presença dos estudantes do curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Palmas. Sejam bem-vindos ao Senado Federal!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Os Srs. Senadores Paulo Bauer, Cícero Lucena, Mário Couto, Cássio Cunha Lima, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Cyro Miranda e Aloysio Nunes Ferreira enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Blogueira cubana aceita convite do PSDB e vai a Brasília visitar Congresso”, publicada pelo jornal *Estado de S. Paulo* em sua edição de 20 de fevereiro de 2013.

A matéria destaca o convite feito pelo PSDB para que a Blogueira cubana visitasse o Congresso Nacional. O convite foi feito pelo deputado Otávio Leite e pelo senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO BAUER EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

BLOGUEIRA CUBANA ACEITA CONVITE DO PSDB E VAI A BRASÍLIA VISITAR CONGRESSO

20 de fevereiro de 2013 | 2h 02

Denise Madueño, João Domingos
BRASÍLIA – *O Estado de S. Paulo*

A blogueira cubana Yoani Sánchez mudou sua agenda no Brasil e decidiu partir hoje de Feira de Santana (BA) para Brasília, onde fará uma visita ao Congresso. Vítima da hostilidade de movimentos de esquerda, que impediram na segunda-feira a exibição do documentário Conexão Cuba-Honduras (mais informações nesta página), Yoani confirmou presença no Congresso a convite do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ) e do senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

O presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), comprometeu-se a pôr em votação na sessão de hoje um requerimento solicitando que a Polícia Federal proteja a blogueira durante sua permanência em território brasileiro. Alves levará ao plenário um texto alternativo ao requerimento original apresentado ontem pelo deputado Mendonça Filho (DEM-PE), que não foi aceito por setores governistas. “Essa não é uma ques-

tão de oposição ou de governo. (O tratamento a Yoani) está estrangendo o Brasil todo. Não é tradição do povo brasileiro (esse tipo de manifestação)", afirmou Henrique Alves.

"Ela tem sido agredida no País e não aceitamos isso. Yoani Sánchez é uma cidadã estrangeira, dissidente do regime ditatorial cubano e deve ter total proteção do Estado democrático brasileiro", afirmou Mendonça Filho.

No requerimento, o deputado também pediu à PF que investigue a atuação de Augusto Poppi Martins, assessor da Secretaria-Geral da Presidência, que, segundo a revista *Veja*, estaria envolvido em um suposto plano de espionagem e perseguição política à blogueira, em articulação com o governo de Raúl Castro. A Secretaria-Geral confirmou que Poppi Martins recebeu um CD com informações sobre a blogueira, mas negou seu envolvimento em um complô.

O líder do PPS, Rubens Bueno (PR), divulgou nota de apoio a Yoani, "símbolo da luta pela democracia em seu país". Ele considerou "inadmissíveis" as manifestações como a ocorrida em Feira de Santana, quando militantes de grupos de esquerda impediram a exibição do documentário.

"Democracia e liberdade de opinião não podem descambar para manifestações de fanatismo retrógrado", afirmou a nota de Bueno. Referindo-se à reportagem de *Veja*, o PPS também condenou a "utilização do aparelho estatal e a participação de funcionários do governo, até do Palácio do Planalto, na distribuição de um dossiê delirante contra a blogueira, que nada mais fez em seu país do que lutar pelos direitos de liberdade de opinião e manifestação de um povo".

Bueno afirmou ainda que Yoani merece o apoio de todos que lutam pela liberdade dos povos e defendem a plena democracia. "E o governo brasileiro tem a obrigação de garantir a segurança e o pleno direito de ir e vir da blogueira durante a sua passagem pelo País."

APÓS INTIMIDAÇÃO, YOANI RECEBE ESCOLTA POLICIAL

20 de fevereiro de 2013 | 2h 01

Guilherme Russo, Enviado Especial,
Feira de Santana (BA) – *O Estado de S.Paulo*

Em reação aos protestos dos quais a blogueira cubana e colunista do Estado Yoani Sánchez tem

sido alvo desde que chegou ao Brasil, as Polícias Militar e Civil e a Guarda Municipal de Feira de Santana (BA) montaram ontem um esquema de proteção para a ativista, evitando que ela sofra eventuais agressões em meio às mobilizações de movimentos de esquerda.

Yoani passou a contar, ainda, com dois seguranças que a acompanharão em suas aparições públicas até que ela deixe a Bahia, hoje. Na noite anterior, ela havia enfrentado um intenso protesto, que impediu a exibição do documentário *Conexão Cuba-Honduras*, no qual Yoani é uma das entrevistadas, num centro cultural da cidade. Impressionado com a manifestação, o prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo de Carvalho (DEM), que esteve no local, pediu ao comando da PM o reforço policial.

A UJS promete organizar mais mobilizações de repúdio à presença de Yoani no Brasil. Entre elas, um "tuitaço" marcado para hoje, quando a blogueira deve ir para Brasília e São Paulo.

Yoani almoçou ontem em um restaurante típico de comida da Bahia, ao som de baiões tocados ao vivo por uma banda local. Tímida, a blogueira acabou cedendo a pedidos e subiu ao palco, onde arriscou alguns passos de forró.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do doutor em economia pela EPGE/FGV e ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, intitulado: "Reinvenção da conta de movimento", publicado pelo jornal *Valor* em sua edição de 04 de março de 2013.

Segundo o autor, os empréstimos do Tesouro aos bancos públicos saltaram de 0,5% a 9,2% do PIB de 2007 para cá. Ainda, segundo o autor, o BNDES transformou-se de uma instituição financeira que tinha uma captação diversificada para um mero repassador de recursos providos pelo Tesouro.

Sr. Presidente, requero que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Reinvenção da conta de movimento

Guilherme Loyola

Essingida das cinzas, a velha conta de movimento, que se julgava extinta em meados dos anos 1990, assumiu em pleno início do século XXI uma nova roupagem e tem agora o papel explícito de irrigar a economia com financiamentos de longo prazo. Não mais abastecida diretamente pelo Banco Central (BC), mas sim por emissão de dívida pública federal, a nova conta de movimento opera por meio principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os números são impressionantes. Os empréstimos do Tesouro Nacional para os bancos públicos saltaram de R\$ 14 bilhões no final de 2007, 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para R\$ 406 bilhões no final do ano passado (9,2% do PIB). Nos últimos cinco anos, o BNDES transformou-se de uma instituição financeira que tinha uma captação diversificada para um mero repassador de recursos providos pelo Tesouro. Há cinco anos, apenas 15% do passivo do banco correspondiam a empréstimos do Tesouro Nacional. Hoje, esse número beira os 55%, com previsão de aumentar ainda mais no decorrer de 2013, caso se materialize a promessa de repasses adicionais de R\$ 8 bilhões.

Os riscos são enormes. A dívida bruta do governo tem crescido de maneira acelerada, em razão da emissão de títulos para fazer frente ao repasse de recursos ao BNDES. Quanto à dívida líquida, embora os indicadores oficiais mostrem sua queda como proporção do PIB, essa trajetória benigna é ilusória, posto que os

múltiplos do Tesouro com o BNDES não têm liquidez suficiente que permita seu abatimento da dívida bruta para efeito da apuração da dívida líquida. Uma coisa é retirar do total da dívida bruta, por exemplo, as reservas internacionais do país que são líquidas por definição. Bem diferente é abater da dívida bruta os repasses do Tesouro ao BNDES, cuja liquidez é bem menor. Mesmo que se desconsidere o risco de crédito inerente às operações ativas do banco, não é razoável crer que o Tesouro, em caso de necessidade, possa reaver rapidamente os recursos aportados ao BNDES. Não apenas os créditos do banco são de longo prazo, como também uma contração do crédito nessas condições seria fatal do ponto de vista sistêmico, elevando sobremaneira o risco de inadimplimento dos seus devedores.

Por outro lado, tendo em vista que os aportes ao BNDES são realizados com taxas de juros subsidiadas — ou seja, abaixo do custo de endividamento do Tesouro — as contas públicas não têm se beneficiado da queda da taxa de juros básica ocorrida nos últimos meses. Além disso, como o subsídio nas taxas de juros não é explicitado nas contas primárias do governo, a opacidade é cada vez maior na política fiscal, facilitando a realização de toscas manobras para inchar o resultado primário, como é o caso da antecipação sistemática de pagamentos de dividendos pelo BNDES ao Tesouro, com os recursos que lhe foram repassados pelo próprio Tesouro no mesmo exercício.

Os danos à liquidez fiscal são amplificados pelo fato de o governo estar com crescentes difi-

culdades para gerar superávits primários legítimos, sem recorrer a artifícios contábeis. Como se sabe, o principal ofensor das contas públicas nos últimos dois anos tem sido o aumento real das despesas que automaticamente são reajustadas em linha com a elevação do salário mínimo. Como as receitas não têm crescido na mesma proporção, em razão inclusive das desonerações adotadas em 2011 e 2012, a política de reajustes automáticos do salário mínimo adotarla pelo governo Dilma se mostra desastrosa, afetando inclusive a capacidade de investimento do governo federal, num momento em que as necessidades de investimento se avolumam.

Os empréstimos do Tesouro aos bancos públicos saltaram de 0,5% a 9,2% do PIB de 2007 para cá

Contudo, não se restringem ao campo fiscal os riscos associados aos repasses massivos de recursos ao BNDES. Com efeito, essa instituição — que foi concebida para complementar a atuação dos bancos comerciais e do mercado de capitais — está provocando hoje uma atrofia do mercado de capitais brasileiro, inibindo o seu desenvolvimento. Nesse ambiente, os mecanismos de alocação de recursos pelo mercado definham, diminuindo a eficiência alocativa na economia e colocando as empresas à mercê das políticas governamentais de crédito nas suas decisões de investimento. Facilita-se, as-

sim, a criação de uma política de vencedores e vencidos, como se vê, por exemplo, nas ações adotadas pelo BNDES para por em marcha a delicante ideia da criação em proveito de empresas "campeãs nacionais".

Por tudo isso, faz necessária a cessação imediata da política de repasse de recursos do Tesouro aos bancos públicos, notadamente ao BNDES, antes que a situação fiscal atinja um ponto crítico. Não parece que a criação de um sistema de financiamento paralelo, abastecido com recursos fornecidos pelo Tesouro, possa ser a solução definitiva e sustentável para a escassez de recursos de longo prazo no Brasil. Ao contrário, os crescentes riscos fiscais dessa estratégia associá-los ao aumento de ineficiência na alocação de recursos apenas agravarão os problemas de sustentabilidade do crescimento vivenciados no momento pela economia brasileira. O passado que o diga.

Guilherme Loyola doutor em economia pela EPCGE/FGV, foi presidente do Banco Central e sócio-diretor da Terceiros Consultoria Integrada, em São Paulo. Escreve mensalmente às segundas-feiras. glloyola@terceiros.com.br

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro das matérias sobre o mensalão intituladas: “PF vai investigar se Lula participou do mensalão”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* de 06/04/2013, “Inquérito investigará denúncia de Valério sobre Lula”, publicada no Jornal *O Globo* de 06/04/2013 e “Procuradoria aciona PF para investigar Lula no mensalão”, publicada no jornal *Estado de S. Paulo* de 06/04/2013.

As matérias destacam a iniciativa da Procuradoria da República no Distrito Federal de solicitar que a Polícia Federal abra inquérito para apurar a acusação

de Marcos Valério segundo a qual o ex-presidente Lula negociou, no início de seu mandato, repasses ilegais para o PT com Miguel Horta, então presidente da Portugal Telecom.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Procuradoria aciona PF para investigar Lula no mensalão

Ministério Público pede 1ª apuração formal após depoimento de Valério, que acusou petista de negociar com Portugal Telecom repasse ilegal ao PT

*Alana Rizzo
Felipe Recondo / BRASILIA*

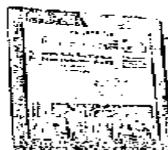
A Procuradoria da República no Distrito Federal pediu ontem à Polícia Federal a abertura de um inquérito para apurar a acusação do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza segundo a qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva negociou, no início de seu mandato, repasses ilegais para o PT com Miguel Horta, então presidente da Portugal Telecom.

Trata-se do primeiro inquérito aberto formalmente para investigar o conteúdo do depoimento prestado à Procuradoria-Geral da República em 24 de setembro de 2012 por Valério, condenado a mais de 40 anos de prisão por operar o mensalão. O conteúdo do depoimento, no qual o empresário afirma, entre outras coisas, que Lula sabia do mensalão e teve despesas pessoais pagas com dinheiro do esquema, foi revelado pelo Estado em dezembro.

A Procuradoria do Distrito Federal já havia instaurado seis procedimentos preliminares para analisar as acusações feitas por

Valério no depoimento. A abertura de inquérito é o passo seguinte à análise prévia dessas acusações.

No caso da Portugal Telecom, Valério disse que Lula e o então



Leia o Mensalão no Tablet.

ministro da Fazenda, Antonio Palocci, reuniram-se com Horta no Palácio Planalto e combinaram que uma fornecedora da empresa em Macau, na China, transferiria R\$ 7 milhões para o PT.

O dinheiro, ainda segundo Valério, chegou ao Brasil por meio de contas bancárias de publicitários que prestaram serviços para campanhas eleitorais petistas.

As negociações com a Portugal Telecom estariam por trás da viagem feita em 2005 a Portugal por Valério, seu ex-advogado Rogério Tojentino e o ex-secretário do PTB Emerson Palmieri. Segundo o presidente do PTB, Roberto Jefferson, o então minis-

tro da Casa Civil, José Dirceu, havia incumbido Valério de ir a Portugal para negociar a doação de recursos da Portugal Telecom para o PT e o PTB. Essa missão e os depoimentos de Jefferson e Palmieri foram usados à exaustão ao longo do julgamento do mensalão para mostrar o envolvimento de Dirceu no esquema.

O dinheiro, segundo as acusações de Valério, foi usado para pagar dívidas com a dupla sertaneja Zezé Di Camargo e Luciano, que se apresentava em comícios petistas, além do publicitário Nizan Guanaes, que realizou a campanha do petista Jorge Bittar à Prefeitura do Rio em 2004. As operações teriam ocorrido em 2005.

O publicitário e a dupla negaram ter recebido pagamentos ilegais.

O presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, informou que o ex-presidente não vai comentar a abertura do inquérito pela procuradoria do Distrito Federal. Em outra ocasião, Lula classificou o depoimento de Valério de “mentiroso”. Miguel Horta nega ter tratado de repasses ilegais com integrantes do governo.

O GLOBO

2ª Edição Sábado 6.4.2013

Inquérito investigará denúncia de Valério sobre Lula

PF vai apurar relato de que ex-presidente teria negociado com empresa repasse de US\$ 7 milhões a PT

VINICIUS SASSINE
vinicius.jorge@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. A Procuradoria da República no Distrito Federal pediu ontem que a Polícia Federal (PF) abra inquérito para investigar uma das denúncias feitas por Marcos Valério, o operador do mensalão, envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Valério depôs à Procuradoria Geral da República (PGR) em setembro de 2012, com o julgamento do mensalão em curso no Supremo Tribunal Federal (STF). Após uma análise do depoimento, a Procuradoria da República no DF, que ficou responsável por analisar as declarações e conduzir eventuais investigações, fez o primeiro pedido para que a PF investigue Lula.

Em nota, a procuradoria informou que o pedido de abertura de inquérito se refere a um suposto repasse de US\$ 7 milhões da Portugal Telecom em Macau, na China, ao PT, por meio de contas bancárias no exterior. No depoimento prestado à PGR, Valério acusou Lula de ter negociado o repasse com o então presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta, segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", que revelou o teor das declarações em novembro de 2012.

O operador do mensalão disse que Lula e o então ministro da Fazenda, An-

tonio Palocci, reuniram-se com Miguel Horta no Palácio do Planalto.

O depoimento de Valério, condenado pelo STF a 40 anos, um mês e seis dias de prisão e ao pagamento de multa de R\$ 2,78 milhões, foi dividido em oito fatos na Procuradoria da República no DF, para onde foi remetido. Dois desses fatos já eram objeto de inquéritos policiais: os trechos equivalentes do depoimento foram anexados às investigações em curso. Os outros seis foram transformados em procedimentos criminais.

O pedido de abertura de inquérito na PF se refere a um desses procedimentos. O ofício remetido à chefia da PF em Brasília foi assinado na última quinta-feira. Cabe à polícia analisar se há urgência para a abertura do procedimento. Um segundo procedimento foi remetido à Procuradoria Regional da República da 1ª Região, para investigação de crime eleitoral. A acusação feita por Valério se refere a supostos repasses irregulares na campanha presidencial de 2002 e não envolve Lula diretamente, segundo a Procuradoria da República no DF. Em nota, o presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, disse, sobre o pedido de abertura de inquérito pela PF, que "não há nova informação em relação às que foram publicadas há cinco meses pelo jornal 'O Estado de S. Paulo'."

PF vai investigar se Lula participou do mensalão

Denúncias de Marcos Valério serão apuradas; ex-presidente sempre negou acusações

A Procuradoria da República no Distrito Federal pediu à Polícia Federal que investigue denúncias do operador do mensalão, Marcos Valério de Souza, contra o ex-presidente Lula e o ex-ministro Antonio Palocci.

É a primeira vez que será aberto inquérito para apurar se Lula atuou no esquema.

Condenado a 40 anos de prisão no julgamento do mensalão, Valério fez acusações à Procuradoria-Geral da República em setembro.

À época, ele afirmou que Lula, Palocci e Miguel Horta, então presidente da Portugal Telecom, negociaram repasse de US\$ 7 milhões ao PT para financiar campanhas do partido. Horta também deve ser investigado.

Palocci, Lula e Horta sempre negaram a acusação. Em nota, o Instituto Lula disse que “não há informação nova” em relação ao divulgado na fala de Valério. Para o advogado de Palocci, a denúncia é “invençioneira”. **Paulo A.**

PF vai investigar se Lula participou do mensalão

Pela primeira vez ex-presidente será objeto de inquérito criminal sobre o caso

Medida foi pedida pelo Ministério Público com base na afirmação de Valério de que Lula negociou repasse ao PT

MATHEUS LEITÃO
FERNANDO MELLO

A Procuradoria da República no Distrito Federal pediu ontem à Polícia Federal a abertura de inquérito para investigar acusações feitas pelo operador do mensalão, Marcos Valério de Souza, contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-ministro Antonio Palocci.

É primeira vez que será aberto inquérito criminal para investigar se Lula atuou no mensalão.

No processo principal do escândalo, julgado no ano passado pelo Supremo, Lula não foi investigado. Ele prestou depoimento, por ofício, apenas na condição de testemunha arrolada por diferentes réus do processo.

O pedido de abertura de inquérito tem como base depoimento de Valério à Procuradoria-Geral da República em setembro, no meio do julgamento do mensalão.

Entre outras acusações, Valério afirmou que Lula, Palocci e Miguel Horta, então presidente da Portugal Telecom, negociaram repasse de US\$ 7 milhões para o PT.

Segundo pechucas com acesso ao depoimento, sob sigilo, Valério afirmou que o ex-presidente e Palocci reuniram-se com Horta no Palácio do Planalto e combinaram que uma fornecedora da Portugal Telecom em Macau, na China, transferiria o valor combinado para o PT.

O dinheiro seria usado em campanhas petistas e para pagar os deputados da base, segundo Valério. Horta também deverá ser investigado.

O depoimento foi enviado para a primeira instância já que nenhum dos citados têm foro privilegiado.

No pedido enviado ontem à PF, que é obrigada a abrir o inquérito, a Procuradoria solicitou "diligências" para averiguar até a exata data do encontro citado por Valério.

No mês passado, a Procuradoria analisou o depoimento de Valério e, a partir daí,

AS ACUSAÇÕES DE VALÉRIO
Promotoria pede abertura de inquérito para investigar suposta participação de Lula no mensalão



Início

Em setembro do ano passado, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, condenado no julgamento do mensalão, deu um depoimento à PGR acusando o ex-presidente Lula de envolvimento no esquema



Desvio

Como Lula não possui foro privilegiado, o depoimento foi enviado à Procuradoria da República em Minas, que descartou investigar as acusações e remeteu os papéis para apuração da Procuradoria no Distrito Federal



Resultado

A Procuradoria no DF abriu seis procedimentos criminais em decorrência das acusações feitas por Valério. Para um deles, sobre a suspeita de envolvimento de Lula com uma empresa portuguesa, foi pedida a abertura de inquérito

LULA TENTOU OBTER RECURSOS DA PORTUGAL TELECOM?



Marcos Valério



Miguel Horta



Antonio Palocci



O QUE DIZ VALÉRIO

Afirmou que Lula e o então ministro Antonio Palocci receberam Miguel Horta, da empresa de telefonia Portugal Telecom, no Planalto, e combinaram um repasse de US\$ 7 milhões para o PT



O QUE JÁ SE SABIA

Segundo Roberto Jefferson, o ministro José Dirceu havia incumbido Valério e o ex-dirigente do PTB Emerson Palmieri de ir a Lisboa obter de Portugal Telecom uma doação ao PT e ao PTB



OUTRO LADO

Miguel Horta nega a acusação. Ele afirma que suas reuniões com Valério ocorreram por causa da Telemig e que o empresário jamais se apresentou como sendo do "PT do Brasil"

abriu seis procedimentos criminais, além de anexar algumas das acusações a dois inquéritos já abertos.

Os seis procedimentos são preliminares e podem ou não virar inquéritos. O primeiro pedido de abertura de investigação foi feito ontem.

Condenado a 40 anos de prisão no julgamento do mensalão, Valério fez outras acusações no depoimento, como a de que Lula se beneficiou com recursos do esquema. O petista sempre negou.

OUTRO LADO

O presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, afir-

mou em nota que "não há nova informação em relação às publicadas há cinco meses", quando o depoimento de Valério foi remetido à primeira instância.

Advogado do ex-ministro Palocci, José Roberto Batochio chamou o depoimento de Marcos Valério de "invenção".

Segundo ele, o próprio Horta já negou publicamente qualquer pedido de ajuda financeira ao PT. "Se houver uma investigação, será sobre algo que não ocorreu."

A Folha não conseguiu contato ontem com a Portugal Telecom.

Ministro finaliza o último voto do julgamento

DE BRASÍLIA

O gabinete do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, informou que a revisão de seu voto no julgamento do mensalão foi concluída ontem à noite, mas que o material somente será liberado no sistema na tarde da próxima segunda-feira.

A contribuição de Celso de Mello é a única pendência para que o acórdão, resultado oficial do julgamento, seja publicado, abrindo o prazo para os recursos dos advogados.

O voto do ministro é extenso, com mais de 250 documentos, já que ele foi um dos integrantes do tribunal que mais se pronunciaram durante o julgamento ocorrido no ano passado e que se estendeu por mais de quatro meses.

Assim que sua revisão for liberada, a presidência do tribunal informou que ainda precisará de dois ou três dias com a formatação de todo o material, que terá milhares de páginas, para ser publicado no "Diário de Justiça".

Na noite de anteontem, o advogado Márcio Thomaz Bastos endereçou reclamação ao revisor do processo do mensalão e vice-presidente do STF, Ricardo Lewandowski, afirmando que seu colega e presidente do tribunal, Joaquim Barbosa, está descumprindo o regimento da corte ao não levar ao plenário o pedido de acesso aos votos antes da publicação do acórdão.

O caso, no entanto, não será analisado por Lewandowski, já que um pedido semelhante havia sido distribuído ao gabinete da ministra Rosa Weber.

O advogado, que é ex-ministro da Justiça, atua no caso como defensor do ex-vice-presidente do Banco Rural José Roberto Salgado, condenado a 16 anos e oito meses de prisão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do historiador Marco Antonio Villa, intitulado: “Um cidadão acima de qualquer suspeita”, publicado pelo jornal *O Globo* em sua edição de 21 de janeiro de 2013.

Segundo o autor, são abundantes os indícios que ligam Lula a um conjunto de escândalos. O que está faltando é o passo inicial que tem de ser dado pelo Ministério Público: a investigação das denúncias.

MARCO ANTONIO VILLA

Um cidadão acima de qualquer suspeita

L uiz Inácio Lula da Silva se considera um cidadão acima de qualquer suspeita. Mais ainda: acha que paira sobre as leis e a Constituição. Presume que pode fazer qualquer ato, sem ter que responder por suas consequências. Simula ignorar as graves acusações que pesam sobre sua longa passagem pela Presidência da República. Não gosta de perguntas que considera incômodas. Conhecedor da política brasileira, sabe que os limites do poder são muito elásticos. E espera que logo tudo caia no esquecimento.

Como um moderno Pedro Malasartes, vai se desviando dos escândalos. Finge ser vítima dos seus opositores e, como um sujeito sábio, nas sábias palavras do ministro Marco Aurélio, ignora as gravíssimas acusações de corrupção que pesam sobre o seu governo e que teriam contado, algumas delas, com seu envolvimento direto. Exigindo impunidade para seus atos, o ex-presidente ainda ameaça aqueles que apontam seus desvios éticos e as improbidades administrativas. Não faltam adlites para secundá-lo. Afinal, a burra governamental parece infinita e sem qualquer controle.

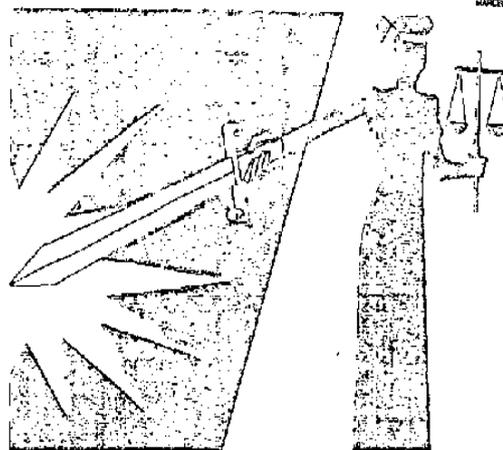
Indiferente às turbulências, como numa comédia pastelão, Lula continua representando o papel de guia genial dos povos. Recentemente, teve a desfaçatez de ditar publicamente ordens ao prefeito paulistano Fernando Haddad, que considerou a humilhação, por incrível que pareça, uma homenagem.

Contudo, um espectro passou a rondar os dias e noites de Luiz Inácio Lula da Silva, o espectro da justiça. Quem confundiu impunidade com li-

cença eterna para cometer atos ilícitos está, agora, numa situação de risco. O vazamento do depoimento de Marcos Vairério — sentenciado no processo do mensalão a 40 anos de prisão — e as denúncias que pesam sobre o ex-chefe do gabinete da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha, deixam Lula contra a parede. O figurino de presidente que nada sabe, o Forrest Gump tupiniquim, está desgastado.

No processo do mensalão Lula representou o papel do traidor, que desconfia de tentativas realizadas inclusive no Palácio do Planalto — o relator Joaquim Barbosa chamou de “reuniões clandestinas”, do mesmo modo, nada viu de estranho quando, em 2002, o então Partido Liberal foi comprado por 10 milhões, era uma reunião que contou com sua presença. Não percebeu a relação entre o favorecimento na concessão para efetuar operações de crédito consignado ao BNC, a posterior venda da carteira para a Caixa Econômica Federal e o lucro milionário obtido pelo banco. Também pressionou de todas as formas para que, em abril de 2006, não constassem do relatório final da CP-ML dos Correios as nebulosas relações do seu filho, Fábio Luiz da Silva, conhecido como Lulinha, e uma empresa de telefonia.

No ano passado, ameaçou o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. Fez chantagem. Foi repellido. Temia o resultado do julgamento do mensalão, pois sabia de tudo. Tinha sido, não custa lembrar, o grande favorecido pelo esquema de assalto ao poder, verdadeira tentativa de golpe de Estado. A resposta dos



São abundantes os indícios que ligam Lula a um conjunto de escândalos. O que está faltando é o passo inicial que tem de ser dado pelo Ministério Público: a investigação das denúncias

ministros do STF foi efetuar um julgamento limpo, transparente, e a condenação do núcleo político do esquema do mensalão, inclusive do chefe da quadrilha — denominação dada pelo procurador-geral da República Roberto Gurgel — sentenciado também por corrupção ativa, o ex-ministro (e todo poderoso) José Dirceu, a 10 anos e 10 meses de prisão. Para me-

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

decoração stalinista do cenário da Presidência em São Paulo? Também foi efetuada com recursos públicos? E, principalmente, as ações criminosas dos nomeados por Lula — para agrandar Rosemary — que produziram prejuízos ao Erário, além de outros danos? Ele não é o principal responsável? Afinal, ao menos, não perguntou as razões para tais nomeações?

Se isto é motivo de júbilo, ele pode se orgulhar de ter sido o primeiro presidente que, sem nenhum pudor, misturou assuntos pessoais com os negócios de Estado em escala nunca vista no Brasil. E o mais grave é que ele está ofendido com as revelações (parte delas, registre-se: e os 120 telefonemas trocados entre ele e Rosemary?). Lula sequer veio a público para apresentar alguma justificativa. Como se nós, os cidadãos que pagamos com os impostos todas as manobras realizadas pelo ex-presidente, fôssemos uns intrusos e ingratos, por estarmos nos “invadindo a sua vida pessoal”.

Hoje, são abundantes os indícios que ligam Lula a um conjunto de escândalos. O que está faltando é o passo inicial que tem de ser dado pelo Ministério Público Federal: a investigação das denúncias, cumprida sua atribuição constitucional. Ex-presidente, é bom que se registre, não tem prerrogativa de estar acima da lei. Em um Estado Democrático de Direito ninguém tem esse privilégio, obviamente. Portanto, a palavra agora está com o Ministério Público Federal. e

entendedor, meia palavra basta.

As últimas denúncias reforçam seu desprezo pelo respeito às leis. Uma delas demonstra como sempre agiu. Nomeou Rosemary Noronha para um cargo de responsabilidade. Como é sabido, não havia nenhuma interesse público na designação. Segundo revelações divulgadas na imprensa, desde 1993 tinham um “relacionamento íntimo” (para os strapes mortais a denominação é bem distinta). Levou-a a mais de duas dúzias de viagens internacionais — algumas vezes de forma clandestina —, sem que ela tenha tido qualquer atribuição administrativa. Nem vale a pena revelar os detalhes sórdidos descritos por aqueles que acompanharam estas viagens. Tudo foi pago pelo contribuinte. E a

Marco Antonio Villa é historiador e professor da Universidade Federal de São Carlos

Fale com o GLOBO | Geral e Redação (21) 2534-6000 | Circulação (21) 2534-4333 | Para assinar (21) 2534-4315 ou online.com.br/assinar

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS
Muito de notícias (21) 2534-9555
Banco de imagens (21) 2534-6777
Pesquisa (21) 2534-5778 Atendimento ao assinante (21) 2534-5680

PUBLICIDADE
Notícias (21) 2534-4300
Classificados (21) 2534-4333
Jornais de Bairro (21) 2534-4355

Missa, religião e fé: 0800-150000
Planão nas fileiras de cinema e tevê: (21) 2534-5501
Lugar: Rua Ineu Marinho 25, Cidade Nova
Internacional: Multicore, Inc. (USA)
Tel: +1-407-903-3000
E-mail: achados@multicoreusa.com

ASSHATHMA
Cultura do atendimento:
www.oglobo.com.br/asshathma
ou pelo telefone 4022-5300 (capitais e grandes cidades) e 0800-0279433
Zonas localizadas: de 2ª a 6ª feira, das 8h30m às 18h, e sábados, domingos e feriados, das 7h às 17h.
Twitter: @shathma, OGLOBO, Facebook: facebook.com/shathma.oglobo

Assinatura mensal com direito autocrático ao cartão de crédito ou débito em cartão-correnta (pouco de segurança a ser exigido para R\$100,00 normal, R\$12,30; promocional, R\$10,50)

VENDA AVULSAS/ATADES:
Data: 2013/01/02 às 15:00:00
SP e DF: 3,00 dólares no fator: 4,50;
Demais: R\$140 e ES: R\$ 400;
SP: R\$ 450 DF: R\$300; de 1ª a 6ª feira: 900

ATENDIMENTO AO LECTOR
De 2ª a 6ª feira, das 8h30m às 18h, e aos sábados, domingos, feriados, das 7h às 17h
Tel: (21) 2534-5500
oglobo.com.br/asshathma
EXEMPLARES ATACADO
Rua Marquês de Paraná 75 (Cidade Nova)
Prépio e caixa de correio
O GLOBO é assinante
ANJ - INC - CDA - 3P - 1/11

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB –PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do jornalista Fernando Gabeira, intitulado “Furacão sobre Cuba”, publicado pelo jornal *Estado de S. Paulo* em sua edição de 1º de março de 2013.

Segundo o autor, a campanha contra Yoani Sánchez, apoiada pelo batalhão digital do PT, cheirava a naftalina. Durante a visita da blogueira cubana no Brasil, a esquerda triunfante braseira com seus alia-

dos cubanos nos jogaram no século passado, após a recepção orquestrada por eles, à blogueira.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Furacão sobre Cuba

GABEIRA

Grande parte dos neurônios da esquerda triunfante brasileira foi irremediavelmente perdida na guerra fria. Com seus aliados cubanos, ela nos jogou no século passado durante a visita da blogueira Yoani Sánchez.

Sartre pediria um dose de abstinência para entender que outro furacão ameaça Cuba: a revolução digital. Marx precisaria de boas almofadas para acomodar seus furúnculos no bumbum ao constatar que uma ditadura comunista não resiste ao avanço tecnológico e científico da humanidade.

Cuba e Venezuela estão ligadas por fibra ótica. Do ponto de vista técnico, a ilha poderia estar toda conectada ao mundo e, pela criatividade e boa educação de seu povo, achar novos caminhos para superar seu atraso econômico. Mas o instrumento não pode ser usado em sua amplitude porque ameaça a estabilidade do governo. Para que o governo exista o atraso precisa sobreviver.

Yoani não é a primeira voz dissidente em Cuba. Mas foi a que melhor usou a conexão com o mundo não só para divulgar seus artigos, mas para garantir algum nível de proteção diante da burocracia. De longe, com seus cabelos longos, saias compridas, pode sugerir aquela personagem que sobe no rio e desanda a fazer milagre no filme *Tarzan*, de Pa-solini. Mas é articulada, responde a todas as perguntas, até às mais provocativas, e certamente também foi arrastada para o século passado com aquelas pessoas gritando palavras de ordem.

Digo isso porque no seu blog confessou que a experiência com os militantes brasileiros lhe lembrou coisas parecidas em Cuba, sobretudo os gritos de “traidora”

contra uma vizinha que iria para o Porto de Mariel na grande bandada permitida pelo governo. Numa entrevista ressaltou que nem os jovens cubanos usam mais o termo *lanque*. Um forte cheiro de naftalina exalou não só dos cartazes e gritos, mas de toda a história da campanha organizada pela embaixada cubana, com apoio do batalhão digital do PT.

O curioso é que dentre aqueles cartazes havia um que Yoani empunharia com naturalidade: o que pede o fim do embargo econômico à ilha. O problema é o bloqueio mental, porque torna mais denso o cerco econômico. A manobra articulada pelos cubanos e seus aliados na esquerda é típica de estrategistas que perderam o contato com a realidade. Constantemente obtêm o oposto do que projetaram.

A campanha contra Yoani aplicou a repercussão de sua visita ao Brasil e estendeu o halo de simpatia em torno de uma pessoa que luta pela liberdade de expressão. Em todos os contatos espontâneos ela recebeu carinho no País. Isso talvez tenha mostrado rapidamente a uma estrangeira que nossa política externa expressa a vontade de um partido dominante, não a vontade nacional.

Os neurônios perdidos na guerra fria fazem enorme falta à esquerda no poder. Por que não contestar com argumentos a luta pela liberdade de expressão num regime ditatorial? Simplesmente porque a burocracia cubana e, agora, a brasileira já não se dispõem ao debate, apenas à desqualificação dos que delas divergem.

No livro de Reinaldo Arenas: *Antes que Anoiteça* seguí, emocionado, alguns lances do aniquilamento de uma geração de intelectuais e poetas pelas forças da repressão. Percebi que, tanto ne-

le como em Raúl Rivero e mesmo em Juan Pedro Gutierrez, que vive em Havana, existe um grande vínculo com a vida, com os sentidos, e intuí que talvez ve-

Cheirava a naftalina a campanha contra Yoani Sánchez, apoiada pelo batalhão digital do PT

nia daí a força para prosseguir adiante, apesar da aspereza do cotidiano numa ditadura.

No dossiê que os burocratas cubanos prepararam contra Yoani consta que ela gosta de comer bananas e, às vezes, tomar cerveja com os amigos. Seu último fim de semana foi passado no Rio. Deve ter percebido que o crime que lhe atribuem é uma delinquência de massa, com tanta gente tomando cerveja num domingo de muito calor. A burocracia investe contra isso não apenas pela cerveja ou mesmo pelas bananas. Ela investe contra o prazer, contra a vida, da mesma forma que investiu contra os antecessores de Yoani. Esse é o núcleo indestrutível que ela não consegue alcançar. Suas táticas puritanas no Brasil, então, não têm a mínima chance de prosperar.

Yes, nós temos bananas. O Brasil não é só um grupo de caras de barba vociferando nas ruas e nos blogs. A passagem de Yoani foi uma contribuição nacional para iluminar a realidade cubana e dissipar a aura de romantismo em torno da revolução. Os adversários ajudaram, é verdade. Fizemos a parte do leão, admito. Se continuo nesse tom, acabo me empolgando e escrevendo que os adversários são bons companheiros, ninguém pode negar...

Em alguns momentos você pode errar de século ou mesmo

de alvo. Os sequestradores do embaixador americano, em setembro de 1969, quase o confundiram com o embaixador de Portugal. Quando houve um quebra-pau em Minas na passagem do Brizola por BH, um pouco antes do golpe de 64, José Maria Rabelo era protegido por uma segurança que socava todo mundo aos gritos de “vamos acabar com esses comunistas!”. José Maria agarrou-o pelos braços e disse: “Comunistas somos nós, comunistas somos nós”. E ele respondeu: “Ah, bem!”.

A recepção que cubanos e petistas eletrônicos deram a Yoani não terá a graça do século passado. É um equívoco que envolve o destino de 11 milhões de cubanos e a reputação internacional do Brasil. No passado, pelo menos, havia alguma imaginação. Se um dia a esquerda encastelada no poder for obrigada a voltar a lutar nas ruas por uma causa justa, estará perdida. Imaginem quem será convencido por um grupo de pessoas, narizes de palhaço, gritando coisas do século passado... Ainda não perceberam que o século passou e levou consigo a Juventude Hitlerista, os Guardas Vermelhos, deixando-nos apenas com uns estridentes palhaços chamando de traidora uma jovem mulher cuja vida é o exercício de liberdade.

Eduardo Suplicy bem que tentou fazê-los discutir, mostrar que tudo aquilo era absurdo. O embaixador cubano chegou a perguntar se o senador não era da CIA. Suplicy da CIA? Só quem não o conhece poderia pensar nisso. E quem conhece um pouco a CIA sabe que, apesar de todas as suas loucuras, não seria ousada a esse ponto.

✽
JORNALISTA

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista com o Líder da bancada do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira, intitulada “Aécio precisa construir sua candidatura no partido”, publicada pelo jornal *Valor* em sua edição de 26 de fevereiro de 2013.

O Senador Aloysio Nunes nega restrições dos tucanos paulistas a uma provável candidatura do Senador Aécio Neves à Presidência da República em 2014 e diz que o colega mineiro tem todas as condições de disputar pelo partido, mas não pode “precipitar as coisas”.

Sr. Presidente, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Aloysio Nunes Ferreira diz que quem deve pressa é Dilma

“AÉCIO PRECISA CONSTRUIR SUA CANDIDATURA NO PARTIDO”

Por **Raquel Uihôa** | De Brasília

Novo líder da bancada do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP) nega restrições dos tucanos paulistas a uma provável candidatura do senador Aécio Neves (MG) à Presidência da República em 2014 e diz que o colega mineiro tem todas as condições de disputar pelo partido, mas não pode “precipitar as coisas”.

Na contramão do discurso hoje dominante entre lideranças tucanas, que cobram pressa de Aécio, Nunes Ferreira diz que o colega de bancada precisa “construir” a candidatura. O líder não descarta o surgimento de outros nomes à disputa presidencial dentro do PSDB e, caso isso ocorra, defende a realização de prévias para a escolha.

Político ligado ao ex-governador José Serra (SP), duas vezes candidato a presidente pelo PSDB, a quem considera “um dos melhores amigos que fez na política e fora dela”, Nunes Ferreira afirma que ele está “quieto no seu canto” e precisa ser valorizado pelo partido.

“O PSDB tem que reconhecer o valor e o capital político de Serra. Agora, se ele vai ser candidato ou não, é preciso perguntar a ele”, diz, em entrevista ao *Valor*.

Valor: O senhor tem uma atuação parlamentar muito própria, com posições nem sempre majoritárias entre os tucanos. A liderança não engessa? Não exige muita diplomacia?

Aloysio Nunes Ferreira: Não estava esperando a eleição de líder. Foi uma conjuntura que surgiu e não sou de negar fogo. Minha vocação profunda é ser parlamentar. Desse ponto de vista, a liderança abre oportunidades enormes. Não sou diplomático. Não vou mudar minha maneira de ser. Em algumas questões não posso exigir que a bancada tenha posição absolutamente harmônica. Por exemplo: nas questões que fazem parte do chamado nó federativo e envolvem conflitos entre Estados e regiões. Os parlamentares têm compromissos fundamentais com suas regiões e é preciso respeitá-los.

Valor: Então vai ser difícil a bancada votar unida neste ano, que tem uma pauta cheia desses temas, como a mudança do Fundo de Participação dos Estados (FPE), com votação marcada para 19 de março, a unificação das alíquotas do ICMS, as compensações para Estados e municípios pelas perdas com o fim da guerra fiscal, a MP sobre a receita do petróleo e a renegociação das dívidas de Estados e municípios com a União, entre outros?

Nunes Ferreira: Com relação à dívida, não há divergências maiores entre os Estados. Talvez haja queda de braço com o governo. Mas a convergência é muito grande para tentar reduzir o limite de comprometimento da receita, além da mudança do indexador. O problema do ICMS é mais complexo do ponto de vista jurídico, porque a unificação das alíquotas em 4%, com a cobrança no destino, tem que ser casada com a criação do fundo de desenvolvimento regional para compensar perdas. São duas questões que têm de caminhar juntas, com instrumentos legislativos diferentes. No ICMS, o governo mudou a proposta que apresentou aqui. O prazo para a redução seria de oito anos, não tinha exceção e a linha de redução era constante. Pela proposta que o governo mandou, são 12 anos de prazo, numa linha quebrada e com duas exceções (Zona Franca de Manaus e operações com gás natural). Criou-se uma complexidade maior. Nós [São Paulo] gostaríamos de ter um prazo menor. Gostaríamos de ficar com aquilo que Nelson Barbosa anunciou aqui na Comissão de Assuntos Sociais (CAE)

e que foi negociado no Confaz. Existe uma mesa de negociações hoje, que está funcionando, e o governou sentou-se nela, o que é positivo. Essa mesa é o Confaz. Se essa mesa for virada, esquece. Nelson Barbosa é uma pessoa altamente qualificada para conduzir isso em nome do governo.

Valor: De qualquer forma, mesmo em questões que não envolvem disputas entre Estados, o PSDB não tem mesmo o hábito de fechar questão.

Nunes Ferreira: O PSDB é um partido da linha que tem a ver com Mao Tsé Tung: “que floresçam cem flores”. Mas apenas para estimular o debate e não para cortar cabeças, como fez Mao. Agora, uma coisa é certa: o PSDB é um partido de oposição e, com todas as diferenças de tom, estilo, e ênfase, nas questões políticas fundamentais a nossa bancada tem sido absolutamente coesa na oposição ao governo. É uma bancada que não hesita na hora de se contrapor ao governo nas questões políticas fundamentais.

Valor: Mas na eleição de Renan Calheiros (PMDB-AL) para presidente do Senado, a bancada ficou mal. Tomou publicamente posição contra o pemedebista, mas, segundo cálculos, houve a favor dele de quatro a seis dos votos entre os 11 senadores tucanos.

Nunes Ferreira: Foi um episódio ruim. Não gostei. Foi bastante discutido na bancada. Na primeira questão política séria, a bancada não se manifestou com coesão. Álvaro Dias [então líder] se empenhou muito. Mas existe aqui no Senado, infelizmente, um tipo de comportamento de colégio interno, de amigo, de grupo, que acaba interferindo nas eleições nas quais você tem que escolher um dos seus pares para ser o “primus inter pares”. Mas não há dúvida de que nesse caso houve um reflexo político ruim para o partido. Mas o episódio está esgotado e foi isolado dentro do comportamento coeso da bancada nas questões políticas fundamentais. Eu diria também que no episódio do Renan, a responsabilidade fundamental da eleição não é do PSDB. É basicamente do PT, do PMDB e da presidente Dilma Rousseff.

Valor: Para encerrar esse assunto, Renan anunciou medidas de austeridade, com cortes de gastos, redução de funções e fusão de órgãos. Isso pode colaborar para melhorar a imagem dele?

Nunes Ferreira: Eu gostei das medidas que ele anunciou em relação à administração. Espero que tenham consequência. São medidas necessárias, que precisam ser aprofundadas. Não é uma reforma profunda, mas é um início. Acho positivo que ele comece

a gestão retomando o tema da reforma administrativa e tomando medidas concretas nesse sentido.

Valor: O senhor assume a liderança num momento de pressão para que o senador Aécio Neves assumira a liderança da oposição e postura de candidato a presidente opositor. O senhor acha que ele tem que se lançar logo?

Nunes Ferreira: O que temos que fazer de imediato, do ponto de vista partidário, é a escolha de nova direção partidária que reflita uma unidade real do partido, que dê oportunidade para as principais lideranças do partido participar e atuar efetivamente, que tenha energia para enfrentar alguns problemas regionais que precisam ser superados e hoje afetam a vida do partido em regiões importantes, e tenha capacidade de formulação para propor uma plataforma eleitoral adequada para enfrentarmos 2014. Uma direção dinâmica, com boas ideias e, sobretudo, unitária. Essa é uma tarefa imediata. E que deve começar já. O processo começa a acontecer com a movimentação nos Estados [as convenções para escolha das novas direções municipais e estaduais acontecem, respectivamente, em março e abril]. A candidatura a presidente da República ficará para depois disso. Quem tem pressa em se lançar candidata é Dilma Rousseff, porque ela tem dois fantasmas que rondam a reeleição: o pífio desempenho do governo e a hipótese Lula.

“O governo deve muito na área social. Não é só aumentar o Bolsa Família e dizer que vai acabar com a miséria”

Valor: Acha que essa hipótese ainda existe?

Nunes Ferreira: Ela está tentando exorcizar, assumindo quase que inteiramente, de novo, a posição de criatura de Lula, que lhe valeu a eleição. Primeiro, porque a presença do Lula na ação política do governo é absolutamente avassaladora. Em segundo lugar, na falta de resultados novos para apresentar, ela cada vez mais se apega ao passado, aos bons resultados do governo do Lula, àquilo que o Lula deu de positivo e popular. Não é à toa a ênfase ao fim da miséria, porque ela não tem nada de novo para apresentar.

Valor: O governo Dilma não tem marca?

Nunes Ferreira: Não tem e está se agarrando desesperadamente à marca do Lula. E lançando uma campanha eleitoral com enorme aparato governamental, que vai desde a utilização da cadeia de rádio e televisão [na última, anunciou corte das tarifas de energia] até o desvario propagandístico com que o governo e suas empresas estatais inundam o rádio e

a televisão. Ela não tem nada de novo a apresentar, a não ser ressuscitar ícones do governo Lula e bater na velha retórica “nós somos o povo e eles são os adversários do povo”. É uma forma de demonizar a oposição procurando deslegitimar seu papel no regime democrático. Não sei se vai muito longe.

Valor: Sem querer atribuir à oposição o desejo do “quanto pior, melhor”, do jeito que a economia vai fica mais fácil pensar numa vitória sobre Dilma?

Nunes Ferreira: Não é só a economia. Tem a questão social. Eu me recuso a confinar o discurso oposicionista ao tema econômico, onde houve acertos. A queda da taxa de juros foi uma coisa importante. A diminuição da conta de energia, apesar do método autoritário e apressado como foi feito, é interessante e necessária. Claro que a economia é preocupante, com o desempenho baixo do PIB e, sobretudo, a volta da inflação. E isso atinge diretamente o povo. Agora, há temas que são altamente sensíveis, como a baixa qualidade de ensino no país, a falta de oportunidade de boas escolas, o saneamento básico que é um horror, a seca do Nordeste, a segurança pública, a tragédia do crack, sem que se veja nenhuma ação efetiva do governo, seja para combater os traficantes, seja para ajudar o dependente. Segurança pública zero, com ações esporádicas, como enviar tropas da força nacional para cá ou para lá. Enfim, tem muita coisa para ser explorada. O governo Dilma está devendo muito na área social. Não é só aumentar o Bolsa Família e dizer que vai acabar com a miséria daqui a um mês.

Valor: Por que é tão difícil convencer a população dessa suposta fragilidade da gestão Dilma?

Nunes Ferreira: Falta à oposição uma ação mais coordenada, mais orquestrada. A nossa oposição é congressional. Fora dos períodos eleitorais, ela se restringe ao Congresso, onde ela cumpre seu papel, mas é um papel limitado. Até porque o Congresso, por conta de suas mazelas, e também em razão do rebaixamento institucional geral promovido pelo PT, hoje não é exatamente considerado o altar da pátria pelos cidadãos. Mesmo na ação congressional, falta uma comunicação maior com os outros escalões parlamentares da própria oposição, falarmos a mesma linguagem nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas. Há muita desconexão entre diferentes segmentos do partido. Para não falar do partido com a sociedade.

“Foi uma proeza levar o Lula e a Dilma para o segundo turno [nas últimas eleições]. O povo queria continuidade”

Valor: Apesar disso, o PSDB está preparado para uma nova disputa presidencial?

Nunes Ferreira: Claro, é o maior partido de oposição, dirigimos Estados importantes, com contingente enorme de população, com bom desempenho dos governos, temos capacidade de ampliar nossas alianças a partir de dissidências do próprio campo governista. Temos bons quadros. Temos bons serviços prestados ao país, uma herança bendita a ser resgatada. E o PT nos faz um favor enorme ao nos espicaçar sobre esse tema.

Valor: Por quê? Força o PSDB a reagir e a defender o legado de seu governo?

Nunes Ferreira: A declaração da presidente Dilma é patética: “não devemos nada aos tucanos”. Eu digo isso constrangido, mas tem uma conotação ridícula. Ofende ao bom senso das pessoas. O que seria do Brasil, se o PT tivesse aplicado o programa inicial deles? O que seria do Brasil, se não tivesse a estabilização da moeda? O que seria o Brasil, se o Fernando Henrique, com coragem, não tivesse assumido a dívida mobiliária dos Estados, não tivesse feito o Proer, as privatizações. Imagine o sistema de telefonia hoje no Brasil, o que seria?

Valor: O senhor fala em eleger uma direção nacional do PSDB que represente unidade real do partido. Como superar as divergências entre São Paulo e Minas?

Nunes Ferreira: Essa polaridade não existe. É um mito, uma falsa questão. Quem é que está criando problema ao surgimento de uma candidatura unitária? Ninguém. Quem? O Alckmin? Eu? Serra? Não. Eu estou cumprindo meu papel na liderança da bancada. Fui eleito pela unanimidade dos meus pares. Tenho excelente relação com Aécio, de quem fui vice-líder na Câmara dos Deputados e com quem tenho relação muito boa, cordial, amiga. O governador Geraldo Alckmin se encaminha para a candidatura à reeleição. Não há um obstáculo que o Serra tenha posto à aspiração de quem quer que seja à Presidência da República neste momento. O Serra está quieto no canto dele.

Valor: Está mesmo?

Nunes Ferreira: Não tem atividade partidária. Perdeu a eleição em São Paulo, apesar do bom desempenho numa campanha difícil. Tem um enorme patrimônio político, eleitoral e intelectual. Mas não ocupa nenhum cargo partidário e nenhuma posição de poder. Quem está criando problema? Ninguém no nosso Estado.

Valor: É a vez de Aécio?

Nunes Ferreira: Pode vir a ser. Aécio tem todas as condições de ser nosso candidato a presidente. Agora, é uma candidatura que, como ele mesmo diz, tem que ser construída, dentro e fora do partido. Construída no campo das ideias, da atuação política, mas ele tem todas as condições. Agora, como político que conhece como ninguém a importância do tempo no processo político, não haverá de querer precipitar as coisas. O tempo implica um processo de construção que tem de ser feito por quem é candidato. Nas vezes em que fui candidato, fui eu que construí minha candidatura. Trazia apoios, envolvia as pessoas, chamava...

Valor: O senador Aécio parece estar conversando muito, não?

Nunes Ferreira: Tem feito isso e é o que tem que fazer. E faz bem. Agora, não ficaria eu cutucando o Aécio, para que seja candidato, criando um falso problema. Quem precisa ser candidata agora é a Dilma, que demonstra com isso enorme fragilidade política.

Valor: O senhor acha que Aécio deve assumir a presidência do partido em 25 de maio, na convenção nacional que elegerá o sucessor do deputado Sérgio Guerra (PE), para ter mais visibilidade, viajar e ter mais exposição no embate com o governo?

Nunes Ferreira: Não sei. A presidência do partido é resultante de um processo de unificação interna que tem que ser trabalhada. Primeiro, tem que construir essa unidade. A presidência do partido é resultante de um conjunto de forças que precisam se unir e convergir.

Valor: Muita coisa pode acontecer antes da escolha do candidato a presidente pelo PSDB?

Nunes Ferreira: Aécio tem que envolver, trabalhar, conversar, como já está fazendo. Agora, não fico cutucando o Aécio para ser candidato. Ele sabe do tempo dele. Mas poderão surgir outras candidaturas. E se surgir? O que vamos fazer? Uma prévia, como forma democrática de escolher o candidato, acaba dando bons resultados, mobiliza o partido. Sempre pode ficar um ou outro de cara amarrada, mas acaba se engajando.

Valor: Passou a vez de Serra?

Nunes Ferreira: Nós perdemos as últimas eleições presidenciais porque o povo queria continuidade. Ainda assim foi uma proeza levar o Lula e a Dilma para o segundo turno. Essa é a verdade. Não vejo ninguém que pudesse ter o desempenho eleitoral melhor do que o Serra teve. O povo queria continuidade. O grau de aprovação era altíssimo. Mais do que esquerda ou direita, é a continuidade que o eleitor procura num contexto eleitoral onde há possibilidade de reeleição. A eleição da Dilma

foi como uma nova reeleição do Lula. Uma reeleição que ele teve a sabedoria e a decência, reconheço, de evitar. Se ele quisesse enfiar goela abaixo da oposição uma reforma constitucional, mais uma, ele conseguiria, como fizeram seus colegas bolivarianos. O Serra cumpriu o papel dele com dignidade, com grandeza. Quem iria ganhar a eleição naquele momento?

Valor: O senhor não descarta a hipótese de o ex-governador Serra se lançar de novo?

Nunes Ferreira: Ele é um grande nome dentro do partido. Um partido que tem alguém como Serra tem que valorizá-lo, reconhecer seu valor, seu capital político. Agora, se ele vai ser candidato ou não, é preciso perguntar a ele.

Valor: Dizem que ele é obcecado pela Presidência.

Nunes Ferreira: Ele não é nada disso. Ele tem vários interesses fora da política. Semanas antes do Carnaval [quando intensificaram as notícias sobre as pressões para Aécio se lançar candidato], ele me ligou várias vezes e não me encontrou. Eu respondia, mas não conseguia falar. Eu fiquei preocupado, achando que era algo grave e urgente. Quando finalmente consegui falar com ele, ele me perguntou se eu tinha lido um livro chamado "Tête-à-tête", sobre as relações entre Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. Ele disse que queria saber se eu tinha lido porque eu ia viajar e queria me mandar. Esse é o Serra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do professor da Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Denis Lerrer Rosenfield, intitulado: "Apropriação indébita", publicado pelo jornal *O Globo* em sua edição de 25 de fevereiro de 2013.

Segundo o autor, a esquerda brasileira está perdida, suas bandeiras e princípios foram lançados por terra, mostrando uma discrepância aterradora entre a realidade totalitária e os princípios supostamente humanistas.

Sr. Presidente, requero que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

DENIS LEHRER ROSENFELD

Apropriação indébita

A esquerda, sobretudo de orientação marxista, em suas várias vertentes, ficou completamente desorientada após a queda do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética. Suas bandeiras e princípios foram lançados por terra, mostrando uma discrepância aterradora entre a realidade totalitária e os princípios supostamente humanistas.

Um caso interessante dessa desorientação foi a apropriação operada pela esquerda da doutrina dos direitos humanos, como se ela fosse uma coisa sua. Isto é particularmente visível no Brasil. Ora, a doutrina dos direitos humanos, no século XX, foi um instrumento dos dissidentes soviéticos e dos países do Leste Europeu para reclamar do controle totalitário e autoritário seguido por seus respectivos governos.

Clamavam eles por liberdade de expressão, de imprensa, de publicação. Lutavam pelo direito de ir e vir, que lhes era proibido. Zakharov, na extinta União Soviética, e Vaclav Havel, depois presidente da República Checa, foram símbolos importantes dessa época. Ou seja, os direitos humanos foram elaborados e usados contra os governos de esquerda, de modo a que viessem a aceitar uma liberdade necessária, de valor universal.

Nessa perspectiva, Yoani Sánchez, dissidente cubana e columnista do Estadão, nada mais faz do que colocarse como herdeira dessa tradição dos direitos humanos. Cuba, governo de esquerda, tão prezado por alguns setores de nosso país, é um esbirro caribenho dos governos comunistas. Por via de consequência, os defensores da diadema dos irmãos Castro são li-

berticidas que desprezam profundamente os direitos humanos.

A vergonha, utilizando mesmo um termo brando, das manifestações esquerdistas, com seus respectivos apoios partidários, contra a dissidência cubana mostra o quanto certos setores da esquerda, em nosso país, continuam presos aos dogmas totalitários do século passado. Uma visitante impedida fisicamente de falar é um exemplo de como essa doutrina, que deveria ter um valor universal, é pervertida ideologicamente.

O governo brasileiro tem uma Secretaria de Direitos humanos. O mais curioso é a seleção que opera dos valores ditos universais. Se um policial morre no cumprimento do dever, o mutismo é a regra, como se não fosse algo universal. Se um invasor do MST é preso, lá vão os companheiros clamando o respeito aos direitos humanos. Eloquentes também é a omissão do governo brasileiro em relação à questão dos direitos humanos em Cuba. A contradição é flagrante.

No caso de Yoani Sánchez, o silêncio da Secretaria de Direitos Humanos é de furar os tímpanos. Será que não há nada a se dito? Nem uma indignação a ser externada em relação a grupos que usam da violência para impedir a liberdade de pensamento de uma digna representante dos direitos humanos?

O outro lado da apropriação se manifesta no uso que se tornou corrente do politicamente correto, como se fosse a outra face dos direitos humanos. O mais interessante aqui consiste nas restrições que operam na liberdade de escolha, como se fosse um valor que deveria ser relativizado em função de "bens" supostamente maiores.



Há setores da esquerda brasileira, do PT aos tucanos, passando pelo novo partido de Marina Silva, que importam o purismo religioso comportamental americano enquanto símbolo da nova esquerda. Os "liberais" americanos, cuja tradução correta deveria ser "trabalhistas" ou "social-democratas", para distingui-los dos verdadeiros "liberais", os "liberais" no sentido inglês do termo, estariam fornecendo os novos parâmetros da esquerda. Não deixa de ser interessante constatar que os discursos antiamericanos vêm acompanhados da importação da ideologia esquerdizante americana.

O politicamente correto brasileiro está importando as cotas raciais americanas, apelando para posições mo-

rais, como se a solução da miséria em nosso país passasse pela reintrodução de uma nova forma de racismo, discriminando, em sentido inverso, as pessoas pela cor. Pior ainda, pela autodeclaração da cor, o que aumenta ainda mais o componente ideológico dessa diferenciação/discriminação. O valor universal da igualdade entre as pessoas perde-se no ralo.

Outra importação reside nas restrições à liberdade de fumar e, mesmo, por extensão as tentativas de interferência na própria produção de tabaco, produto, aliás, importante da pauta de exportação brasileira. Não se trata, evidentemente, de defender que uma pessoa tenha o direito de dar uma baforada na cara de outro, mas tão simplesmente de guardar o

respeito à liberdade de escolha de cada um em lugares adequados e separados. Marina Silva chegou a considerar a indústria do tabaco como "algo sujo", quando se trata de um setor que se caracteriza pelo desenvolvimento sustentável em sua área agrícola, cultivada por agricultores familiares.

Outro exemplo ainda é a campanha crescente que só tende a aumentar contra o consumo de álcool, alcançando proibições draconianas na direção de veículos. Beber está se tornando um ato que vem a ser identificado a um dano irremediável à saúde, podendo se traduzir, mesmo, pela morte do próximo. Estamos voltando ideologicamente à doutrina da lei seca americana, revigorada de outra maneira pelo purismo comportamental religioso.

Outra questão que se encaixa nessa "cruzada" do politicamente correto é o controle quase total da liberdade de escolha dos cidadãos, no exercício legítimo — e universal — do direito à autodefesa. As campanhas em curso do desarmamento, deixando o cidadão completamente a mercê, em um Estado incapaz de assegurar a segurança física de seus membros, mostram o quanto a liberdade está se tornando um valor relativo em função de supostos bens maiores.

Os direitos humanos, tais como foram elaborados e defendidos no século XX, inclusive pelos críticos dos governos de esquerda, apresentam posições de defesa irrestrita da liberdade de escolha em todos os seus níveis, contra as ideologias coletivistas, e totalitárias. o

Denis Lehrer Rosenfeld é professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista com o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, intitulada "Prefiro ser criticado a me omitir", publicada pela revista *Veja* em sua edição de 20 de fevereiro de 2013.

O governador de São Paulo respondeu aos que discordam de seu programa de internação compulsória de viciados em crack e anunciou que a bancada

do PSDB submeterá ao Congresso um projeto que endurece as penas para menores infratores.

Sr. Presidente, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista GERALDO ALCKMIN

OTÁVIO CABRAL

“Prefiro ser criticado a me omitir”

O governador de São Paulo repudia as críticas à internação compulsória de viciados em crack e diz que lutará pela aprovação de penas bem mais duras para menores infratores

Geraldo Alckmin é um homem fiel a suas origens. Em duas horas de entrevista no Palácio dos Bandeirantes, fez diversas referências à sabedoria da política no interior do estado. Citou o prefeito de Indaiatuba, para quem prender ladrões “é como pescar lambari”. Ele invocou a etiqueta de chamar as pessoas como elas querem ser chamadas, aprendida em Pindamonhangaba, sua cidade natal, para explicar por que diz “presidenta” Dilma. Sob o jeito pacato, no entanto, esconde-se um administrador decidido e sem medo de críticas. Alckmin respondeu aos que discordam de seu programa de internação compulsória de viciados em crack e anunciou que a bancada do PSDB submeterá ao Congresso um projeto que endurece as penas para menores infratores.

O senhor lançou em janeiro um projeto que prevê a internação compulsória de dependentes de crack. Isso provocou reações da oposição e de algumas organizações, que alegaram que ele desrespeita os direitos individuais dos dependentes. Passado um mês do início do programa, o senhor acha que acertou?

Sem dúvida. As críticas que recebemos se baseiam na ideia de que não se deve fazer nada com os dependentes a não ser que eles procurem ajuda. Trata-se de uma atitude muito cômoda e prejudicial ao viciado e à sociedade. É a lógica perversa da omissão. Ela se vale de uma total inversão de valores em que sai ganhando não o governante que faz, mas o que deixa de fazer. Se não combate o crime, não é acusado de encher as cadeias. Se não reprime o consumo de crack, não é acusado de truculência. Se não interna dependentes quimicos, não é acusado de desrespeitar direitos individuais. É assim que o inoperante, o omissor se livra de críticas. Eu não me deixo paralisar pela lógica perversa da omissão.

“O Brasil criou uma lógica perversa da omissão. Sai ganhando o governante que deixa de fazer — esse é poupado das críticas”

Prefiro agir e ser criticado a me omitir e não enfrentar o problema. Sei que as mães e os pais dos dependentes se sentiram atendidos. Ouço o clamor dessas mães e também o dos pais e até o de filhos desses dependentes. Vejam o caso da jovem que dopou o pai para levá-lo à internação. Não temos o direito de ignorar essa tragédia. Vou enfrentar quaisquer críticas, mas, repito, não vou me omitir.

Parte dos seus críticos sustenta que a política de redução de danos seria mais adequada. Eles estão errados? Sim, claro. A política de redução de danos simplesmente não funciona com os viciados em crack. Os danos que essa droga provoca são devastadores. O tamanho e a intensidade do problema não permitem que esperemos mais. Hoje, o crack é uma questão gravíssima de saúde pública e também de segurança: em todas as capitais há cracolândias e 90% das cidades têm viciados, em sua maioria jovens vindos de famílias mais pobres. O programa que lançamos criou um centro que agora fica aberto 24 horas por dia, sete dias por semana, com médicos, psicólogos e assistentes sociais. E, pela primeira vez, há a presença de juízes, promotores e defensores públicos. A decisão judicial sobre a internação sai na hora, mesmo que o dependente não queira.

Qual é a sua opinião sobre a descriminalização da maconha, bandeira do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso? FHC é um grande homem, um grande político, um grande intelectual e revela um senso de atualidade ao abordar o tema. Mas, nesse particular, discordamos. Penso o contrário disso. Como podemos descriminalizar a maconha se nem conseguimos impedir que o álcool seja vendido a menores? Acho que a prioridade é outra. O Brasil tornou-se o principal consumidor de crack do mundo. E o segundo de cocaína. Isso é um descalabro.

Foram mortos mais de 100 policiais em São Paulo em 2012. Qual é a responsabilidade de seu governo? Nessa questão

“Hoje, o menor infrator só pode ficar três anos na Fundação Casa e sai automaticamente aos 21, com a ficha limpa. Queremos que, no caso de infrações graves, o tempo aumente para oito anos e ele cumpra a pena até o fim”

da violência, mais uma vez, o governo é criticado não por deixar de agir, mas por ter agido e reduzido significativamente os índices de criminalidade. No fim da década de 90, o estado de São Paulo tinha 14 000 homicídios por ano, o que dava uma média de mais de 35 mortes por 100 000 habitantes — era o quarto estado mais violento do país. Treze anos depois, o número foi reduzido para 4 500 mortes, ou seja, onze assassinatos por 100 000 habitantes. O Brasil tem 22,6 homicídios por 100 000 habitantes. Isso é mais do que o dobro de São Paulo. Saímos da posição de quarto estado com maior índice de homicídios para o 25º lugar. O que ocorreu foi que, no segundo semestre de 2012, houve uma reação do crime organizado à ação dura da polícia, principalmente no combate ao tráfico, O bandido, ao matar policial e incendiar ônibus, quer desviar o foco para poder traficar em paz.

A insurgência do crime organizado chegou ao fim? É impossível dizer isso, o combate à criminalidade tem de ser diário. Mas neste ano já teremos os indicadores voltando à tendência de queda. Defendo a opinião de que a lei deve ser mais severa para coibir a ação dos cri-

minosos. Vamos enviar ao Congresso Nacional um pacote de projetos de lei, que será apresentado pela bancada do PSDB, com a proposta de que os crimes cometidos contra agentes de segurança sejam classificados como homicídios qualificados. Isso aumenta a pena do assassino para vinte a trinta anos de prisão. Vamos também propor que, no caso de roubo com emprego de armas ou acompanhado de sequestro-relâmpago, os criminosos só possam se beneficiar dos regimes carcerários menos rígidos depois de cumprir dois quintos da pena, e não mais apenas um sexto.

O projeto prevê alguma mudança em relação aos infratores menores de idade, cujos crimes são cada vez mais frequentes? Sim. Eu defendo o aumento do tempo máximo de internação para eles. Hoje, o menor infrator só pode ficar três anos na Fundação Casa e sai automaticamente aos 21, com a ficha limpa. Queremos que, no caso de infrações graves, esse tempo aumente para oito anos e que ele cumpra a pena até o fim, mesmo que passe dos 21 anos e, assim, deixe de ser réu primário. Esse será um debate que o Congresso terá de enfrentar.

Prender e aumentar as penas funciona no combate à criminalidade? São as iniciativas mais importantes, mas não as únicas. O governo está fazendo acordos com as prefeituras para levantar as ruas que precisam de melhor iluminação, os bairros que necessitam ser mais patrulhados, os locais que podem ter câmeras de vídeo. Em Indaiatuba, o índice de roubos e furtos de carro caiu mais de 50%. Fui verificar e descobri que a prefeitura instalou câmeras nas entradas e saídas da cidade. É só passar por ali com um carro roubado que o bandido é preso. O prefeito disse que é como pescar lambari: joga o anzol e fiska o bandido na hora. É só agir que o resultado aparece.

Seu ex-secretário da Segurança Pública dizia que a organização criminosa que se intitula PCC era um grupo formado por trinta ou quarenta presidiários que ga-

nhou notoriedade exagerada. O senhor concorda? É evidente que há uma organização criminosa em atuação no estado e que precisa ser combatida sem tréguas. É por isso que, em São Paulo, o governo fez as três primeiras penitenciárias de segurança máxima para isolar os líderes do crime organizado. Quando o governo federal não tinha onde prender o Fernandinho Beira-Mar, pediu a nós que o colocássemos em Presidente Bernardes. O investimento em prisões é importantíssimo para conter essa facção e o crime de forma geral. Até agosto, não haverá mais presos em distritos policiais em São Paulo. Isso trará dois benefícios: o preso ficará em instalações mais adequadas e a Polícia Civil será liberada para fazer seu trabalho de investigação.

O que o seu partido, o PSDB, faria de diferente do PT se estivesse na Presidência? É evidente que o país está crescendo menos do que pode. Isso é culpa do custo Brasil. Para melhorar a competitividade, precisamos de reformas estruturantes, como a tributária, a administrativa, a trabalhista e a do Judiciário. Outra questão prioritária é fortalecer a segurança jurídica para poder aumentar os investimentos. É preciso também descentralizar mais. O Brasil é uma federação ainda frágil. Você liga a televisão e é o dia inteiro "Brasília, Brasília, Brasília, Brasília, Brasília...". Isso não funciona. É preciso descentralizar mais.

O combate à corrupção não é prioritário? Isso é um dever. O Supremo Tribunal Federal, com a votação da Ação Penal 470, semeou a esperança de um país melhor. O que estimula a atividade delituosa é a impunidade.

Por que, na sua opinião, seu partido perdeu as três últimas eleições presidenciais? A minha geração não sabia o que era moeda estável. Com Fernando Henrique Cardoso, o Brasil finalmente conseguiu atingir a estabilidade. Isso foi fundamental para que o país se desenvolvesse e combatesse a desigualdade, já que o pior imposto era o inflacionário, do qual o pobre não tinha co-

“Eu defendo a ideia de que o partido, se tiver mais de um pré-candidato, faça prévias.

Elas ajudam a unir o partido porque não limitam o direito de ninguém de disputar.

Temos ótimos nomes: Aécio Neves, José Serra e nossos governadores”

mo se defender. O partido teve vitórias importantes na última eleição, elegendo governadores em todas as regiões. O PSDB tem o que mostrar. Um problema que vejo é essa fragmentação que fragiliza os partidos, principalmente os que estão na oposição. Não há democracia no mundo que funcione com trinta partidos. Não existem trinta ideologias diferentes. Uma reforma política que reduzisse para sete ou oito os partidos com representação no Congresso fortaleceria muito a democracia.

O senador Aécio Neves fez uma autocrítica após a eleição de Renan Calheiros para presidente do Senado. Ele avaliou que a oposição agiu mal, desunida e sem estratégia. Por que o PSDB tem tanta dificuldade em ser oposição? Quero, primeiro, ressaltar a importância da oposição. O país precisa de opositores fortes e o governo se beneficia de adversários firmes, que apontam erros e mostram outros caminhos. Mas as oposições se fragilizam demais em um sistema montado para favorecer o governo. O parlamentar vê que, sem estar ao lado do governo, está perdido, então migra para um partido governista. Dos trinta partidos, só há três ou quatro de oposição ao governo. Nos es-

tados é a mesma coisa, partidos que apoiam o PT em Brasília estão com o PSDB em São Paulo e com o PSB em Pernambuco. É preciso mudar o sistema político urgentemente.

Seu vice, Guilherme Afif, do PSD, tem falado que pretende assumir um ministério do governo Dilma. Não é o melhor exemplo da falência do sistema partidário? Eu não vou comentar porque não tenho informação em relação a convite e participação dele no governo da presidenta Dilma. Prefiro não comentar.

O senhor está tão afinado com ela que a chama de presidenta? Estou mesmo afinado com ela. Como governador, tenho o dever de somar esforços. É preciso separar as ações de governo das disputas eleitorais, que são saudáveis. O Brasil não tem vocação para partido único.

Nas três últimas eleições presidenciais, o PSDB esteve dividido. Qual é o melhor nome de candidato a presidente para unir o partido em 2014? Eu defendo a ideia de que o partido, se tiver mais de um pré-candidato, faça prévias. Elas ajudam a unir o partido porque não limitam o direito de ninguém de disputar. Aquele que é escolhido tem mais legitimidade e o derrotado tem obrigação moral de apoiá-lo. Veja a força das primárias americanas. Fiquei nos Estados Unidos em 2007 e, quando cheguei lá, ninguém falava de Barack Obama. A candidata do Partido Democrata era a senadora Hillary Clinton. O estilo de escolha permitiu o crescimento de Obama com grande legitimidade e participação da sociedade. Defendo as prévias ainda neste ano para entrarmos em 2014 com o candidato escolhido. Temos ótimos nomes: Aécio Neves, José Serra e nossos governadores. O que precisamos é pôr o pé na estrada, amassar barro, decidir as questões de forma mais democrática, permitir a participação popular.

O senhor é candidato? Eu sou candidatoíssimo à presidência do Santos Futebol Clube. Luis Álvaro (*o atual presidente do clube*) que se cuide.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 2013

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 330, de 2013)

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, do Senador Eduardo Lopes, que *susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais.* Pendente de parecer da CCJ.

2

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 426, de 2013)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto De Lei Do Senado nº 402, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 279 e 280, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Petecão; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 428, de 2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.*

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.* Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.* Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)

(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.* Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece,

com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
61, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Ta-

ques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 123, DE 2011**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 115, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003 (nº 7.032/2002, na Casa de origem, do Deputado Luciano Pizzato), que *cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 107 e 108, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor

e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Cristovam Buarque.

12

REQUERIMENTO Nº 160, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 160, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Lopes, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266 e 551, de 2011, por regularem matéria correlata (fidelidade partidária).*

13

REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1157, de 2012, de autoria do Senador Vital Do Rêgo, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2011, por regularem matérias correlatas (Lei Geral de Telecomunicações).*

14

REQUERIMENTO Nº 377, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 377, de 2013, da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 266, de 2011 e 268, de 2011 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008), por regularem matéria correlata.*

15

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2013, de autoria do Senador Anibal Diniz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, respectivamente, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos (logística reversa de veículos automotores).*

16

REQUERIMENTO Nº 379, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 379, de 2013, de autoria do Senador Anibal Diniz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei*

do Senado nº 67, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, respectivamente, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos (logística reversa de veículos automotores).

17

REQUERIMENTO Nº 380, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 380, de 2013, de autoria do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, respectivamente, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos (logística reversa de veículos automotores).*

18

REQUERIMENTO Nº 381, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 381, de 2013, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (susta dispositivos de Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar).*

19

REQUERIMENTO Nº 382, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 382, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (susta o Decreto sobre atividades e serviços públicos durante greves).*

20

REQUERIMENTO Nº 383, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 383, de 2013, do Senador Eduardo Braga, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 764, de 2011 e 316, de 2012, por regularem matéria correlata (Zonas de Processamento de Exportação).*

21

REQUERIMENTO Nº 384, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 384, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Amorim, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2012, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 40 e 106, de 2007; 143, 182 e 193, de 2008; 12, 55, 57, 75 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, 154, 542, 625 e 735, de 2007; 190 e 340, de 2008; 1, 54, 135, 408 e 429, de 2009; 55, 125, 180, 274, 276 a 283, de 2010; 6, 65, 271, 439, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 97, 209 e 371, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (altera início de prazo decadencial no direito do consumidor).*

22

REQUERIMENTO Nº 386, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 386, de 2013, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (tipifica crime a omissão de autoridade policial nos casos de violência contra mulher).*

23

REQUERIMENTO Nº 387, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 387, de 2013, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2011 - Complementar, das seguintes matérias: Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 240, de 2006; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 62, 86, 99, 113, 135, 170, 375, 376; 382, de 2012, e 124, de 2013 - todos Complementares (incentivos e benefícios fiscais).*

24

REQUERIMENTO Nº 388, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 388, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2012 - Complemen-*

tar, das seguintes matérias: Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 240, de 2006; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538, 591 e 719, de 2011; 62, 99, 113, 135, 170, 375, 376; 382, de 2012, e 124, de 2013 - todos Complementares (incentivos e benefícios fiscais).

25

REQUERIMENTO Nº 389, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 389, de 2013, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 240, de 2006; 99 e 375, de 2012; e 124, de 2013 - todos Complementares, por regularem matéria correlata (incentivos e benefícios fiscais).*

26

REQUERIMENTO Nº 390, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 390, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2013 - Complementar, com as seguintes matérias: Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538, 591 e 719, de 2011; 62, 86, 113, 135, 376 e 382, de 2012, - todos Complementares, por regularem matéria correlata (incentivos e benefícios fiscais).*

27

REQUERIMENTO Nº 414, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 414, de 2013, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2012, ambos Complementares, por regularem matéria correlata (incentivos e benefícios fiscais).*

28

REQUERIMENTO Nº 419, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 419, de 2013, do Senador Paulo Davim, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei*

do Senado nºs 193, de 2011; e 426, de 2012, por regularem matéria correlata (destinação das receitas das multas de trânsito).

29

REQUERIMENTO Nº 421, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 421, de 2013, do Senador Wellington Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da

Câmara nº 101, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (dispõe sobre o exercício da profissão de Físico).

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.)

Agenda do Presidente Renan Calheiros

20/05/2013
Segunda-feira

12h30	Almoço com trabalhadores do setor da construção naval e marítimo e a inauguração do navio Zumbi dos Palmares Recife – PE
15h30	Inauguração do Estádio Arena de Pernambuco Recife – PE

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia	PP/RS
Benedito de Lira	PP/AL
Casildo Maldaner	PMDB/SC
Ciro Nogueira	PP/PI
Clésio Andrade	PMDB/MG
Eduardo Braga	PMDB/AM
Eunício Oliveira	PMDB/CE
Francisco Dornelles	PP/RJ
Garibaldi Alves	PMDB/RN
Ivo Cassol	PP/RO
Jader Barbalho	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos	PMDB/PE
João Alberto Souza	PMDB/MA
José Sarney	PMDB/AP
Kátia Abreu	PSD/TO
Lobão Filho	PMDB/MA
Luiz Henrique	PMDB/SC
Paulo Davim	PV/RN
Pedro Simon	PMDB/RS
Renan Calheiros	PMDB/AL
Ricardo Ferraço	PMDB/ES
Roberto Requião	PMDB/PR
Romero Jucá	PMDB/RR
Sérgio Petecão	PSD/AC
Sérgio Souza	PMDB/PR
Valdir Raupp	PMDB/RO
Vital do Rêgo	PMDB/PB
Waldemir Moka	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz	PDT/RO
Ana Rita	PT/ES
Angela Portela	PT/RR
Aníbal Diniz	PT/AC
Antonio Carlos Valadares	PSB/SE
Cristovam Buarque	PDT/DF
Delcídio do Amaral	PT/MS
Eduardo Lopes	PRB/RJ
Eduardo Suplicy	PT/SP
Humberto Costa	PT/PE
Inácio Arruda	PC DO B/CE
João Capiberibe	PSB/AP
João Durval	PDT/BA
Jorge Viana	PT/AC
José Pimentel	PT/CE
Lídice da Mata	PSB/BA
Lindbergh Farias	PT/RJ
Paulo Paim	PT/RS
Pedro Taques	PDT/MT

Randolfe Rodrigues	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg	PSB/DF
Vanessa Grazziotin	PC DO B/AM
Walter Pinheiro	PT/BA
Wellington Dias	PT/PI
Zeze Perrella	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB/SP
Alvaro Dias	PSDB/PR
Ataídes Oliveira	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima	PSDB/PB
Cícero Lucena	PSDB/PB
Cyro Miranda	PSDB/GO
Flexa Ribeiro	PSDB/PA
Jayme Campos	DEM/MT
José Agripino	DEM/RN
Lúcia Vânia	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves	DEM/SE
Mário Couto	PSDB/PA
Paulo Bauer	PSDB/SC
Ruben Figueiró	PSDB/MS
Wilder Morais	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues	PR/SP
Armando Monteiro	PTB/PE
Blairo Maggi	PR/MT
Eduardo Amorim	PSC/SE
Epitácio Cafeteira	PTB/MA
Fernando Collor	PTB/AL
Gim	PTB/DF
João Vicente Claudino	PTB/PI
Magno Malta	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti	PTB/RR
Vicentinho Alves	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	25
Bloco Parlamentar Minoria	16
Bloco Parlamentar União e Força	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayne Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).
2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).
3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).
4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).
5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).
6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).
8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
- Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
- Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
- Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(6,10,11,13)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares, e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado n^os 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- *****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
 7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).

11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 61 33033514

Fax: 61 33031176

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Notas:

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Instalação: 17/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ^(1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁾
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Paulo Paim (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽³⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).
5. Em 26.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia, como Presidente, e o Senador Cyro Miranda, como Vice-Presidente, deste colegiado, e designou como relator o Senador Paulo Paim (Of. nº 1/2013 - CTLEGINC).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

**11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio Noronha

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

MEMBROS

João Otávio Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Unie Caminha

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013**

PRAZOS

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. VAGO ⁽⁶⁰⁾
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PSD) ^(23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Graziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aríbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. N° 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomeae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 - Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 - Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 - Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(17,23,30,35,6)
Roberto Requião (PMDB) ^(23,35,37,2)	2. Pedro Simon (PMDB) ^(23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(23,35,3,4)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(9,34,40,43,44,7)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayne Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Vicentinho Alves (PR) ^(28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾****VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,88,90)
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lidice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,76)
Anibal Diniz (PT) ^(6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁷⁾	8.
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁸⁾	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,77)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,77)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
	9. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁸⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(71,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(11,71,86)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁶⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁸⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸²⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,80,82)
Magno Malta (PR) ⁽⁸²⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸²⁾	4. Vicentinho Alves (PR) ^(47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfê Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysius Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randoife Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)****VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (41,44,60)
Pedro Simon (PMDB) (17,41,60)	5. VAGO (41,44)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (20,41,44)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (41,44,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (8,42,43,59,61,62)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
VAGO (66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (1,40,66,67)
VAGO (11,24,66)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (34,35,57,66,73)
VAGO (24,58,66)	4. VAGO (49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação de um recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) ^(9,10,19,21,55)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. VAGO ^(23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) ^(1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) ^(2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. VAGO ^(39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 - Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 - Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
 - Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
 - Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 - Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
 - Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular, Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysi Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
 4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(6,8,25,32,58)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,11,27,28,29,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(16,30,58,62)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(3,7,15,34,44,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. VAGO ^(45,53,65)
Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65)
VAGO ⁽⁶⁵⁾	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 - Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Anibal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. VAGO ^(19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

- Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfê Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(18,21,22,15,16)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(17,19,14)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(46,47,54,25,32,33)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(54,25)
Lobão Filho (PMDB) ^(54,25)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(54,2,3,10,25)
Eduardo Braga (PMDB) ^(54,25)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(54,25)
Valdir Raupp (PMDB) ^(54,25)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(54,9,25)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(54,58,25)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(54,11,21,22,25)
Jader Barbalho (PMDB) ^(54,64,25)	6. Ivo Cassol (PP) ^(54,25)
Ciro Nogueira (PP) ^(54,25)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(54,15,16,17,23,25)
Sérgio Petecão (PSD) ^(49,50,53,54,26,29,38,39)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(50,53,54,5,6,12,14,26,27,29)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(51,55)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(51,1,4)	3. VAGO ^(51,61,4,7)
Wilder Morais (DEM) ^(28,36)	4. Jayme Campos (DEM) ^(28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(45,57,60,35)	2. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(60,62,63,34)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(42,48,56,60,41)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoría), para comporem a Subcomissão.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoría (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoría; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(47,2)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(42,14)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(42,20,21,22,28,31)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(37,42,3)
Ciro Nogueira (PP) ^(42,15,34)	4. Ivo Cassol (PP) ^(42,26)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴²⁾	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(41,5,12,19)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(41,6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(50,51,52,55,30)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(50,53,54)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Redatário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redatário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(3,4,5,7,8)	

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)****VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (37,45)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente****Atualização:** 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCEB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO** ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)⁸
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)**Relator da Receita:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁷	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Giroto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013^{16, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Samey Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ² ¹⁹
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcelos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013¹⁷**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013²¹**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cediua uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lidice da Mata deixa a condição de titular e passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. ^{2, 4 e 13}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB ¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Sunita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:**Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
 Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
 E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹
Prazo Final: 11-5-2013

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Régo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
 sscn@senado.gov.br
 www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:
Vice-Presidente:
Vice-Presidente:

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Antonio Carlos Valadares
Paulo Paim	Inácio Arruda
Acir Gurgacz	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 07.05.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

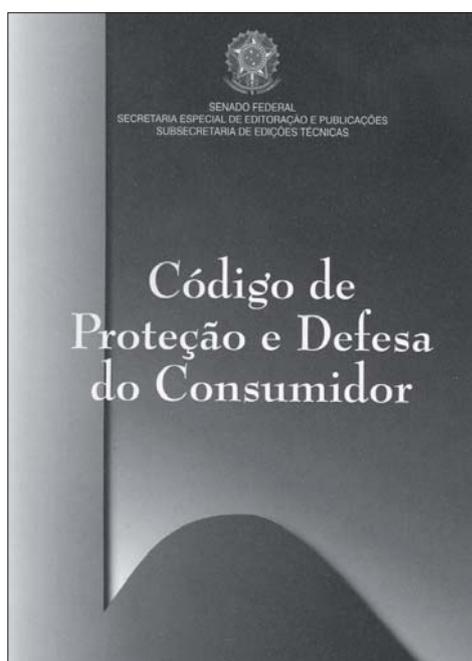
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.brwww.camara.gov.br/mercosul



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 274 páginas

(OS: 12357/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

